

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM (RE)VISTA:
a produção discursiva da Revista Nova Escola

LUCÉLIA BÁRBARA MORAES HORTÊNCIO

Uberlândia
2014

LUCÉLIA BÁRBARA MORAES HORTÊNCIO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM (RE)VISTA:
a produção discursiva da revista Nova Escola**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Saberes e Práticas Educativas

Orientadora: Prof^a. Dra. Iara Vieira Guimarães

Uberlândia

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil

LUCÉLIA BÁRBARA MORAES HORTÊNCIO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM (RE)VISTA:
a produção discursiva da Revista Nova Escola**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração: Saberes e Práticas Educativas

Uberlândia, 1 de março de 2014.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Iara Guimarães – Orientadora/ UFU

Profa. Dra. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes/ UNESP

Prof. Dra. Alécia de Pádua Franco/ UFU

*Ao Dercival, amado companheiro e ao João Luís,
nosso filho e luz de minha existência.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado Deus, pelo meu existir, por este trabalho, por tudo;

A toda minha família, que muito me incentivou neste novo caminhar;

A todos os meus amigos, pelo carinho e pelo apoio recebido;

Aos colegas do Mestrado, pela luta enfrentada em conjunto;

Aos professores e funcionários do programa de Mestrado em Educação desta instituição, principalmente àqueles que me acompanharam nesta jornada;

Em especial, à Prof. Dra. Iara Vieira Guimarães, pela dedicação e pela competência na orientação deste estudo.

Cuidar é entrar em sintonia com, auscultar-lhes o ritmo e afinar-se com ele. A razão analítico-instrumental abre caminho para a razão cordial, o “esprit de finesse”, o espírito de delicadeza, o sentimento profundo.

Leonardo Boff

RESUMO

Os problemas ambientais são, atualmente, o cerne de estudos em todo o mundo, devido à gravidade e à urgência na busca de soluções para as questões que preocupam os diversos setores sociais na contemporaneidade. No Brasil, o meio ambiente tornou-se um dos alvos de atenção e estudos nas últimas décadas, nos setores políticos, educacionais, sociais e culturais. Na medida em que o desenvolvimento técnico-científico se concretiza, cresce a distância entre o homem e a natureza, bem como a sua dominação sobre o meio ambiente natural, aumentando as ações humanas projetadas artificialmente sobre o espaço. Da conscientização de que há necessidade em modificar o comportamento humano em relação à natureza, surgiu a Educação Ambiental (EA) como campo do conhecimento importante, especialmente no âmbito escolar. Nossa investigação objetiva analisar um artefato cultural criado para promover a informação e a formação de professores da educação básica. Buscamos compreender as possibilidades que a Revista Nova Escola (RNE), publicada pela Editora Abril, apresenta aos educadores, na sua complexa tarefa de promover a EA. Particularmente, analisamos os diferentes tipos de textos e os sentidos produzidos pela referida revista, sobre a questão da EA no contexto escolar, intentando responder as seguintes questões: como as questões ambientais são apresentadas na Revista Nova Escola? Que discursos a mesma defende sobre meio ambiente e Educação Ambiental? Como a revista procura formar o professor para atuar na Educação ambiental? A pesquisa documental nos possibilitou compreender que o discurso sobre meio ambiente construído por Nova Escola está profundamente conectado ao discurso empresarial e a defesa do desenvolvimento sustentável. O discurso da sustentabilidade é veementemente defendido pela revista como alternativa para a resolução dos desafios ambientais. Além disso, verificamos que o professor, para a revista analisada, é visto como um sujeito que necessita de modelos de práticas pedagógicas, muito mais do que a preocupação com a formação do intelectual crítico. A revista é prescritiva com relação às sugestões metodológicas e modelos de práticas de ensino, dando ênfase ao pragmatismo, mais do que a formação do docente crítico-reflexivo. Esta constatação foi respaldada pela pesquisa bibliográfica, em que autores especializados do setor de ensino e em Educação Ambiental, como Sauvé, Layrargues, Sorrentino e Reigota, entre outros citados no desenvolvimento deste estudo, propõem uma educação ambiental crítica, que para além do pragmatismo ou do voluntarismo persevera na formação e na reflexão sobre os desafios ambientais enfrentados na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; formação docente; Revista Nova Escola.

ABSTRACT

Environmental issues are currently the focus of studies around the world due to the gravity and urgency of finding solutions to the issues that concern the various social sectors nowadays. In Brazil, the environment has become a target of attention and highly relevant studies in recent decades, the political, educational, social and cultural sectors. To the extent that the technical-scientific development is realized, the distance grows between man and nature as well as its domination over the natural environment, enhancing human actions artificially designed, as the dynamic expansion of urban centers, or regions of highly mechanized farming. We see nature being used for the benefit of man, causing the destruction of many ecosystems, without due concern for the preservation of natural reserves. We know that over-consumption, characteristic of contemporary society, contributes largely to the assault on the environment while the media, through marketing messages, influences the increased demand for consumption. Awareness that there is a need to modify human behavior toward nature, Environmental Education (EE) has emerged as a crosscutting theme in schools. The objective of this study is to analyze a cultural instrument designed to promote information and training of basic education teachers. We seek to understand the possibilities that the New School Magazine (NSM), published by April Publishing House, presents educators in their complex task of promoting the EE. Particularly, we are interested in understanding the different types of texts and meaning produced by them in the pages of that magazine on the subject of EE in the school context, intending to solve three questions: how environmental issues are presented in the magazine? What discourses does it argue on environment and environmental education? How does the magazine influence the training of teachers and their activities to promote environmental education? The desk research has enabled us to understand the extent of the message addressed to the teacher and examine how environmental issues are present in its content. If, on the one hand, there are rich texts in NSM dedicated to EE, on the other, there is no definite proposal or suggestion regarding teacher training in this direction, creating a gap between the content of the magazine and the little attention given to the serious issue that the medium environment represents, besides the lack of ability of teachers in this subject. This finding was supported by the literature, in which expert authors of the education sector and Environmental Education, as Sauvé, Layrargues, Sorrentino and Reigota, among others cited in the development of this study, who propose a critical environmental education, confirm the importance of this topic, the need to work it properly in school and the lack of preparation of teachers for this purpose, because it is their duty to educate students about the urgency of behavioral changes, starting with children in the early school years.

KEYWORDS: Environmental education; teacher training; New School Magazine.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Gênero dos leitores da Revista Nova Escola	70
FIGURA 2. Perfil dos leitores por Classes sociais	71
FIGURA 3. Perfil dos leitores por Região	71
FIGURA 4. Sumário da Revista	75
FIGURA 5. Capas das Revistas Nova Escola	77
FIGURA 6. Prêmio Victor Civita	81
FIGURA 7. Publicidade dos 15 anos do Prêmio Victor Civita	82
FIGURA 8. Publicidade sobre a responsabilidade ambiental da Revista Nova Escola	85
FIGURA 9. Capa da Revista Nova Escola – Exemplar 252	86
FIGURA 10. Texto “Sustentabilidade – Revista Nova Escola	90
FIGURA 11. Kauan e a lenda das águas	95
FIGURA 12. O mundo volta os olhos para o Brasil	96
FIGURA 13. Problema, ação e mudança de atitude	102

LISTA DE SIGLAS

ALPRO	Agência Internacional para o Desenvolvimento e o Progresso
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNEA	Conselho Nacional de Educação Ambiental
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CO₂	Dióxido de Carbono
COP	Conferência de Copenhague
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DDT	Dichloro-Diphenyl-Trichloroethane
EA	Educação Ambiental
EGM	Estudo Geral de Meios – Estudos Marplan Consolidado
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação
GEE	Gases do Efeito Estufa
HN	História News
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
LR	Logística Reversa
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i> (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço)
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLP	Olimpíada de Língua Portuguesa
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REBECA	Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental
REED	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
RNE	Revista Nova Escola
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SIBEA	Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis
TRF	Tribunal Regional Federal da Primeira Região
UNCED	Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO 1	
1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCURSOS HISTÓRICOS	21
1.1. Desafios e possibilidades da Educação Ambiental	21
1.2. Marcos históricos da mobilização pelas questões ambientais e suas implicações na Educação	31
 CAPÍTULO 2	
2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	42
2.1. Diferentes modos de se pensar e de se fazer Educação Ambiental	43
2.2. A Educação Ambiental e o currículo escolar	49
2.3. A formação de professores para a Educação Ambiental	52
 CAPÍTULO 3	
3. MÍDIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A REVISTA NOVA ESCOLA EM FOCO	62
3.1. A Estrutura da Revista	73
3.2. A publicidade na Revista Nova Escola	78
 CAPÍTULO 4	
4. A REVISTA NOVA ESCOLA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	85
4.1. O discurso sobre sustentabilidade e os desafios ambientais	85
4.2. Planeta Sustentável: a publicidade, o mercado e os desafios ambientais	93
4.3. Receitas para a sala de aula: discurso pragmático para o professor	99
4.3.1. Interdisciplinaridade	99
4.3.2. “Faça sua parte”, “Faça isso”	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
6. REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Atualmente, há certo consenso no campo da pesquisa, da divulgação científica e da educação, sobre o fato de que a globalização econômica e o modo de organização do sistema de produção e de consumo atual têm gerado profundas transformações no meio ambiente. Tal fato desencadeia preocupações que demandam estudos e ações, no sentido de se compreender o contexto, os impactos e as consequências das transformações produzidas. Vivemos uma realidade marcada por agressões ao ar, ao solo, à água e a todos os seres vivos. As práticas econômicas legam uma herança de crise socioambiental nunca antes presenciada pela humanidade.

Percebemos, nesse cenário, profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais. De um lado, temos as grandes corporações, que representam uma minoria detentora do poder, controlando e produzindo as riquezas. De outro, temos os consumidores ávidos pelas últimas novidades do mercado, com grande propulsão ao consumo exagerado. Há, ainda, uma grande parcela da humanidade despossuída de condições mínimas de vida digna, tais como moradia, saúde, educação, emprego, entre outras. Esta parcela está fora dos circuitos de produção e consumo e vive em situação de pobreza e segregação social.

À medida que o desenvolvimento técnico-científico se concretiza, cresce a distância entre o homem e a natureza, bem como a sua dominação sobre o meio ambiente natural, aumentando ações humanas projetadas artificialmente, conforme vemos na expansão dos centros urbanos ou em regiões de agricultura altamente mecanizada. Neste sentido, a natureza passou a ser utilizada em benefício do homem, sem a devida preocupação com a preservação de reservas naturais ou com a destruição de muitos ecossistemas (PEREIRA, 2007).

A conscientização da necessidade de modificar o comportamento humano em relação à natureza promoveu o surgimento da Educação Ambiental (EA). Sua importância se evidencia frente ao desequilíbrio ecológico, causado pelas intervenções do ser humano no meio ambiente, por meio da exploração intensa de recursos naturais e de comportamentos cotidianos, que amplificam os problemas em torno da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Partindo-se dessa perspectiva, faz-se necessária a criação de práticas educativas, voltadas para a promoção da reflexão crítica sobre a ordem social, bem como a adoção de novas posturas comportamentais, condizentes com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. Precisamos ter dispositivos pedagógicos capazes de fazer pensar, agir e observar

profundamente não apenas o lugar onde vivemos, mas também o mundo, sob uma visão mais complexa e aprofundada.

Os problemas ambientais transformaram-se em um objeto de estudo de longo alcance em todo o mundo, devido à gravidade das questões que trouxeram preocupações para os diversos setores sociais e que vêm sendo tratadas como urgentes no mundo contemporâneo. No Brasil, o meio ambiente tornou-se, assim, um dos alvos de atenção e de estudos de grande relevância nas últimas décadas nos setores políticos, educacionais, sociais e culturais.

As atenções voltam-se, atualmente, de forma enfática, para a conservação da qualidade do meio ambiente, haja vista que somos parte deste meio. A demanda por atividades que motivem a consciência ambiental envolve a natureza, a biodiversidade, visando a ações para a revisão do desmatamento e da extinção de espécies, entre outros fatores relacionados. Esta demanda emerge do processo de conscientização sobre os efeitos que as atitudes predatórias humanas provocam no meio ambiente, fato que tem se intensificado em todo o mundo.

São muitas as ações antrópicas que causam efeitos nocivos à saúde, à segurança, ao bem-estar, afetando as atividades socioeconômicas da população, bem como a sua qualidade de vida. Os impactos ambientais, que modificam os ciclos ecológicos do ecossistema, alcançam a biota — constituída pelo conjunto da fauna e flora regionais —, além de afetar as “condições estéticas e sanitárias de meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais” (MATTOS, 2011, p.01).

Para Left (2001), a degradação ambiental é uma consequência da hegemonia da tecnologia e da produção econômica sobre a organização natural do meio ambiente. São marcas da modernidade e do desenvolvimento socioeconômico.

No Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente em todos os biomas, principalmente como resultado “[...] do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados” (ProNEA, 2005, p.17).

O movimento brasileiro, em prol da preservação e da conservação do meio ambiente, é significativo. Nesse contexto, a Educação Ambiental aparece como um importante espaço que deve estar presente nas instituições escolares do Ensino Básico e Fundamental e nas universidades, com a finalidade de se formarem indivíduos capazes de questionar a realidade e de adotar comportamentos comprometidos com a natureza, ao mesmo tempo em que participam de um trabalho, efetivo e interativo, na solução das questões ambientais.

Ao longo de nossa prática pedagógica de docência no Ensino Fundamental e no Ensino Superior, como formadores de professores, fomos construindo experiências

significativas com os estudantes sobre temas e problemas ambientais. E, em nossa trajetória, sempre buscamos compreender o meio ambiente como uma temática transversal e complexa.

Percebemos que são grandes os desafios a serem enfrentados nesse campo, pois faltam posturas e atuações caracterizadas pela criticidade, potencialmente capazes de transformar, de forma significativa, a realidade socioambiental “[...] Apenas reconhecer a gravidade dos problemas ambientais, como resultado de um processo educativo, não é suficiente para se construir a sustentabilidade socioambiental.” (GUIMARÃES, 2006, *apud* PEREIRA et al. 2007, p.03).

Quando nos referimos à Educação Ambiental nas escolas, priorizamos a aprendizagem dos estudantes, por acreditarmos que estas orientações devam ser iniciadas a partir da infância, conscientizando crianças e jovens da importância que a natureza e o meio ambiente representam em nossas vidas. Portanto, a formação docente precisa incluir uma preparação específica, para que os professores possam interagir com os alunos, além de atuarem contemplando a problemática, em suas diferentes interfaces, com ações críticas que levem às transformações socioculturais.

Sabemos que muitos desafios ainda precisam ser superados no campo educativo, ganhando destaque a formação do cidadão para uma ação de educação ambiental local e global. Nesse processo, a mídia tem papel enfático, pois põe em circulação um conjunto significativo de discursos sobre como viver, consumir, compreender o mundo e encarar os desafios contemporâneos.

Nossa investigação objetiva analisar um artefato cultural, criado para promover a informação e a formação de professores da educação básica. Buscamos compreender as possibilidades que a Revista Nova Escola (RNE), publicada pela Editora Abril, apresenta aos educadores, na complexa tarefa de trabalhar com a Educação Ambiental. Particularmente, interessa-nos compreender os diferentes tipos de textos e os sentidos produzidos nas páginas da RNE sobre a questão da EA no contexto escolar.

Assim, a problemática que orientará esta pesquisa pode ser expressa segundo os seguintes questionamentos: como as questões ambientais são apresentadas na Revista Nova Escola? Que discursos a revista defende sobre meio ambiente e Educação Ambiental? Como esta mídia procura formar o professor para atuar na Educação ambiental?

Partiremos da hipótese de que o sentido da prática da Educação Ambiental nas escolas fundamenta-se na formação docente para o domínio de conhecimentos mais específicos sobre o meio ambiente e suas complexidades, a fim de que os professores possam interagir com os

alunos de forma mais efetiva nessa área de aprendizagem. Entretanto, para além do domínio do conhecimento, é preciso assegurar a formação política e a leitura crítica do mundo.

Acreditamos que a formação do professor não deva se circunscrever aos programas de formação inicial e continuada, mas se dar nas inúmeras experiências e no contato com a diversidade de produtos culturais que circulam nas redes midiáticas. Compreender o que essas mídias comunicam aos docentes e como suas mensagens são construídas é fundamental, particularmente quando pensamos no meio ambiente, uma área que se constitui fortemente em pauta de debates públicos, promovidos pela mídia.

O interesse pelo tema deve-se à minha vivência pessoal no espaço rural. O respeito ao meio ambiente e à conservação da natureza nasceu da cultura familiar pela qual meus pais me educaram, enfatizando a preservação ambiental através de atos simples cultivados em nós, no meio em que vivíamos. Fui educada, aprendendo a aproveitar todas as possibilidades relacionadas à alimentação, às vestimentas, aos calçados, aos materiais escolares, entre outros.

Meu pai insistia em que replantássemos as sementes das frutas ingeridas, para que elas nunca faltassem em nossa mesa. Minha mãe reciclava roupas que nos eram doadas pelos familiares. Cresci aprendendo a plantar, colher e replantar, criando um ciclo de utilização, reutilização e produção constante que nos abastecia.

Nasceu daí a preocupação ambiental: ao preparar a terra para semear, esperava a chuva para a germinação das sementes e aguardava o amadurecimento dos grãos para serem colhidos. Ainda sentindo o sabor dos frutos do cerrado e do pomar que cultivávamos, procuro educar meu filho dentro desses mesmos princípios, respeitando os elementos da natureza. A escola ensinou-me a história, a geografia, a gramática, as ciências naturais e exatas, mas participei também da formação da horta escolar. Portanto, a educação escolar complementou a que recebi em casa.

Ao assumir o cargo de professora em uma escola pública, em 2002, tive a responsabilidade de promover projetos na biblioteca. Nessa mesma época, mudei-me para o Distrito de Martinésia, em Uberlândia-MG e, além das tarefas escolares, pude perceber os problemas e as necessidades locais, sendo o descarte de resíduos sólidos um dos maiores, já que eram jogados nas proximidades das moradias, em terrenos baldios próximos à escola e nas vias de acesso ao distrito.

Iniciamos, então, um trabalho de observação e coleta do lixo, organizado entre todas as professoras regentes atuantes e as auxiliares da direção. Juntas, buscamos nos inteirar dos pontos mais críticos, dos discursos das políticas públicas, já que o distrito contava com um serviço precário de limpeza e varrição de ruas.

Organizamos eventos (gincanas) em benefício à comunidade e convidamos a imprensa e os secretários municipais, responsáveis por esses setores, para verificarem, pessoalmente, as condições de limpeza local, além de mobilizarmos a comunidade para replantar nas áreas sujas e depredadas. Formamos um mutirão, com o qual a população local foi envolvida, conscientizando-se da importância da preservação e da melhoria do lugar de vivência. Os moradores plantaram mudas de árvores, cada um se responsabilizando pelos cuidados da sua. Assim, o espaço público ganhou um novo sentido. Por sua vez, a comunidade adotou novos valores em relação ao meio ambiente e ao descarte de resíduos.

Em 2007, fui eleita diretora da escola. Tive o cuidado de criar parcerias com os setores públicos e novas ações foram implementadas, com foco na coletividade, na valorização de todos os cidadãos e do trabalho sociocomunitário. Adotando uma postura educativa dialógica e democrática, tendo, como base, os ensinamentos de Paulo Freire, buscamos trabalhar com todos os segmentos e saberes, em prol de um ambiente saudável aos alunos que nos foram confiados pelas famílias, juntamente com todos os setores escolares. Nesse contexto, envolvemo-nos com as questões ambientais, socioculturais e educacionais.

A partir dessas vivências, ações e modificações, surgiu o desejo e a motivação para pesquisar, registrar e entender mais sobre os desafios da Educação Ambiental. Sabia que o curso de mestrado poderia ser um caminho decisivo, dando-me a oportunidade de compreender melhor esse campo do conhecimento.

Considero, assim, que a temática deste estudo representa a continuidade de uma educação voltada para o meio ambiente e que a escola, sendo uma instituição educativa, tem, como uma de suas tarefas, construir conhecimentos e valorizar os diferentes saberes trazidos pelos sujeitos sociais que nela convivem.

Por meio de estudos e pesquisas que possam ser divulgados em mídias e em salas de aula, a educação ambiental torna-se um instrumento para desenvolver a crítica e a reflexão sobre a natureza, a sociedade e a cultura, através da leitura dos impactos que as ações do homem provocam em nome do desenvolvimento econômico e tecnológico. Não podemos nos esquecer de que a tecnologia é necessária e envolve todas as áreas em que o ser humano atua, tais como o trânsito, o transporte, a segurança, a produtividade, a comunicação, a educação e em uma infinidade de outras, para as quais se faz essencial.

Entretanto é necessário repensar o modelo de sociedade em que vivemos, as condições técnicas e o desenvolvimento econômico que sustentam a realidade atual. Quanto mais surgem novos avanços, mais nos distanciamos do mundo natural, sem valorizarmos os

recursos dos quais dependemos para a nossa sobrevivência e qualidade de vida: água potável, ar puro, condições climáticas favoráveis são apenas alguns dos mais importantes fatores.

Refletimos sobre a necessidade de uma Educação Ambiental como uma prática direcionada à expansão da consciência crítica — tão enfatizada por Paulo Freire —, que possa reunir, em uma abordagem reflexiva, a problemática socioambiental e que inter-relacione as esferas econômicas, sociais, culturais, tecnológicas, científicas, jurídicas, políticas. A partir dessa união intersetorial, cremos que cada cidadão será motivado a pensar e a definir o que pode fazer pelo meio e pela comunidade da qual faz parte.

Para tanto, a Educação Ambiental precisa estar presente, de forma incisiva, em todo o processo de formação inicial e continuada na formação de professores. A análise da inter-relação do homem e do meio ambiente tem, na ação pedagógica, um espaço profícuo. A crítica dessa relação deve ser conduzida por meio de experiências, vivências, materiais educativos, atividades interclasses e interdisciplinares (Biologia, Geografia e História, por exemplo), mídias e outros recursos didáticos e pedagógicos, que permitam a familiaridade dos estudantes com a temática.

É no contexto escolar que os alunos podem colocar em prática seu potencial de atuação. Cabe-nos, como professores e aos demais agentes escolares, proporcionar ao educando um ambiente saudável, que lhe possibilite a apropriação de saberes, para que se torne cidadão responsável, autônomo, crítico e reflexivo. Essa demanda exige do docente a formação permanente e o acesso aos mais variados meios de informação.

Dentre tantos os materiais endereçados aos professores, escolhemos analisar uma revista bastante popular entre os educadores e que chega, periodicamente, às bibliotecas das escolas públicas estaduais e municipais. Para o desenvolvimento deste estudo, optamos pela pesquisa documental e pelo método qualitativo. Propusemos uma análise dos diferentes textos publicados pela Revista Nova Escola (RNE) durante o primeiro semestre do ano de 2012, a fim de verificar como esse artefato midiático contribui para a divulgação da Educação Ambiental entre os docentes da Educação Básica.

Este estudo está constituído em quatro etapas. No Capítulo 1, “**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCURSOS HISTÓRICOS**”, teceremos reflexões sobre os desafios da prática pedagógica, os encantos e provocações da complexa atualidade e sobre o papel do conhecimento e da ciência nesse contexto. Discutiremos, ainda, a complexidade da Educação Ambiental; revisitaremos o seu percurso histórico, buscando compreender as mudanças conceituais relacionadas ao meio ambiente e a forma como a Educação Ambiental vem sendo inserida no currículo escolar. Analisaremos os principais movimentos mundiais

materializados por grupos políticos, ativistas e cidadãos, no sentido de repensar as interferências que as ações humanas exercem sobre o meio ambiente.

No Capítulo 2, “**PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**”, serão abordadas as perspectivas teóricas da Educação Ambiental e os desafios da formação de professores. Focalizaremos as diferentes maneiras de se fazer e de se pensar essa educação, os desafios da implementação desse campo no currículo escolar e a questão da formação de professores. Colocaremos em relevo a ideia de que a educação deve ser participativa, democrática e dialógica, em que professores e alunos interajam, contribuindo, desse modo, com seus saberes e experiências para a coletividade, buscando uma forma de educar menos competitiva e mais solidária.

No capítulo 3, “**MÍDIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A REVISTA NOVA ESCOLA EM FOCO**”, será realizada a análise da Revista Nova Escola, artefato midiático produzido para os docentes, procurando compreender o seu formato, a sua estrutura e o modo como atua na formação de professores. Analisaremos os limites e potencialidades desse artefato cultural, considerando a importância da mídia como produtora de imagens e informações à população, de forma geral, e aos docentes, de maneira específica, devido ao seu poder de influência sobre a opinião pública.

No Capítulo 4, “**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REVISTA NOVA ESCOLA**”, buscaremos analisar mais especificamente o papel da RNE na difusão da Educação Ambiental, bem como os discursos produzidos em torno do meio ambiente e da prática docente, já que sua proposta é contribuir para a melhoria do ensino fundamental, divulgando informações que contribuem diretamente para a formação e o aperfeiçoamento profissional dos professores.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCURSOS HISTÓRICOS

1.1. Desafios e possibilidades da Educação Ambiental

A humanidade se defronta, no século XXI, com inúmeros desafios a serem enfrentados em suas diversas áreas e atividades. Vivemos em um mundo paradoxal e experimentamos a dinâmica que caracteriza a era da comunicação instantânea, da rapidez e da fluidez das informações, dos avanços tecnológicos que aumentam a longevidade, diminuem a mortalidade infantil e permitem, em muitas regiões do planeta, a redução da fome e da explosão demográfica. Apesar de a pobreza ainda ser persistente em muitos contextos geográficos, a sociedade atual caracteriza-se pelo intenso consumo, pela exultação de comodidades que gerações anteriores sequer imaginavam ser possíveis.

O contraditório, nessa situação, é que persistem intensos conflitos globais e locais, a concentração da riqueza e as desigualdades sociais, marcas de uma realidade perversa. Nunca na história da humanidade foi tão grande a apropriação descontrolada dos recursos naturais por meio de políticas econômicas antiéticas e controladoras das riquezas produzidas, persistindo a desigualdade socioeconômica na esfera mundial. São grandes as diferenças entre os que se valem do progresso e os que não têm acesso a ele. Assim, a crise ambiental se agrava e a desigual distribuição da riqueza ainda é característica marcante da ordem social vigente.

Em muitos contextos geográficos, a sociedade atual caracteriza-se pelo intenso consumo, exultando-se com o excesso de comodidades que as gerações anteriores sequer imaginavam ser possíveis. Conforme salienta Costa (2009, p. 47), “o consumo assume nas sociedades atuais não só a função de suprir necessidades, mas também, entre outras, a de identificador social.”.

Assim, o modo de lidar com o consumo acaba por aprofundar a crise ambiental que estamos vivenciando. Para Bauman (2000), na modernidade líquida, o mundo se apresenta confuso e, ao mesmo tempo, repleto de possibilidades que também comprometem a lucidez dos sujeitos contemporâneos. Ainda para esse autor:

O mundo cheio de possibilidades é como uma mesa de bufê com tantos pratos deliciosos que nem o mais dedicado comensal poderia esperar provar de todos. Os comensais são consumidores, e a mais custosa e irritante das tarefas que se pode por diante de um consumidor é a necessidade de estabelecer prioridades:

a necessidade de dispensar algumas opções inexploradas e abandoná-las. A infelicidade dos consumidores deriva do excesso e não da falta de escolha. “Será que utilizei os meios à minha disposição da melhor maneira possível?” É a pergunta que mais assombra e causa insônia ao consumidor. (BAUMAN, 2000, p. 75)

Nessa perspectiva, as práticas educativas têm atribuições específicas e podem representar possibilidades fecundas na compreensão crítica sobre os encantos e desencantos da complexa atualidade, bem como sobre o papel do conhecimento e da ciência. Não podemos esquecer de que a mesma ciência que nos favorece em diversos aspectos sociais e culturais, também pode, conforme o uso que dela fazemos, comprometer a preservação da vida. Sorrentino (2005) argumenta que:

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria hoje submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Cumpre à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente). (SORRENTINO, 2005, p. 287)

Os atores hegemônicos do sistema econômico, detentores dos meios para tal, procuram ignorar as questões sociais e ambientais que agenciam. A lógica financeira e a econômica destroem os bens naturais do planeta, a biodiversidade e comprometem a vida em sua amplitude maior. Sendo assim:

Os movimentos sociais e populares e as organizações não governamentais têm alertado os governos e a própria sociedade sobre os danos causados ao meio ambiente e aos seres humanos por políticas públicas antissustentáveis. Foram principalmente as ONGs que mais se empenharam, nos últimos anos, para superar os problemas causados pela degradação do meio ambiente. (GADOTTI, 2009, p.91)

Gadotti, assim, nos alerta e nos leva a entender que priorizando os ganhos dos investidores e atores hegemônicos do mercado, geramos o aprofundamento da exclusão de

muitos seres humanos, sobretudo os pequenos produtores rurais e trabalhadores urbanos que, com suas famílias, permanecem marginalizados e sem acesso aos direitos fundamentais, como a alimentação, o trabalho, a saúde, a educação, a habitação, enfim, a um ambiente salutar, com qualidade de vida a todos os seres. Observamos, portanto, que a lógica de produção desse sistema contraditório não reconhece os direitos sociais, econômicos e culturais dos cidadãos, nem a finitude dos recursos que, por ética, direito, justiça e solidariedade, pertencem ao coletivo biológico planetário.

A Educação Ambiental reflete sobre o avanço moral e ético do conhecimento técnico e científico, sabendo que toda a produção científica e tecnológica atual traz, em si, as marcas do sistema capitalista globalizado e sua necessidade de produzir massivamente, para atender as demandas econômicas da sociedade de consumo. Sabemos que essa sociedade, muitas vezes, desconsidera a fragilidade do meio natural, o que demanda políticas e ações que visem à sustentabilidade ambiental assim como a justiça social. Desse modo, compartilhamos do pensamento de Freitas (2006):

apesar da crescente conscientização pública sobre degradação ambiental, problemas ecológicos regionais e globais continuam crescendo. Os principais beneficiários deste modelo econômico de globalização, que se apresenta como única opção de desenvolvimento para muitos economistas e governantes, é uma elite formada por especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica. Trabalhadores e famílias rurais são expulsos do campo pelas grandes monoculturas, trabalhadores urbanos e industriais veem suas condições de trabalho tornarem-se cada vez mais precárias. (FREITAS, 2006, p. 18)

Cada vez mais se acentua a importância de um olhar para as práticas científicas e institucionais, de maneira menos fragmentada e mais integrada de caráter intersetorial, interdisciplinar e participativo. Os níveis de complexidade que permeiam a Educação Ambiental e as questões ambientais movem-nos para a apropriação de saberes que ampliem conhecimentos capazes de promover mudanças conceituais e comportamentais mais efetivas.

É importante considerar os paradigmas que sustentam a visão ou as percepções sobre a Educação Ambiental e o meio ambiente, para que se possam perceber as práticas individuais ou coletivas que vêm ocorrendo na sociedade e, em consequência, as práticas educativas (BRASIL, 1988).

Buscar respostas para as questões contemporâneas no campo ambiental instiga-nos a revisitar aspectos filosóficos que serviram de base epistemológica para as ciências e os desdobramentos advindos dela na sociedade. O modelo de desenvolvimento econômico capitalista, sustentado pelos princípios e pelas recomendações da ciência e da tecnologia, provocou graves efeitos que fizeram emergir “manifestações e movimentos que refletiam a consciência de parcelas da população sobre o perigo que a humanidade corre ao afetar de forma tão violenta o seu meio ambiente”. (BRASIL, 1988, p.20)

A compreensão dos movimentos de participação para a materialização de ações no campo ambiental — considerando o processo histórico e social que a temática ganhou a partir dos anos 70, no mundo e no Brasil —, requer um olhar sobre os acontecimentos que delegaram, para a educação, funções de extrema importância para se educar neste cenário marcado pela crença no desenvolvimento econômico. Segundo Gaudiano,

Paradoxalmente, nos encontramos em um momento crítico da educação ambiental considerando a da Década das Nações Unidas para a Educação e o Desenvolvimento Sustentável. É verdade que ela não tem mostrado grande capacidade para modificar um processo de deterioração generalizado a nível mundial. Porém certamente a magnitude das crises que vivemos transcende em muito as possibilidades que os processos educativos podem assumir para provocar mudanças radicais em uma trajetória de colisão, determinada por processos econômicos sustentados pela cobiça, a insolidariedade e a injustiça. (2007, p.23)

No percurso histórico da relação do homem com a natureza, é possível perceber que as ideias relacionadas ao antropocentrismo alteraram, de maneira significativa, o modo pelo qual aquele compreende sua posição no mundo e, por conseguinte, a sua relação com o ambiente natural. Segundo Layrargues (2012, p. 80), esse modo de conceber tal relação surge com “[...] a filosofia grega pré-socrática, momento em que pela primeira vez na história humana o homem se coloca na posição de sujeito e concebe a natureza como seu objeto.” Entretanto, foi no período da Revolução Científica que o antropocentrismo ganhou força, pois, além da razão, o homem começou a criar e a utilizar ferramentas e métodos científicos para decifrar a natureza e, assim, proceder a sua manipulação.

Ao manejar e explorar o planeta, amparado pelos recursos da ciência e da técnica, o homem fundamentou nelas a sua visão empirista e utilitária e consolidou os paradigmas que

trariam a produção e o bem-estar no domínio sobre a realidade. A partir de então, os conhecimentos passaram a ser utilizados de maneira objetiva e pragmática.

O comportamento coletivo, herdeiro desse paradigma epistêmico, requer, além da contemplação da natureza, a colocação desta a serviço do homem, em uma abordagem científica de produção, administração e técnica. A concepção de que os recursos naturais estão à disposição do homem, de forma infinita, propiciou ações de uso indiscriminado da natureza e a emergência da crise ambiental (LAYRARGUES, 2012).

Cronologicamente, vemos que a Revolução Industrial, no século XVIII, constituiu um momento marcante no processo de distanciamento do homem com a natureza. Um conjunto de mudanças técnico-científicas deu início a transformações sociais, econômicas e culturais, que impactaram o sistema produtivo, tendo, na ciência, um suporte fundamental, no que se refere à substituição das formas artesanais de produção pelo uso de máquinas. Neste percurso, surgiram benefícios e entraves à própria condição de vida dos seres humanos em seu habitat, o que bem sintetiza Giddens:

O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual. [...] não se chegou a prever que o desenvolvimento das "forças de produção" teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. (GIDDENS, 1991, p. 13)

A produção, a partir desse momento, realizada pelo tear mecânico, foi substituída pelas máquinas, grandes e surpreendentes engenhos humanos. Aliados à mecanização dos sistemas de produção, o avanço tecnológico nos transportes — com a utilização do carvão mineral e do ferro, além da descoberta de novos elementos químicos — fascinou o homem e acentuou o valor e o poder do conhecimento técnico-científico. Assim,

A sociedade pós-industrial, então, confronta-se com uma crise que, mais do que ecológica ou material, é uma crise de valores, do estilo de pensamento dos imaginários sociais do pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. (TRISTÃO, 2005, p. 65)

Por outro lado, mudanças sociais profundas surgiram com a Revolução Industrial, provocando a saída massiva da população residente no campo, através do êxodo rural, em busca das cidades como um espaço que prometia às populações mais pobres melhores condições de vida. Os centros urbanos tiveram sua população aumentada significativamente a partir desse período, embora não houvesse trabalho para todos e nem a preparação técnica por parte dos trabalhadores para obtê-los. Nesse contexto de urbanização intensa, a consequência foi a inevitável favelização e a miséria para a grande maioria populacional, que possuía apenas a força de trabalho.

Segundo Layrargues (2012, p. 81),

A revolução Industrial é o “glorioso” momento em que se consagra o divórcio entre sujeito e objeto. A natureza agora com seus mistérios conhecidos e traduzidos em fórmulas matemáticas, físicas, químicas, fica carregada de intencionalidades e pode finalmente ser apropriada e utilizada a serviço dos interesses humanos. A partir daqui ocorre uma ruptura concreta, em que se percebem os primeiros sinais de degradação ambiental manifestados pela poluição atmosférica.

Essa ruptura será acentuada no século XX, quando o processo de produção se acelera, fato que cada vez mais vai marcar a separação entre o homem e a natureza. Especialmente, a partir da década de 1970, inicia-se uma nova fase da história do capitalismo, denominada por Castells (2000, p. 50), como a “era da informação”, com o advento da revolução tecnológica assinalando o final da era industrial, assente no paradigma dos avanços tecnológicos da informação e comunicação. O que se compreende como essência, segundo Castells, é a característica de tal revolução tecnológica em enfatizar a aplicação dos conhecimentos e das informações “[...] para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso”.

O referido autor remete-nos ao campo das transformações que marcaram o final do século XX, de forma global, adotando-se um novo modo de viver, influenciado pela possibilidade que a comunicação, via *internet*, permitiu. Esta nova forma de comunicação universal reduziu fronteiras, aproximou as pessoas de diferentes e distantes localidades, permitindo-lhes a comunicação em tempo real.

Simultaneamente, a dinâmica da economia também criou uma rede de conexões comerciais e financeiras em todo o mundo. Desta forma, a linearidade do tempo perde força,

assim como a lentidão. Entraram em cena a simultaneidade e a aceleração do tempo. Nessa conjuntura tecnológica, os investidores intercomunicam-se de qualquer parte do mundo e realizam transações, sem sequer deixarem seus países de origem. É assim que as informações percorrem as distâncias, em fração de segundos, através de satélites e de cabos de fibra ótica, sua principal inovação, possibilidades estas que o sistema interligado de computadores permitiu. Portanto, a *internet* deixa de ser uma tecnologia a mais, para se tornar o sistema de comunicação que sustenta uma diversidade de atividades na sociedade atual (CASTELLS, 1999).

O mesmo referido autor nos diz que embora haja lutas culturais buscando a hegemonia na era da informação, “travadas basicamente dentro da mídia e por ela”, os meios de comunicação não detêm o poder. Na verdade, é o poder, potencialmente capaz de criar paradigmas comportamentais por meio de um sistema de trocas, que está nas redes em que estas trocas de informações se dão. Os movimentos culturais acontecem, segundo Castells (1999), por intermédio de ícones, porta-vozes e amplificadores intelectuais da era da informação.

Hoje, as formas de sociabilidade seguem modelos comportamentais. Logo, “[...] se as pessoas ligarem à qualidade de vida, à conservação da natureza e à serenidade espiritual, poderão surgir novos atores políticos e novas políticas públicas poderão ser implementadas.” (CASTELLS, 1999, p. 427).

As mudanças comportamentais que desejamos, e tentamos compreender no âmbito de nossa sociedade, quanto à preservação da natureza, bem poderiam ser alcançadas através da comunicação possibilitada pelas redes sociais. Conforme SANTOS (2006, p. 15), “os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é a informação”.

A informação e o poder, que as redes de comunicação detêm, representam grandes aliados para a implementação de uma educação ambiental mais abrangente, já que atingem um grande contingente populacional. Sabemos que

a educação ambiental representa tanto uma revolução científica quanto política. Sua tarefa mais ambiciosa é contribuir para condições mais favoráveis de sobrevivência em todas as dimensões, ou seja, “contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e de todas as espécies e sistemas naturais com os quais compartilhamos o planeta ao longo dos tempos.” (SORRENTINO, 2005, p.288)

Uma análise do passado, averiguando pontos históricos importantes que influenciaram o atual comportamento quanto ao uso dos recursos naturais do planeta, evidencia que a preocupação de Sorrentino não se efetivou, pois observamos a exploração desses recursos, sem a devida preocupação com o cuidado com o meio ambiente e a vida. Sobre isso, conforme assevera Layrargues (1998), a história do desenvolvimento econômico brasileiro ocorre

com a instalação de empresas transnacionais durante as décadas de 60 até meados de 80, um amplo parque industrial no país que, apesar de promover um milagre econômico brasileiro, logo faz sentir as consequências ambientais imediatas do desenvolvimento baseado no industrialismo. A poluição do ar, do solo e das águas seguia continuamente degradando a qualidade de vida das comunidades mais próximas das instalações industriais nos principais centros urbanos. Nasce, então, um incipiente movimento que se insurge contra os efeitos negativos do procedimento industrial e, a partir daí, instaura-se uma visão dicotômica a respeito da relação entre desenvolvimento e meio ambiente. (LAYRARGUES, 1998, p. 24)

Tal perspectiva torna necessária a assunção de ideias mais responsáveis ao sugerir uma reforma cultural, visando ao bem estar da vida no planeta do qual fazemos parte, assim como ao equilíbrio e à interatividade do homem com os outros seres, no que se refere a aspectos físicos, culturais e sociais, na construção de uma visão ecocêntrica, em detrimento da postura egocêntrica dominante.

Segundo Reigota (1998), é preciso compreender o meio ambiente enquanto interação complexa de configurações sociais, biofísicas, políticas, filosóficas e culturais. Essa visão também pode ser identificada por Severino (2001, p.10), quando nos alerta que

A reflexão crítica acerca da educação ambiental no Brasil adquire maior relevância no atual cenário de globalização econômica que torna ainda mais necessária como contraponto aos impactos destrutivos do desenvolvimento técnico e econômico realizado, ao longo de sua história, sob uma dimensão excessivamente pragmática. Sem dúvida alguma, repensar o processo educativo brasileiro. Isso porque não se trata de modo algum, de um segmento isolado de nossa prática social: ao contrário, sua relação com o social, com o político, com o econômico é íntima e profunda. Hoje finalmente, nos damos conta de que nossa vida social pulsa articulada com nossa vida natural.

Desta feita, a compreensão de que o homem é parte integrante da natureza traz, como implicação, a busca de práticas sócio-culturais mais conscientes, plurais, diversas, que repensem e compreendam as complexas relações entre a natureza e a sociedade.

O ecocentrismo, termo expresso no primeiro princípio do movimento Ecologia Profunda, formulado por Arne Naess e George Sessions em 1984, chama a atenção para o fato de que o antropocentrismo, ao considerar os seres humanos como o centro do universo e o ápice da criação, é um oponente difícil do ecocentrismo. O ecocentrismo constitui uma filosofia ambiental bastante abrangente. São ações de uma política mais justa, que reconhece e releva as entidades naturais e a justiça ambiental. Os defensores de uma ética ecocêntrica valem-se da constatação dos danos que, efetivamente, foram provocados pelo ser humano nos ecossistemas. Nesse sentido, a educação ambiental pode ser entendida sob um olhar panorâmico; segundo Dias (1992, p. 31), “Uma educação com dimensão dada ao conteúdo e à prática, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”.

A escola, enquanto instituição cuja função social é a formação cidadã e ética, deve se preocupar com a busca por respostas e reflexões sobre as intervenções humanas no planeta, nossa moradia comum. Sabemos que as mudanças atitudinais, em relação ao uso que fazemos dos recursos naturais, são urgentes, assim como a racionalidade e a moderação no uso e na demanda de materiais e a educação não pode negligenciar sua tarefa de promover a reflexão e a consciência sobre os desafios ambientais contemporâneos. Segundo Moraes,

medidas de urgência deverão ser tomadas pelos governos e pelos agrupamentos internacionais; mas a manutenção dessas medidas e o desenvolvimento de outras mais, isto dependerá da educação que for dada às novas gerações, as que no futuro governarão o mundo. De todo modo, especialmente nos ensinos médios e superiores, a educação poderá trabalhar já e intensivamente em favor da qualidade do ambiente de vida na Terra. (2005, p.12)

Nossa proposta é corroborada pelo autor, mas perseveramos na importância de se trabalhar, efetivamente, a Educação Ambiental, com seus entraves e possibilidades, em toda a Educação Básica. Sabemos que ações comunitárias e comprometidas com o zelo pela escola e seu entorno, a prática de valores como o respeito à diversidade e o sentimento de

pertencimento podem representar mobilização pelo ambiente. Nessa perspectiva, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e Médio — campo fértil para a aquisição de uma cultura ambiental mais sustentável — são de extrema importância para a formação de comportamentos e atitudes.

Compreender historicamente como a problemática ambiental se aprofundou e as dimensões nas quais estamos inseridos mostra-se necessário no sentido de realizar práticas que ajudem na construção cultural e social de um paradigma ambiental mais ético, justo e realmente sustentável aos cidadãos que ainda se preocupam com o meio ambiente e aos que surgirão como defensores no futuro.

Herdamos o mundo tal como ele é (era). Entretanto, como sujeitos históricos, podemos modificá-lo, de acordo com as necessidades e os sonhos humanos. Nesta perspectiva, Medina e Santos (2001) asseveram que a Educação Ambiental possibilitará tal evento. Segundo os autores,

A Educação Ambiental permitirá, pelos seus pressupostos básicos, uma nova interação criadora que redefina o tipo de pessoa que necessitamos formar e os cenários futuros que desejamos construir para a humanidade, em função do desenvolvimento de uma nova racionalidade ambiental. Torna-se necessária a formação de indivíduos que possam responder aos desafios colocados pelo tipo de desenvolvimento dominante, a partir da construção de um novo estilo harmônico entre a sociedade e a natureza e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de superar a racionalidade meramente instrumental e economicista que deu origem às crises ambiental e social que hoje nos preocupam. (MEDINA; SANTOS, 2001, p.26)

O trabalho com a Educação Ambiental, pautado no diálogo entre os saberes e práticas coletivas, que definem laços de identidade e valores comuns, e as ações solidárias com a natureza, poderá promover a educação para a cidadania, além de motivar e sensibilizar as pessoas para reverem as diversas formas de participação, transformando-as em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

Aos professores, é cada vez mais atribuída a tarefa de compreender a historicidade das questões ambientais, sociais, econômicas e culturais, ou seja, entender por que há, hoje, uma demanda tão importante, reivindicando do poder público a promoção de programas de formação e investimentos em material didático e em propostas que sirvam de suporte curricular aos planejamentos docentes sobre Educação Ambiental e sua transversalidade.

A realidade exige uma formação docente que repense, de maneira crítica e criativa, os desafios ambientais, cujas causas e efeitos vêm sendo amplamente estudados. Entretanto, é preciso superar a visão fragmentada que ainda temos sobre o meio ambiente. Segundo Gaudiano,

A partir de uma perspectiva política, a interdisciplinaridade questiona as práticas de produção e reprodução do conhecimento, a própria concepção de ciência e sua relação com a ética social e a noção de sujeito epistêmico e, claro, as consequências de sua aplicação na natureza e na vida em seu conjunto. (2007, p. 129)

Nesse contexto, é importante analisar os principais movimentos mundiais e nacionais que contribuíram para a disseminação, o conhecimento e a reflexão sobre as questões ambientais.

1.2. Marcos históricos da mobilização pelas questões ambientais e suas implicações na Educação

A Educação Ambiental, em âmbito internacional, teve grande impulso na década de 1960, sobretudo a partir da publicação da obra de Raquel Carson, bióloga e jornalista americana, “Primavera Silenciosa”, em outubro de 1962. Nesta, a autora denuncia o uso inadequado de pesticidas e os desdobramentos que as práticas agrícolas podem causar em aves, em seres humanos e na água. Ela também alertou para a falta de informação, de responsabilidade das indústrias químicas, aos usuários do produto.

As ideias de Carson deram início a uma grande preocupação com o meio ambiente, já que o seu trabalho explicitou uma série de desastres ambientais em várias partes do mundo, causados pela postura de setores industriais e pela confiabilidade atribuída pela sociedade aos ditames do mercado e da ciência. Segundo a autora,

em áreas cada vez mais amplas dos Estados Unidos, a primavera agora surge sem ser anunciada pelo regresso dos pássaros. As madrugadas também se apresentam estranhamente silenciosas nas regiões que outrora se enchiam da beleza do canto deles. Este súbito silenciar da canção dos pássaros se

estabeleceu depressa, insidiosamente, sem ser notado por aqueles cujas comunidades estão sendo por ora afetadas. (CARSON, 1962, p.96)

A grande polêmica movida pelo instigante e provocativo livro de Carson (1962) deve-se ao fato de que o mesmo não só expôs os perigos gerados pelo uso do inseticida agrícola DDT, mas questionou, de forma eloquente, a confiança da humanidade no progresso tecnológico e científico. A referida autora foi uma das pioneiras na conscientização sobre os impactos ambientais causados pelos agrotóxicos. Seu livro ajudou a abrir espaço para o movimento ambientalista que se seguiu e mostrou também que os homens e os animais estão em interação constante e em interdependência no meio em que vivem.

Nas décadas de 1950 e 1960 do século XX, os países industrializados começaram a vivenciar problemas ambientais que assumiram proporções preocupantes, sendo um deles os episódios de contaminação do ar. Nas grandes cidades industriais, ocorriam casos de intoxicação com mercúrio, a diminuição da vida aquática em alguns rios, lagos e oceanos, a morte de aves provocada pelos efeitos secundários e imprevistos do DDT e outros pesticidas, bem como a contaminação do mar provocada pelos navios petroleiros, resultado de grandes alterações nos processos ambientais regionais ou globais, como frutos de abissais impactos causados pela atividade humana.

As novas descobertas, nas diferentes atividades humanas, mudaram as razões subjacentes à necessidade de se educar para o ambiente, bem como a forma de fazê-lo. Descobriram-se novas formas de exploração dos recursos naturais e os fenômenos da natureza passaram a ser mais pesquisados e compreendidos. Até então, o conhecimento da natureza e a transmissão desse conhecimento serviam apenas para que o ambiente fosse dominado e explorado.

Ao nos depararmos com os esclarecimentos sobre a seriedade dos problemas ambientais gerados pelo progresso científico e industrial, a fragilidade das populações envolvidas foi exposta. É nesse contexto que, a partir da década de 1960, observou-se a emergência da crise ecológica, com um questionamento centrado na crítica sobre a relação sociedade-natureza, sobre as formas de produção e consumo dominantes e estruturados pela organização social.

Os desastres ambientais deflagrados mereciam um tratamento que transcendesse os projetos educativos ou disciplinas científicas isoladas. Fruto dessas preocupações, nasceu o movimento ambientalista, provocando, em alguns países mais desenvolvidos, a necessidade

da discussão de se repensarem as ações e implementarem políticas mundiais para a defesa do planeta.

Para esses movimentos, a produção industrial e tecnológica acelerada não reconhecia os danos causados à natureza. Mesmo com a adoção de matriz energética menos dispendiosa, o setor pouco investiu na minimização dos grandes impactos causados e dos que ainda ocorrem. Ambientalistas, cidadãos comuns e pesquisadores levantaram suas bandeiras de luta e de conscientização sobre os efeitos do que chamamos de desenvolvimento econômico e do preço que pagamos por ele. Sobre esse assunto, Moraes (2004) assim se expressa:

A partir dos anos de 60 e 70, verificava-se já uma forte ecologização das sociedades com estudos, relatórios, conferências e congressos que passaram a evidenciar o triste ritmo da irresponsabilidade humana nas agressões às harmonias fundamentais da vida em nosso planeta. Súbito, um sobressalto sem precedentes abalava os cidadãos mais conscientes de todas as nações, principalmente iniciado pelas explosões atômicas de Nagasaki e Hiroshima e mantido pela chamada guerra fria, com suas novas ameaças atômicas – somando-se a isto que as revoluções comercial e tecnoindustrial vinham, há séculos, cultivando uma ética do interesse – que foi se transformando, celeremente, numa neurose predatória de lucro e, portanto, incapaz de respeitar o equilíbrio do meio ambiente. (MORAIS, 2004, p.20)

Havia, desse modo, uma perspectiva de urgência na criação de práticas e ações que levassem toda a sociedade a repensar os problemas ambientais emergentes. Em consonância, reconhecemos a importância do setor educacional para criar novas visões e posturas, formando cidadãos capazes de atuar no enfrentamento aos desafios ambientais em estudo.

Moraes (2004, p.24) nos adverte que, no processo de conscientização ecológica das sociedades, será fundamental a produção de “textos de alerta para o campo educacional, desde que sejam nascidos de boa pesquisa e dotados da força sensibilizadora suficiente para romper certa crosta de comodismo alienado que envolve nosso campo educacional”.

Entretanto o Brasil — no período de gestação do movimento ambientalista mundial, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 — vivia sob a égide do Regime Militar, que se impunha pela repressão política e pregava uma ideologia de desenvolvimento econômico. Tal fato dificultou a participação, a emancipação, a diversidade e a solidariedade social, aspectos importantes para a conscientização e a implementação de ações para a releitura dos desafios ambientais. Como já sabemos, todo o aparato político repressor não impediu que movimentos

estudantis, entidades civis e religiosas denunciassem a hegemonia econômica e cultural que a principal potência norte-americana impunha. Nesse contexto, o trabalho de Leonardo Boff no Brasil foi representativo, pois o mesmo ostentava como bandeira de luta a defesa do meio ambiente. No campo da educação, Paulo Freire também marcou os anseios por mudanças educacionais e sociais ao advogar por uma educação dialógica, menos bancária e em favor dos mais oprimidos e excluídos pelo sistema.

Conforme salienta Gaudiano (2007, p.30), os Estados Unidos procuravam implementar a dominação latino-americana por meio de seus organismos regionais: a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e a Agência Internacional para o Desenvolvimento e Progresso (ALPRO), o que representou um projeto hegemônico ambicioso para a região no que se refere aos setores econômico, político, social e educativo, cujos propósitos visavam ao desenvolvimento econômico, estando longe de serem ambientalmente comprometidos.

O sistema político, então imposto, promovia o silêncio dos movimentos civis e pouco favoreceu a efetivação de políticas ambientais, assim como a possibilidade de implementação da Educação Ambiental em espaços formais e não formais de educação. Nessa época, as questões ambientais se restringiam às bandeiras de poucos movimentos civis — estudantis, sindicais e artísticos — contrários ao regime vigente, mas estes eram, na maioria das vezes, duramente reprimidos.

No âmbito internacional, em 1972, foi dado um significativo passo para se reavaliarem as questões ambientais planetárias: a realização da Conferência das Nações Unidas ocorrida em Estocolmo, na Suécia. Participaram desse encontro sobre o Ambiente Humano representantes de 113 países, estabelecendo o marco inicial do Direito Ambiental Internacional. Conforme afirma Medina (2008), essa conferência representou um expressivo momento para a história do movimento ambientalista mundial e para a Educação Ambiental, que passou a ser considerada um campo de ação pedagógica.

A Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano em Estocolmo gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, documento que expressou a convicção de que tanto as gerações atuais quanto as futuras reconheceriam a vida, em um ambiente saudável e não degradado, como um direito fundamental (MEDINA, 2008). Em contribuição efetiva e comprometida, a organização de Estocolmo procurou organizar conhecimentos, informações e ações políticas sobre os graves desajustes ambientais que deveriam ser enfrentados, caso não houvesse maior empenho dos governos das grandes

potências e do Terceiro Mundo, na busca de meios mais ativos para o enfrentamento do problema de ordem mundial.

Em sequência, outra importante conferência sobre o meio ambiente foi realizada — a conferência de Tbilisi¹, Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, promovida pela Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUMA).

Nesse encontro, concluiu-se que a educação deveria preocupar-se, simultaneamente, com a sensibilização, a transmissão de informação, o desenvolvimento de hábitos e a promoção de valores, bem como estabelecer critérios e orientações para a resolução de problemas relacionados ao tema.

Em tal perspectiva, foram estabelecidas as estratégias internacionais para ações no campo da educação e da formação ambiental, que serviram como bases de reflexões legais, sociais e políticas, que vêm sendo concretamente realizadas, até o presente momento, no campo da Educação Ambiental.

Sabemos que as décadas de 1960 e 1970 foram consideradas período marcante para a emergência de manifestos sociais, ambientais e lutas, no tocante aos direitos civis e sociais, época em que o feminismo buscou sua identidade e os estudantes denunciaram crises em todas as áreas. A América Latina expôs as políticas ditatoriais às quais estava submetida e o sofrimento de um povo paradoxalmente tão rico em matérias-primas e cultura. Medina relembra:

Naquela época em que dançávamos o *rock and roll* e nos emocionava a canção de Geraldo Vandré, “Para não dizer que não falei de flores”, o que acontecia no mundo? Fortalecia-se o processo de implementação de modelos de desenvolvimento fortemente neoliberais, regidos pela norma do maior lucro possível no menor espaço de tempo. Com o pretexto da industrialização acelerada, apropriava-se cada vez mais violentamente dos recursos naturais e humanos. O processo de consolidação do capitalismo internacional, paralelo ao paradigma positivista da ciência, já não conseguia dar resposta aos novos problemas, caracterizados pela complexidade e interdisciplinaridade, no contexto de uma racionalidade meramente instrumental e de uma ética antropocêntrica. (2008, p.01)

¹ Cidade que pertencia à URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, onde foi realizada a Conferência em 1977.

Os teóricos tecnicistas eram criticados por terem a visão de que a formação de pessoas eficazes e competentes deveria satisfazer os objetivos do mercado de trabalho. Na referida década, deflagravam-se discussões por outra tendência pedagógica que ainda se encontrava em estudos.

Nesse contexto, muitas críticas se impunham ao sistema capitalista, ampliando as bases para um movimento ambientalista mais forte, pelo qual se reconheceu a importância da Educação Ambiental como campo de ação pedagógica, integral e permanente.

Em 1973, criava-se, no Brasil, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com a atribuição de compreender e repensar o ambiente no contexto nacional. Seguindo propostas mais avançadas, a UNESCO e o PNUMA criaram, em 1975, o Programa Internacional para a Educação Ambiental, com o intuito de promover ações mais efetivas no campo ambiental. Na década de 1980, após o processo de abertura política, os órgãos governamentais brasileiros iniciaram as efetivações de políticas afirmativas relativas ao meio ambiente e ao necessário envolvimento da sociedade civil, em parceria com o setor público. Ocorreu, em âmbito nacional, uma discussão muito rica sobre a crise vivida em vários países do mundo, em relação aos desafios ambientais e às questões associadas à promoção da qualidade de vida.

Nesse contingente, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), definida por meio da Lei nº 6.983/81, situou a Educação Ambiental como um dos princípios que garantiriam

[...] a preservação, melhoria recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições de desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Estabeleceu, ainda, que a Educação Ambiental deveria ser oferecida em todos os níveis de ensino e em programas específicos direcionados para a comunidade. Visava, assim, à preparação de todo cidadão para uma participação na defesa do meio ambiente.

A análise da economia mundial, na década de 1990, revela a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esse período, caracterizado por desemprego, inflação e uso inadequado dos meios naturais nos países do Terceiro Mundo, bem como por processos de aceleração da globalização da economia, propiciou debates e conferências, defendendo uma agenda ambiental mais comprometida com a produção econômica sustentável.

Nesse contexto, articularam-se as condições para a Rio 92, com foco nos problemas ambientais globais e nas questões do desenvolvimento sustentável. O documento, firmado por meio da Agenda 21², procurou assegurar o acesso universal à educação básica, em conformidade com a Conferência elaborada em Tbilisi (1977).

Sobre a referida Agenda 21 e as contradições sociais inerentes ao capitalismo, muitos autores fazem críticas contundentes sobre as mudanças tratadas no documento, sem a promoção de transformações estruturais para a efetivação significativa das ações propostas. Segundo Menezes (2011, p. 113), tornam-se necessárias as seguintes indagações:

A Agenda 21 se estabelece como uma nova possibilidade de instância pública e participativa em consonância com o meio ambiente? Ou está estrita a uma nova estratégia de legitimação do desenvolvimentismo associado a um movimento de adaptação eco-mercado-lógico?

A Cúpula da Terra, assim também definida a mobilização ocorrida no Brasil em 1992 (Rio 92), foi um evento importante, em termos simbólicos, para a discussão ambiental. Nele, ficou claro que o desenvolvimento de uma cultura mundial deveria estar em consonância com o respeito à Ecologia. Um dos objetivos centrais e políticos dessa conferência foi demonstrar a capacidade coletiva frente aos problemas planetários, opondo-se ao poder unilateral dos Estados Unidos da América, considerados como a principal potência. Na referida conferência, definiu-se fortemente a necessidade de um crescimento em conformidade com o meio ambiente, com a saúde, com a educação e com a justiça social.

Em 1997, o mundo novamente se organizou no Japão (Quioto) para debater sobre as emissões de gases que provocam o efeito estufa (GEE). Percebeu-se, então, a necessidade de ações mais austeras no controle do aquecimento global. Dos acordos para minimizar os impactos ambientais no planeta, cobraram-se, dos países que mais poluem, planos e sugestões no apontamento de combate ao problema.

² A Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A CNUMAD é mais conhecida como Rio 92, referência à cidade que a abrigou, e também como “Cúpula da Terra” por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes. O acordo foi feito por 179 países participantes da Rio 92 que assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de se promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. É um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, 2013).

Todavia, em termos de ações práticas, seus resultados foram insatisfatórios, pois os países responsáveis por grandes emissões de resíduos poluentes (sobretudo China, Japão e EUA) não se envolveram adequadamente, frustrando as expectativas em relação aos avanços esperados. As propostas finais foram consideradas genéricas pelos ambientalistas de todo o mundo, representando um retrocesso no debate e nas ações ambientais.

Os tratados e acordos, resultantes desses encontros históricos, reforçaram a importância de se repensar a sociedade e o desenvolvimento econômico. Contudo a crise ambiental vivenciada pela humanidade tem avançado e imposto a necessidade de se reconsiderarem as práticas de consumo, as relações entre o homem e a natureza e a busca de formas de saber e agir, no sentido da construção de ações transformadoras em direção a um futuro ambiental melhor e socialmente mais justo.

O Brasil apresentou papel ativo e participante nessas movimentações mundiais, em prol dos desafios ambientais globais. No que se refere às diretrizes para a Educação Ambiental, consideramos significativas as políticas advindas. Dentre as ações delegadas à Educação, podemos elencar a adoção de novos paradigmas a serem construídos por toda a sociedade, demandando ações concretas.

Desde a década de 1980, através do parecer 819/85, o Ministério da Educação e Ciências (MEC), reforçou a necessidade da Educação Ambiental (EA), no Ensino Fundamental e no Médio, integrada a todas as áreas de conhecimento, além de delegar à escola a grande contribuição no sentido de formação da consciência ecológica dos cidadãos que nela são formados.

Nessa mesma década, especificamente no ano de 1987, ao ser realizado o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, promovido pela UNESCO³, em seu documento final, a Estratégia Internacional⁴ de ação ressaltou a prioridade da formação de “recursos humanos nas áreas formais e não formais da Educação Ambiental e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino” (MEDINA, 2008, p.04).

Esse evento, promovido pela UNESCO, remete-nos ao campo de ações voltadas para a inserção da consciência ecológica em instituições de ensino de forma global, reforçando-se,

³ Realizado em Moscou, capital da Rússia.

⁴ Esse documento, denominado Estratégia Internacional de ação em matéria de Educação e Formação Ambiental, considerou a possibilidade de manter o crescimento econômico, mas em uma nova forma que utiliza menos materiais e energia, considerando a relevância dos impactos causados, porém, também atendendo às necessidades vitais de empregos, alimentos, energia, água e saneamento; conservação e aumento da base de recursos naturais; reorientação tecnológica e consideração de gerenciamento dos efeitos de risco e fusão das considerações ecológicas e econômicas na tomada de decisão (MEDINA, 2008).

neste contexto, que em 1988, a Constituição Federal do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente, em seu artigo 225, inciso VI, determinando: “Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente [...]”. A Constituição da República Federativa do Brasil é considerada, na atualidade, de vanguarda em relação à questão ambiental (BRASIL/CRFB, 1988).

Ainda em sequência aos marcos e eventos sobre o meio ambiente, criou-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conhecido pelo acrônimo IBAMA, pela Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, com a finalidade de formular, coordenar e executar a política do meio ambiente. Compete-lhe: a preservação, a conservação, o fomento e o controle dos recursos naturais renováveis em todo o território nacional; a proteção de bancos genéticos da flora e da fauna brasileira, além do estímulo à Educação Ambiental nas suas diferentes formas.

Nesta linha de pensamentos, Medina (2008, p.04) complementa que, no Tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis, elaborado pelo Fórum das Organizações Não Governamentais (ONGs), ficou explícito:

[...] o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais humano e harmônico de desenvolvimento, onde se reconhecem os direitos humanos da terceira geração, a perspectiva de gênero, o direito e a importância das diferenças e o direito à vida, baseados em uma ética biocêntrica e do amor. O outro documento foi a Carta brasileira de Educação Ambiental, elaborada pela Coordenação de Educação Ambiental no Brasil e se estabelecem as recomendações para a capacitação de recursos humanos.

A Carta Brasileira para a Educação Ambiental estabelecia objetivos claros para a formação de professores na área de Educação Ambiental. Enfatizava a preparação de profissionais qualificados em coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias, para a implementação da EA nos sistemas de ensino, em todos os seus níveis e modalidades.

Como retomada da discussão sobre as questões ambientais e, por sua vez, Educação Ambiental, houve, na Dinamarca, em 2009, a Conferência de Copenhague (COP-15), a 15.^a Conferência das Partes. “O encontro foi considerado o mais importante da história recente dos

acordos multilaterais ambientais, pois tem, por objetivo, estabelecer o tratado que substituirá o Protocolo de Quioto⁵, vigente de 2008 a 2012.” (ODM, 2009).

A COP-15 foi organizada pelas Nações Unidas, reunindo lideranças mundiais para debaterem sobre reações às mudanças climáticas (aquecimento global), que ocorrem atualmente, tendo, como presença brasileira, o desembargador Antonio Souza Prudente⁶, representante do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (PRUDENTE, 2010).

De acordo com a ODM (2009), foram colocadas em pauta algumas questões, como: o impasse entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para se estabelecerem metas de redução de emissões de poluentes, contando com o esforço global e a recusa histórica do governo norte-americano, em participar das discussões e do esforço de combate às mudanças climáticas. Os debates tiveram como metas adotar uma nova postura em relação ao comprometimento global de todos os países e estudos científicos sobre a questão climática, entre outros pontos relacionados.

Nesse encontro, no Acordo de Copenhague que encerrou a Conferência em questão, foi estabelecido que:

[...] os países participantes deverão providenciar “informações nacionais” sobre de que forma estão combatendo o aquecimento global, por meio de “consultas internacionais e análises feitas sob padrões claramente definidos”. Ordena, ainda, que “os países desenvolvidos deverão promover, de maneira adequada, recursos financeiros, tecnologia e capacitação, para que se implemente a adaptação dos países em desenvolvimento” e reconhece a importância de “reduzir-se as emissões produzidas pelo desmatamento e degradação das florestas”, promovendo-se o manejo florestal sustentável, a conservação e o aumento dos estoques de carbono (REDD+), com “incentivos positivos” para financiar tais ações com recursos do mundo desenvolvido. (PRUDENTE, 2009, p.01)

No Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada, em 2012, a Rio + 20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, marcando o vigésimo

⁵ O Protocolo de Quioto é um tratado complementar à Convenção-Quadro das Nações Unidas, sobre Mudança do Clima. Criado em 1997, definiu metas de redução de emissões para os países desenvolvidos, responsáveis históricos pela mudança atual do clima. O Brasil ratificou o documento em 23 de agosto de 2002. Sua aprovação interna deu-se por meio do Decreto Legislativo nº 144 de 2002. Dentre os principais emissores de gases de efeito estufa, somente os EUA não ratificaram o Protocolo (MMA, 2013).

⁶ Professor do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. O TRF, em sua dimensão continental, responsabiliza-se, em grau de apelação, pela mais ampla tutela jurisdicional do meio ambiente no território nacional, abrangendo quatorze Unidades da Federação, onde se situam os mais importantes biomas e mais expressivos ecossistemas do planeta, bem como as mais significativas Unidades de Conservação da Natureza (nota nossa).

aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992 (Rio-92).

Comemoram-se, inclusive, os dez anos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, acontecida em Johannesburg, África do Sul (2002). Os temas principais foram: “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”, e a “Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável” (RIO+20, 2012).

Os referidos encontros fixaram metas, ações, programas, leis e objetivos a serem alcançados pela humanidade, com o intuito de recuperar, conservar e proteger os recursos naturais. Em consonância com a educação e sua grande contribuição para o alcance desses projetos, muitas recomendações e alertas apontam caminhos para que o professor se empenhe no comprometimento dos segmentos sociais que não participam das decisões, mas que devem arcar com os problemas resultantes.

Certamente uma educação que atenda a tal complexidade, deverá partir de projetos horizontais que vejam não somente a árvore, mas a floresta toda, o particular e o universal, acreditando que “mudar é difícil, mas é possível e urgente” (FREIRE, 1991, p.08).

Para tanto, é necessária uma reflexão sobre a educação e a formação do professor, discutindo também as perspectivas teóricas da Educação Ambiental, tema do Capítulo 2 deste estudo.

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Considerando as análises realizadas sobre os principais movimentos mundiais materializados por grupos políticos, ativistas e cidadãos, no sentido de repensar as interferências que as ações humanas podem acarretar no processo de destruição do bem maior que temos: o ambiente que nos sustenta, perguntamos: como abordar a crise ambiental que marca o século XXI? Qual deve ser o foco da educação ambiental? Até que ponto nossa vida pessoal e nossos desejos estão dissociados da realidade socioambiental na qual estamos inseridos? Frente ao mundo que nos cerca, às reações entre a sociedade e a natureza, seremos protagonistas ou meros espectadores? Como atuar no sentido de sermos sujeitos de nossa história e verdadeiros construtores de nossa sociedade?

Esses questionamentos se fazem necessários, pois temos a responsabilidade de nos envolver ativamente na construção de uma proposta que represente uma nova perspectiva social e ambiental, pela qual os sujeitos sociais possam ser reconhecidos quanto às suas representações e vozes.

Um olhar sobre os movimentos ambientais permite-nos compreender a seriedade com que essa temática demanda ações dos professores, em todos os níveis de ensino, bem como entender o que se firmou em políticas e diretrizes de ensino, para uma proposta de Educação Ambiental crítica e transformadora, traçando caminhos interdisciplinares que propõem a compreensão, a intervenção e a transformação. Referenciando esta abordagem, Santos afirma:

A denominada crise ambiental a que hoje assistimos padece dessa situação e deve suscitar uma revisão das teorias e práticas das diversas disciplinas na medida em que demanda uma análise compreensiva, totalizante, uma análise na qual as pessoas, vindas de horizontes diversos e que trabalhem com a realidade presente, tenham o seu passo acertado através do mundo, através de um legítimo trabalho interdisciplinar. (2006, p.1)

E, ainda, para Lima (2009, p.147), a Educação Ambiental no Brasil, conforme referido no capítulo 1 deste estudo, desde as décadas de 1970 e, com mais ênfase, na década de 1980, é uma área de conhecimento e de atividades político-pedagógicas. Segundo o autor, “ela já

nasceu como um campo plural e diferenciado que reunia contribuições de diversas disciplinas científicas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas, atores e movimentos sociais”.

Entendida como fator-chave para as mudanças sociais, a educação, em sua essência, representa uma possibilidade fundamental no processo de compreensão da problemática ambiental e o professor é um dos seus agentes, com grande potencial para o engajamento da luta por mudanças na ordem social e na busca de novas formas comportamentais, considerando o ser humano como parte integrante do meio e da sociedade, um construto baseado nos princípios éticos e solidários.

2.1. Diferentes modos de se pensar e de se fazer Educação Ambiental

O planeta enfrenta uma crise ecológica, cuja dimensão preocupa, cada vez mais, os cidadãos comuns. São muitos e impactantes os fatores naturais ou antrópicos que compõem a crise ambiental vivida na atualidade: a poluição do ar em níveis impróprios, nevascas, terremotos, furacões; o aumento do consumo da água para irrigação e produção de alimentos; as inundações por chuvas torrenciais e localizadas, bem como a construção de usinas hidrelétricas que impactam seriamente o ambiente e as populações locais atingidas; a criação de animais para o consumo de um grande contingente populacional; o efeito estufa; as grandes enchentes e as estiagens prolongadas que também afetam a produção de alimentos; o aumento de doenças e os desmatamentos irregulares que consomem reservas naturais existentes.

Ao perceber a conjuntura social em que está envolvido e participar criticamente dela, o educador tem, diariamente, a oportunidade de contribuir para a formação de agentes ativos, críticos e criativos, capazes de intervir, de forma autônoma, nas transformações sociais. Contudo é preciso que ele repense constantemente a sua prática, os conteúdos escolares, os projetos pedagógicos e reflita sobre os seus propósitos, sobre para que e a quem os mesmos convêm.

Podemos pensar em uma proposta de ação conjunta, em que os conteúdos escolares auxiliem na compreensão das necessidades, na valorização do ser humano e do espaço onde vive, a fim de buscarmos a qualidade de vida para todos, no contexto vivido e em estudo. A educação ambiental, na conjuntura das incertezas científicas, bem como nas complexidades epistemológicas e sociais, necessita enfrentar o grande desafio de transformar a teoria e os discursos em práticas integradas. Entendemos que as políticas públicas educacionais têm um

papel relevante a desempenhar e as instituições escolares são espaços onde esta educação pode acontecer, como parte integrante do currículo escolar.

Trabalhar questões ambientais de forma coletiva requer uma preparação docente, visando ao ensino cujo epicentro é o aluno. Este, como sujeito social, tem a responsabilidade de contribuir para melhorar o meio ambiente em que vive.

Conforme salienta Sato (2004, p.34), nesse contexto de buscas por soluções educativas, há que se questionar: “Como o educador pode se orientar na diversidade das propostas? Como caracterizar cada uma delas e identificar aquelas que inspiram a prática individual?” Para a autora, a aprendizagem sobre o meio ambiente na escola é vital para os alunos se sentirem integrados a ele.

Nesta perspectiva, Sorrentino (2005, p.24) compreende que a EA é um campo teórico em construção e também motivação para as práticas diversificadas cotidianas. Conforme argumenta o autor,

É apropriada de formas diferenciadas pelos grupos e pessoas que atuam na área e pela população em geral. Uns dizem que não é necessário adjetivar educação” se ela for compreendida em toda a sua abrangência e extensão; outros propõem especificar o “ambiental” com expressões do tipo: social, conservacionista, participativa, emancipatória, para a gestão, para o desenvolvimento sustentável, para a construção de sociedades sustentáveis, entre outras, que vão sendo enunciadas para caracterizar suas propostas e práticas. (SORRENTINO, 2005, p.24)

Uma crítica, neste sentido, é apontada por Carvalho (2004, p.153, *apud* Alves, 2013), relacionada ao emprego da expressão Educação Ambiental,

[...] que passou a ser usada como termo genérico para algo que se aproximaria de tudo que pudesse ser acolhido sob a visão de “boas práticas ambientais”. Numa palavra, o projeto político-pedagógico de uma educação ambiental crítica poderia ser sintetizado na intenção de contribuir para a mudança de valores e atitudes, formando um *sujeito ecológico* capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas.

Portanto, a expressão “boas práticas ambientais” não tem a conotação de educação em seu sentido lato de transmissão de conhecimentos, mas convida o sujeito a assumir uma

responsabilidade na construção social de saberes que são uma parte da vida de cada um, reflexão esta que nos reconduz a Paulo Freire, em sua defesa a favor da educação crítica e emancipatória, capaz de conduzir o homem a se reconhecer como autor de sua própria história.

No entanto são diversas as vertentes envolvendo a Educação Ambiental, sendo algumas mais antigas (tais como a Naturalista, a Resolutiva, a Sistêmica, entre outras), que perderam a sua hegemonia a partir da década de 1980, abrindo espaços para o pensamento crítico e holístico. Cada corrente, formada por pesquisadores, professores, ambientalistas, associações, possui seu próprio discurso sobre EA, com diferentes concepções e propostas de prática da ação educativa (SAUVÉ, 2004).

Elucidativo, neste sentido, é o pensamento de Alves (2013, p.01), ao se referir a tal diversidade. Segundo o autor, embora haja um consenso entre os diversos teóricos quanto à necessidade de se tomar uma atitude real e prática relativa à crise ambiental que vivemos, “[...] há uma dicotomia sobre o que fazer e como gerir as questões ambientais, sobre que interesses devem prevalecer na complexa negociação entre os diversos grupos sociais, envolvendo seus projetos e visões de mundo”.

Sabemos que a Educação Ambiental tem sido expressão cada vez mais utilizada nos textos das políticas e dos programas de Educação e de meio ambiente, bem como nos projetos comunitários de extensão, gestão e ação. Segundo Costa,

[...] há lutas e tensões no campo sócio cultural da EA: essa cultura ambiental se caracteriza pela grande diversidade de atores e interesses sociais que articula. Portanto, no contexto das disputas teórico-metodológicas e ideológicas, vão se delinear as nuances, ênfases e diferenças na interpretação da problemática ambiental. Do mesmo modo, veremos essas disputas atravessando os conceitos, os programas, as pedagogias e as políticas em educação ambiental. (2009, p. 167)

Desta feita, considerando que cada corrente de Educação Ambiental destaca-se por suas singularidades, entendemos ser interessante a análise das principais propostas, para compreendê-las juntamente às práticas em curso.

As sistematizações das vertentes teóricas que orientam a Educação Ambiental propiciar-nos-ão bases para analisarmos a diversidade de propostas pedagógicas neste campo. Ressaltaremos, aqui, as características de três vertentes específicas: a Conservacionista, a Pragmática e a Crítica, segundo o pensamento de Layrargues (2013).

A Vertente Conservacionista, Layrargues (2013), como o próprio nome já indica, traz à baila a existência de uma transição da educação conservacionista para a chamada Educação para Gestão Ambiental, terminologia introduzida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos (IBAMA). Comparando esse dois tipos de educação, o autor explica que a primeira teve o seu olhar voltado para o ambiente não humano, para a natureza. De característica rural, sua abordagem envolveu as ciências naturais, como conteúdo a ser transmitido na escola, destacando aos alunos, como principal aspecto, os impactos causados pelas ações do homem na natureza. Enfatizou, em seguida, as tecnologias capazes de enfrentar tais impactos. Nessa linha de raciocínio, sendo o problema ambiental traduzido como resultado dos princípios ecológicos que concebia, conseqüentemente o mau comportamento humano, a educação conservacionista deveria corrigir tais condutas, gerando boas atitudes.

Por sua vez, a Educação Ambiental, que teve seu marco inicial na Conferência de Tbilisi (1977), possui uma visão que abrange o homem urbano, promovendo a interação e a integração dele com a natureza: a articulação do mundo natural e do mundo social, transpondo a linearidade de uma natureza puramente biológica, para, nela, englobar os aspectos socioeconômicos e político-culturais das ciências sociais e humanas (LAYRARGUES, 2013). Ocorre assim a integração do homem com a natureza, um complementando o outro, pois o aquele necessita dos recursos naturais para sobrevivência e, por isso, precisa preservá-los.

Para o autor, a degradação ambiental é resultante da sociedade industrial e da cultura por ela criada, colocando o mercado competitivo como prioridade. Este paradigma abre uma visão que situa o ser humano do lado exterior da natureza, atuando de forma dominante sobre ela. Tal pensamento, utilitarista e conservacionista, foi rompido pelo documento de Tbilisi (1977), segundo o qual a educação ambiental deve focalizar um construto de valores e atitudes, tanto de educandos quanto da população, em um comprometimento maior e participativo, com programas e ações democráticas.

Para Layrargues e Lima (2011), a corrente conservacionista da Educação Ambiental resume-se em uma vinculação do homem com a natureza, no sentido de vivê-la, despertando no ser humano a sensibilidade de conhecê-la e preservá-la por meio de práticas ecológicas (pauta verde), tais como o ecoturismo, as trilhas interpretativas, a biodiversidade, o escotismo, entre outras aventuras esportivas em ambientes naturais, estimulando a valorização do pensamento ecossistêmico em motivações educativas por meio destas práticas. É uma corrente baseada na mudança comportamental individual, minimizando o sentido do antropocentrismo e valorizando o ecocentrismo.

A vertente pragmática, segundo Layrargues (2012, p.398), ganhou força na crise de identidade vivida pela Educação Ambiental no contexto brasileiro, apresentando dois momentos: primeiro, o paradoxo entre teoria e prática, observado “em diversas expressões concretas da vivência pedagógica da Educação Ambiental” que, segundo o autor, é uma contradição que dicotomiza as diretrizes e os princípios já consolidados no âmbito internacional, a sua teoria e seu método de fazer a Educação Ambiental, com o que vem sendo praticado nas ações pedagógicas concretas, afastando a práxis do radicalismo e da crítica anticapitalista. No segundo momento, observa-se a dificuldade de sobrepor o pensamento à ação pragmática, que se tornou hegemônica na EA, especialmente em sua “dimensão Informal, vivenciada nos meios midiáticos de comunicação em geral”.

De acordo com Guimarães (2006) (*apud* LAYRARGUES, 2012, p.399), esta crise paradoxal entre a teoria e a prática poderia ter sua origem naquilo que o autor designa como armadilha paradigmática da Educação Ambiental,

[...] muitas vezes associada à modernização conservadora que por ideologia captura intencionalidades político-pedagógicas manifestadas como críticas, mas contraditória e ingenuamente exercitando sua práxis de modo pragmático ou conservacionista; já na perspectiva da hegemonia do pragmatismo na Educação Ambiental Informal, essa crise de identidade seria mesmo intencional, pois se trata da voz ideológica dominante valendo-se do artifício da propaganda cultural para reproduzir seus valores e práticas.

Nesta perspectiva de afastamento da visão crítica, a EA solidifica-se na crença simplista de que tal prática educativa é relevante para se estabelecer uma cultura de sustentabilidade. A visão crítica da EA considera ingênuo um projeto social reformista sintonizado com o liberalismo conservador. Sem o senso crítico, essa Educação Ambiental estaria desvinculada da reflexão e das intervenções no cerne da crise ambiental, dedicando-se a combater as manifestações mais visíveis e diretas, transformando-se em mais um instrumental ideológico de reprodução social, sem nenhuma alteração essencial. Seria mais um processo sob controle e dominação, que afasta questionamentos ou problematizações.

A vertente pragmática resume-se em ações educativas urbanas, tais como coleta seletiva e reciclagem de resíduos, ampliando-se a partir do século XXI para a abordagem das Mudanças Climáticas, da Economia Verde, da ecoeficiência empresarial, “sistemas de gestão ambiental, criação de mercados verdes (como o mercado de carbono), impacto zero, serviços

ecossistêmicos, criação de indicadores de sustentabilidade (por exemplo, a 'pegada ecológica'⁷), racionalização do padrão de consumo, entre outros.” (LAIRARGUES; LIMA, 2011, *apud* LAYRARGUES, 2012, p. 403).

Layrargues (2012, p. 399) questiona: “Será que se deixou por tempo demais que o senso comum da percepção da Educação Ambiental fosse transfigurado, conduzindo sua percepção para sentidos não comprometedores do sistema?”, questionamentos estes que evidenciam a manifestação favorável do autor em relação à Educação Ambiental sob a visão político-pedagógica crítica.

Por sua vez, a vertente Crítica abrange as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora, no Processo de Gestão Ambiental. A Ecopedagogia, assim denominada por Gadotti (2000), entre outros autores, é constituída por elementos que a caracterizam como uma corrente de filiação político-pedagógica, oposta às correntes conservacionistas da década de 1990.

Para Layrargues (2012, p.404), a vertente crítica opõe-se também ao pensamento reducionista das práticas educativas, focalizadas na educação, no comportamento individual no âmbito doméstico, de forma “a-histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa.” E, ainda,

Nutre-se do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chave como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflito, Democracia, Emancipação, Justiça, Transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros. Tem, na intervenção político-pedagógica dos casos de Conflitos Socioambientais, a sua identidade exclusiva em relação às macrotendências anteriores. (LAYRARGUES, 2012, p.404)

a Educação Ambiental segundo uma condição de inquestionável significância e não somente como um conteúdo transversal. Mais do que um simples conteúdo a ser desenvolvido, é necessário buscar a ação, o compromisso e a formação de atitudes que propiciem a reflexão sobre a ordem social, o zelo com os bens naturais e comportamentos socioculturais mais sustentáveis.

O grande desafio, posto para os educadores, é o fato de a sociedade delegar à escola um trabalho significativo para a promoção da Educação Ambiental. Muitas são as políticas e os planejamentos curriculares que enfatizam a árdua tarefa de educar para a sustentabilidade. Logo, os professores, ao realizarem suas funções, necessitam conhecer e refletir, com maior senso crítico, sobre os aspectos do mundo contemporâneo, os problemas ambientais, sociopolíticos e econômicos em cena.

Contudo, para se inserir a Educação Ambiental no cenário escolar, é necessário reconsiderar as possibilidades da formação docente, envolvendo nesta, também, o conhecimento mais amplo do meio ambiente e de tudo o que concerne a tal educação, concebendo outros valores a ela relacionados, como ética, preservação e crítica social.

2.2. A Educação Ambiental e o currículo escolar

Para pensarmos na aproximação da educação ambiental com a construção curricular da escola no Brasil, temos que retomar ao final da década de 1990, pois foi nesse contexto, mais especificamente em 1997, que surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), incluindo a Educação Ambiental com princípios fundamentais de “Convívio Social, Ética e Meio Ambiente”. Neles, a dimensão ambiental é inserida como um tema transversal nos currículos do Ensino Fundamental.

Os PCNs fizeram parte das medidas governamentais para otimização da qualidade de ensino público no Brasil. O conjunto de documentos foi preparado pelo MEC, com a colaboração de diversos especialistas e a cooperação de instituições e entidades de estudos e pesquisas educacionais.

Os documentos editados e distribuídos pelo Ministério e aprovados no Conselho Nacional de Educação tornaram-se objeto de seminários, reuniões de professores e dirigentes dos sistemas educacionais que trabalham hoje na construção de currículos mais adequados às peculiaridades culturais de cada

região do país. A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a reflexão dos alunos e a inclusão desses temas no currículo não foram uma preocupação inédita, já tendo sido discutidas e incorporadas às áreas ligadas às ciências sociais e ciências naturais. (BRASIL, 1998, p.09)

São referências para o Ensino Fundamental e o Médio de todo o território nacional, tendo como principal objetivo assegurar que as crianças e jovens, ainda que vivam em locais cujas condições socioeconômicas sejam desfavoráveis, tenham o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade, podendo ser adaptados à realidade de cada região nacional (BRASIL/PCNs, 1997).

Compõem-se de uma coletânea que propõe um currículo formal sobre os parâmetros para a educação básica, sendo uma diretriz da qual a comunidade escolar tem consciência e dela se vale como referência para a transformação de objetivos, conteúdos e didática de ensino.

Seu Volume 9 trata das questões do meio ambiente, envolvendo os elementos físicos e biológicos, bem como a interatividade do homem com a natureza, por meio do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia. Os PCNs propõem que os conteúdos ambientais devem ser devidamente integrados às diferentes áreas do currículo escolar. A intenção é realizar uma Educação Ambiental que promova mudanças comportamentais nos alunos e desperte, neles, a valorização da cidadania na sociedade em que se inserem como sujeitos sociais responsáveis por sua construção saudável (BRASIL/PCNs, 1997).

Como se percebe, a elaboração dos PCNs e a inserção do tema “Educação Ambiental” consolidaram-se em uma década, na qual os movimentos ambientalistas ganhavam visibilidade, buscando a conscientização popular sobre a questão. Ratificando este aspecto, ainda no ano de 1997, era realizada a Conferência Rio+5⁸, que trouxe, como pontos principais de discussão, a diversificação do movimento ambientalista brasileiro, a multiplicidade de atores sociais, a institucionalização da problemática ambiental no país, o aumento significativo da consciência ambiental da população e o movimento duplo de setores estratégicos e ações individuais e coletivas de porte, coincidindo com outros movimentos de ordem mundial que ocorriam, na mesma data, na Índia, no México, em Cuba, entre outras nações, com os mesmos objetivos educacionais populares.

O Brasil apresentou o documento “Declaração de Brasília para a Educação Ambiental” em 1998, consolidando, posteriormente, a I conferência Nacional de Educação

⁸ Assim chamada por ter ocorrido cinco anos após a Conferência Rio 92 (nota nossa).

Ambiental (CNIA). O documento reconhece que a visão de educação e de consciência pública foi enriquecida e reforçada pelas conferências internacionais e que os planos de ação dessas conferências devem ser implementados pelos governos nacionais, pela sociedade civil (incluindo ONGs, empresas e a comunidade educacional), pela ONU e por outras organizações internacionais.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída em 1999, representou grandes avanços para a Educação Ambiental no Brasil, como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e não formal. Com uma proposta programática de promoção da referida educação em todos os setores da sociedade, diferentemente de outras leis, não estabelece regras ou sanções, mas determina responsabilidades e obrigações (BRASIL, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental, cujo objetivo foi implementar as diretrizes desta em âmbito nacional, ao definir responsabilidades e inseri-las na pauta dos diversos setores da sociedade, institucionalizou a EA, legalizando seus princípios. Dessa forma, transformou-a em objeto de políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança de ações para a promoção ambiental.

O PNEA também buscou articular a coordenação e supervisão de projetos relacionados à Educação Ambiental, além de participar das negociações relativas ao financiamento dos mesmos. É importante realçar que foi estabelecida uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Educação e Ciências (MEC), especialmente na realização de Conferências de Meio Ambiente nas Escolas e em Comunidades, eventos estes que mobilizam secretarias estaduais e municipais de educação, ONG's e grupos sociais (BRASIL, 1999).

Observamos aqui a articulação da Declaração de Brasília para a Educação Ambiental, os PCNs, a Política Nacional de Educação Ambiental, como ações educativas para se criar uma preocupação com a proteção e com a recuperação dos recursos naturais e um esforço destas políticas em conscientizar o cidadão a se relacionar, de uma maneira mais consciente, com o meio ambiente.

Transcorridos vários anos da publicação dos PCNs, podemos verificar que a inserção da Educação Ambiental no currículo escolar ainda é um desafio para o Brasil. Sabemos que apesar de todos os marcos legais já instituídos, muitas são as escolas que permanecem distantes da discussão e da implementação de propostas pedagógicas no âmbito da EA. Sancho (1998, p. 16) recorda que os PCNs, por exemplo, foram uma proposta curricular que

não veio acompanhada de uma necessária “reforma social, política, cultural e econômica que enfrente os problemas básicos que perpetuam a situação do sistema educativo público”.

É notório que, para cumprir suas atribuições, a escola necessita de um contrato social com as demais instituições sociais, culturais e educativas. Sem essas condições, torna-se muito difícil a formação do cidadão, de acordo com valores propostos pelos PCNs, principalmente em relação ao meio ambiente como tema transversal. Portanto, é necessário o compromisso de todas as áreas do conhecimento — entre elas, a Sociologia, a Pedagogia, a Ecologia, por exemplo —, com a tarefa de trabalhar as temáticas ambientais e de conduzir o estudante ao desenvolvimento da criticidade e da reflexão sobre o meio ambiente.

2.3. A formação de professores para a Educação Ambiental

Sauvé (2005, p. 23) nos convoca a considerar as correntes teóricas que possibilitam direcionamentos à educação, relevando os parâmetros que sustentam as concepções a respeito do meio ambiente e da educação ambiental, assim como os enfoques que fundamentam as práticas educacionais, no sentido de contribuir para atividades construtoras, transformadoras e propiciadoras de uma formação mais reflexiva sobre o meio ambiente, de forma global, compreendendo o planeta Terra como a casa em que a humanidade compartilha a vida. Hutchison, por sua vez, reitera uma proposta de Educação Ambiental:

Nossa tarefa para futuro imediato deve ser a de continuar e articular a visão de construir um paradigma curricular para as escolas que nos possa ajudar, da melhor forma possível a recuperar um modo humano autêntico de relação com o mundo natural e enfrentar de modo direito os desafios ecológicos com os quais nos deparamos atualmente. (2000, p.164)

Certamente a implementação de processos educativos de qualidade e socialmente referendados implica e propicia a reelaboração contínua da experiência profissional e permite ao professor rever suas práticas, planejamentos e ações, otimizando, assim, o seu trabalho com o processo de ensino e aprendizagem. Sobre isso, Morin nos incita a redefinir nossas posturas:

Não se trata somente de oferecer um quadro de referências mais amplo de motivar os estudantes a fim de permitir-lhes agir de maneira mais eficaz, mas também de auxiliá-los a adquirir uma cultura da complexidade, e, portanto uma cultura do mundo de amanhã, pois é evidente que o mundo futuro será cada vez mais complexo. Tampouco é saber pequenos pontos, sobretudo, como é o caso das pessoas que se dizem cultas. A cultura é uma argamassa que permite construir o sentido integrando conhecimentos. O ensino de amanhã deverá, pois, levar os jovens a encontrarem uma profissão, mas, sobretudo, dar-lhes o sentido do respeito ao outro, o sentido da abertura e da tolerância, fazendo com que eles participem plenamente da apaixonante aventura que é busca o saber. (MORIN, 2005, p.499)

Libâneo (2002, p.02) alerta-nos para o fato de que as demandas da prática darão a configuração aos saberes da docência, sendo estes estruturados em torno da experiência, dos conhecimentos científicos e pedagógicos. O autor complementa que “a qualidade das aprendizagens dos alunos depende da qualidade do desempenho profissional dos professores.”

Portanto, para educar, com foco na percepção e na valorização da Educação Ambiental como um campo de conhecimento, o professor necessita ter domínio e clareza sobre o objeto do ensino e da aprendizagem. Para Pimenta e Lima (2004), qualquer que seja a profissão, seu exercício inclui a prática e o pensar sobre ela, no sentido de aprender algo ou gerar uma ação. No que se refere à docência, profissão caracteristicamente teórica-prática, as autoras consideram que,

[...] o modo de aprender a profissão será a partir da observação, reprodução e, às vezes, reelaboração dos modelos existentes na prática consagrados como bons. Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco nos observando, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser (PIMENTA; LIMA, 2004, p.85).

As concepções teóricas e os desdobramentos na ação formativa e prática para o professor, requerem dele uma constante autoanálise e conforme estamos observando no desenvolvimento deste estudo, os caminhos para uma diretriz mais abrangente que focalizam a Educação Ambiental passam também pelo percurso da formação específica nesse campo de conhecimento.

As habilidades e capacidades para aprender a se relacionar com o outro, inserindo-se, neste inter-relacionamento, o meio ambiente, serão adquiridas por meio da práxis, da reflexão e do exemplo. O meio que queremos dependerá do que fizermos e, para fazer, precisamos

repensar a lógica excludente e destruidora, além de questionar a ordem instituída em um ambiente de aprendizagem contínua na ação-reflexão-ação. Para Freire (2001-a), “a reflexão é o movimento referente ao ato de pensar para fazer e, depois, refletir sobre o que foi feito”. Tal postura permite a autoavaliação, prática muito importante para que o professor faça, por si mesmo, a análise de sua prática. Tal postura lhe permitirá, ele mesmo, corrigir possíveis falhas percebidas em seus atos. Este tipo de autoavaliação permite, também, uma reaprendizagem contínua. Para tanto, os professores são sujeitos sociais no processo, pois lidam com o conhecimento, com o pensar e o fazer.

Uma perspectiva educacional — que vise minimizar o consumo desenfreado, a reconsideração sobre o ter, a competição e as consequências advindas das ações impactantes sobre o meio — servirá como referência à atuação dos profissionais envolvidos com a Educação Ambiental.

Nesse sentido, é fundamental a construção de uma abordagem interdisciplinar e transversal, mas com um novo conceito “de ser e estar no mundo”, retomando os princípios de interconectividade. Morin define esse modelo epistemológico e complexo de compreender o mundo, pesquisar, ensinar e aprender como “a religação dos saberes”, visando à compreensão das condições ambientais educacionais e sociais:

A religação dos saberes é um ponto que se encontra igualmente ausente do ensino e que deveria ser considerado como essencial: a arte de organizar seu próprio pensamento, de religar e, ao mesmo tempo, diferenciar. Trata-se de favorecer a aptidão natural do espírito humano a contextualizar e a globalizar, isto é, a relacionar cada informação e cada conhecimento a seu contexto e conjunto. Trata-se de fortificar a aptidão a interrogar e a ligar o saber à dúvida, de desenvolver a aptidão para integrar o saber particular em sua própria vida e não somente a um contexto global, a aptidão para colocar a si mesmo os problemas fundamentais de sua própria condição e de seu tempo. (MORIN, 2005, p. 21)

Acreditamos que o educador é um sujeito criativo, que duvida, inventa e participa ativamente da construção do saber, do ensinar e do aprender, podendo, portanto, contribuir para as condições de um mundo melhor, partindo de reflexões críticas sobre o modo de produção, dos desafios científicos, políticos e culturais e das possibilidades de ações sustentáveis.

A percepção docente sobre os interesses que estão em jogo permite estabelecer relações entre as questões ambientais, econômicas e sociais. A educação para a construção de

novos jeitos de ver e de agir sobre a natureza enfrenta muitos desafios complexos e contraditórios da sociedade. Nessa perspectiva, Sorrentino (2005, p. 285) nos mostra que:

Falamos de educação e suas múltiplas dimensões de ensino e de aprendizagem, de objetivos e princípios, de métodos e técnicas, de educadores e educandos, de tecnologias e espaços de aprendizagem, de territórios de convivência e sujeitos aprendentes, de escolas e de educação não formal, de cursos e meios de comunicação, na ótica das distintas correntes pedagógicas e ideologias.

Não estamos acostumados com a indissociabilidade do ter e do ser, pois ainda praticamos a cisão homem/natureza e temos dificuldade em perceber, de maneira integrada, as questões sociais e os desafios ambientais. O individualismo ainda permeia nossos saberes, fazeres e práticas sociais. Sair da fragmentação disciplinar parece-nos uma oportunidade de correção de nossas práticas pedagógicas, pois “fragmentado, o saber não oferece nem sentido e nem interesse, ao passo que, respondendo às interrogações e curiosidades, ele interessa e assume um sentido.” (MORIN, 2005, p. 22)

Conforme nos mostra Paulo Freire (2001), é necessário desarraigar nossos pressupostos de educação bancária para estarmos aptos a educar no contexto da complexidade. Logo, interessa-nos entender, holisticamente, o campo da Educação Ambiental com seu significado complexo que atinge múltiplas dimensões de nossa cultura.

De acordo com Worster (1992, p.21), “[...] qualquer que seja o nível de sofisticação ou grau de precisão da definição, o holismo tem sido oferecido como mais do que uma simples crítica à ciência. Ele tem sido advogado por todos aqueles que sentem um intenso desgosto diante da fragmentação da cultura industrial e de seu isolamento da natureza”.

As práticas educacionais efetivas no campo da Educação Ambiental orientam-nos em relação às ações contínuas, abrangendo tanto a esfera de atuação individual quanto coletiva, em que cada um deve fazer a sua parte e todos juntos atuar interativamente. Tal prática pressupõe mais compromisso, respeito e mudanças significativas nos processos de produção e consumo.

Assim, a formação emancipatória, crítica e reflexiva dos educadores ambientais apresenta-se como uma tarefa essencial, a fim de que os mesmos possam reavaliar as práticas pedagógicas em espaços educativos, para que estes se constituam espaços privilegiados na formação de sujeitos sociais. Os docentes devem estar atentos à urgência de transformações profundas nos atuais padrões de produção, consumo e distribuição de riquezas e aptos a

colaborar no planejamento e na materialização de estratégias socioeducativas sustentáveis e críticas. É necessário romper com o modelo educacional que considera a educação a partir de uma visão predeterminada do homem, na qual cada um é uma essência imutável.

Tal pensamento idealiza o homem como um ser pronto ou acabado, limitado ao que assimilou, através de um sistema de educação cujos saberes foram criados por terceiros e reproduzidos nas escolas, conforme refere Paulo Freire. Tem-se, assim, uma visão de homem acomodado e adaptado, impossibilitado de alterar a sua realidade, mas alterando-se em função dela.

Ora, a educação é um instrumento pelo qual os indivíduos podem promover mudanças sociais; acreditamos ser oportuno conscientizar os discentes quanto à compreensão das transformações da realidade ambiental, não por transmissão mecânica de saberes, mas pela reflexão e consequente crítica daquilo que nos rodeia, de forma ativa. Nesse sentido, o professor deve ser um mediador instigador e um facilitador na construção do saber.

A educação reflexiva, questionadora e crítica precisa evidenciar que o homem não é o centro do universo, mas faz parte dele; precisa fortalecer, em seu contexto, a Educação Ambiental e a relação da sociedade com o meio ambiente, incluindo as outras demandas educacionais a ela relacionadas.

Autores como Sauvé (2005), Layrargues (1999), Sorrentino (1998) e Reigota (1995), entre outros citados no desenvolvimento deste estudo, propõem uma Educação Ambiental crítica. E uma Educação Ambiental crítica e comprometida com a mudança social pressupõe transcender pedagogias de bases conservadoras, como o   a tradicional, fazendo uma releitura da mesma. Nessa perspectiva, teremos em Paulo Freire uma matriz fundamental para a E A “enquanto prática dialógica, libertadora, que objetiva a expansão da consciência crítica” (FIGUEIREDO, 2006, p.05).

Conforme define Tozoni-Reis,

Se a função – democrática e transformadora – da escola é a garantia da apropriação, pelos sujeitos, do saber elaborado, a contextualização, histórica e social, dos conhecimentos   sua tarefa educativa, inclusive na dimensão ambiental. Então, não tem nenhum sentido pensarmos na inserção da Educação Ambiental na escola sem integrá-la plena e concretamente ao currículo escolar. A proposta ing nu  e imobilista da inserção da temática ambiental como atividade extracurricular esvazia de importância essa temática e não contribui para a formação, plena e reflexiva, de sujeitos ambientalmente comprometidos e responsáveis pela construção de relações socioambientais socialmente justas e ecologicamente equilibradas. (2009, p. 49)

Sim, urge que os professores sejam reflexivos, autônomos, ativos e participativos, que entendam a educação em suas interfaces, pesquisem e pensem sobre a sua prática pedagógica, sendo a mesma realizada com o outro e não para o outro. Para se alcançarem tais características, o professor deve ser engajado, ter prazer e crença em sua profissão, além de gostar de aprender e de ensinar, comportando-se, ao mesmo tempo, como um ensinante e um aprendente, conforme defende Fernandes (2001). Segundo a autora, entre o aprendente e o ensinante, há um espaço preenchido pelo prazer de aprender e de ensinar.

A educação permanente, continuada e comprometida, pode, certamente, contribuir para os saberes compartilhados sobre a complexidade inerente à Educação Ambiental. Assim, a educação que queremos abre espaço para a ação participativa, democrática e dialógica, em que todos possam dizer e fazer, contribuindo, desse modo, com seus saberes e experiências para a coletividade. A realidade percebida pelo olhar e pela escuta, ou pelas experiências do mundo vivido, poderá apontar outra maneira de educar, que seja menos competitiva, porém mais sustentável e holística.

A partir de reflexões sobre uma pedagogia solidária, Gadotti (2009, p.45) sugere que o professor “ajude os alunos a encontrar, organizar e gerir o saber”, lembrando Freire ao afirmar que o educador deve ser um mediador e o facilitador na busca do saber.

Todos são aprendizes na escola, sendo que a mesma produz sentidos e compartilhamentos. Desse modo, posturas mais reflexivas vão se firmando em relação ao outro, ao ambiente e à vida, em sua dimensão maior. Frente a esta perspectiva, educar ambientalmente é poder exercer nossa condição de professores potencialmente criativos, que veem mais possibilidades do que desafios, que buscam as mudanças de concepções por meio da sensibilidade, da mobilização social e da crítica aos atuais padrões de produção e consumo. Tal prática requer a busca da criatividade, que não pode ser compreendida apenas como

[...] uma benção dos artistas, dos gênios criadores, dos inventores originais. A criatividade é o poder de dar forma, ordenar, compreender, aprofundar e construir experiências significativas no campo em que atuamos. No processo criativo há conflitos, tensões, incertezas, períodos de espera, angústia e infecundidade. Também há períodos de prazer, de estabelecer relações, achar caminhos, interpretar e recriar a realidade. (GUIMARÃES, 2009, p.323)

E nessa busca, poderá servir como ponto de partida para a implementação de proposições mais efetivas para a Educação Ambiental uma proposta que seja o resultado das reflexões pessoais sobre os hábitos de consumo que cada um de nós possui, sobre as pegadas que deixamos em nossa passagem pela Terra. Silva nos esclarece que

A complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas do saber. Também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas. (SILVA, 2011, p.19).

A partir da percepção de que todos nós somos agentes ambientais e da necessidade de cumprimos essa tarefa, tanto os adultos quanto os jovens e as crianças sentir-se-ão inquietos por ações que reorientem o conhecimento historicamente construído e os sentidos produzidos sobre as relações que têm com a natureza. E o professor assume um papel central nesta empreitada, pois a função social da escola não se restringe à transmissão de conteúdos, mas ao desenvolvimento de habilidades e atitudes que também produzam comportamentos éticos e responsáveis para com o ambiente e os seres vivos.

Se o meio ambiente é o lugar que nos identifica, “[...] é a nossa casa de vida compartilhada, onde nos desenvolvemos pessoal e socialmente; é o cadinho em que se forjam nossa identidade, nossas relações com os outros, nosso ser-no-mundo.” (SAUVÉ, 2005, p.317), é necessário não perdermos de vista o fato de o meio ambiente e a crise ambiental requererem uma discussão voltada para o contexto social, para uma formação crítica, para os fundamentos da crise ambiental.

A Educação Ambiental, assim, coaduna com uma forma pela qual interagimos com o meio ambiente, uma vez que somos capazes de propor modos mais adequados de tratá-lo à medida que compreendemos a crise ambiental. Tal visão horizontaliza-se e nos conduz a planejar, em uma abordagem de criticidade e de criatividade, a intervenção para a busca de solução dos problemas, inicialmente em escala local e, posteriormente, global. A consciência de pertencimento à natureza, de valorização da diversidade biológica e cultural, da

conservação e do consumo responsável, gera a mudanças de nossas condutas pessoais e coletivas. Nessa esteira de raciocínio, Sauvé (2005) assim se expressa:

Um projeto educativo que considere a dimensão essencial da educação fundamental e a esfera das interações em que estamos inseridos, com uma metodologia que desperte no aluno a visão de que a educação ambiental é muito mais do que ferramenta para a resolução ou a gestão dos problemas mas a compreensão de que esta significa a nossa relação com o meio em estamos. (SAUVÉ, 2005, p.317)

O olhar investigativo das realidades e do meio vivido estimula-nos a vontade de agir e de sermos preocupados com o meio ambiente, com o qual mantemos uma relação contextual e, em boa medida, fundamentada em nossos hábitos culturais. Interagir para a sustentabilidade ambiental requer o envolvimento de todas as instâncias educativas, tais como escolas, organismos comunitários, empresas, m  dia etc., em um esforço coletivo para a formação cidadã que envolva questões centrais como a democracia, a solidariedade e a paz. Assim, a educação ambiental deve possuir uma identidade multidisciplinar, “[...] em que o meio ambiente não seja entendido apenas como sin  nimo de natureza, mas como um conjunto de interações entre o meio físico-biológico com o homem” (SILVA, 2011, p.21).

A sustentabilidade não pode ser considerada de modo reducionista, apenas pelas lentes do utilitarismo, mas entendida em uma perspectiva de educação para um futuro viável, que respeite os saberes científicos, sociais e culturais, em um processo dialógico para a melhoria das relações de todos e de cada um com o mundo. De acordo com Gadotti, o desenvolvimento sustentável

[...] vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e, em consequência, com o planeta (e mais ainda com o universo). A sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos como seres do sentido e doadores de sentido de tudo o que nos cerca. (2005, p. 35)

Exatamente por considerações importantes como essa, educar para uma cultura de sustentabilidade    educar para encontrar nosso lugar na história, para que cada um de nós identifique seu papel no mundo, em um profundo sentimento de pertencimento à comunidade

humana e de ser sujeito do planeta, não só de uma cidade, ou de um país, mas cidadão planetário e corresponsável por um mundo mais amplo. Dessa forma, estaremos contribuindo para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis no compromisso com o ser, com o saber e com o agir.

Segundo os PCNs (2008, p.50), os “valores e compreensão só não bastam. É preciso que as pessoas saibam como atuar, como adequar sua prática a esses valores”. Reiteramos que são possíveis as mudanças e as transformações pela intermediação da escola. Esse espaço criativo e motivador pode nos propiciar ideias e nos ajudar na construção de uma sociedade voltada para o meio ambiental e para a formação de atitudes éticas.

Em consonância com tal assertiva, Gutiérrez (2000, p.101) afirma que “a ética está permanentemente baseada em princípios naturais e dinâmicos e se expressa em proposições de afirmação que não se conformam com o mínimo, e sim tendem à plenitude”. Pensamos que a educação ambiental deva ser assim, promotora de transformações sociais nos campos culturais, econômicos e sociopolíticos, como pontos de partida para a tomada de consciência da realidade.

Seguindo esse princípio, a Educação Ambiental propõe-se a discutir a realidade que nos cerca e que percebemos através da observação. E podemos começar a desenvolvê-la de diversas maneiras, sendo que a discussão sobre o papel do consumo e da mídia, da maneira como lidamos e compreendemos o meio ambiente, pode ser um caminho profícuo. Segundo Siqueira (2007), o consumo tornou-se uma cultura e é a chave da inter-relação da educação ambiental, das ações políticas e da sociedade de riscos.

Conforme o mesmo autor, vivemos em uma época caracterizada por tecnologias sofisticadas, cujas bases são a produtividade, a competitividade e a lucratividade. Nesse contexto tenso, a mídia e o mercado se unem para estimular o consumo e formar a nossa opinião sobre como compreender o meio ambiente e qual o nosso senso de responsabilidade em relação a ele. Corroborando esta afirmação, temos:

A mídia se destaca como instrumento fundamental nesse meio social. Nos tempos atuais, ela tem uma dimensão capital e central nos diversos âmbitos da sociedade moderna. A política, o esporte, a escola, a economia são atravessados e marcados pela influência dos meios de comunicação de massa. (SILVA, 2009, p.2)

Se a mídia tem esse papel fundamental na sociedade, certamente também poderá atuar de modo expressivo na formação dos professores. É relevante compreender melhor esta trilogia, composta pela mídia, pela formação do professor e pelo meio ambiente. Para tanto, examinaremos, no Capítulo 3, a importância desta como produtora de imagens, informações e influência na formação do professor. Nosso propósito é analisar a “Nova Escola”, a fim de verificar até que ponto este artefato cultural pode orientar e desenvolver no professor a capacidade de lidar com as questões ambientais, no contexto das práticas educativas escolares.

CAPÍTULO 3

MÍDIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A REVISTA NOVA ESCOLA EM FOCO

Na sociedade capitalista em que vivemos, o indivíduo vale pelo que possui e ostenta. Ao trilhar o caminho em busca de bens de consumo, ele põe em risco a vida, em sua essência maior, haja vista que o meio ambiente e os recursos naturais são imprescindíveis à qualidade de vida da sociedade. Consequentemente, são necessárias práticas educacionais voltadas para a promoção de novas posturas, como condições fundamentais na busca de sustentabilidade, saúde pública, responsabilidade social e ambiental. Logo, é preciso pensar, agir e ver as questões ambientais sob um olhar mais questionador.

Nesse contexto, faz-se importante considerar os sentidos produzidos e postos em circulação pelo aparato midiático e informacional. Os meios de comunicação são engenhos que contam com mecanismos poderosos e estimuladores do consumo e, exatamente por isso, ajudam a sustentar um modelo econômico baseado na elevação da produção em larga escala, bem como na conquista permanente de novos consumidores. Estamos falando do poder das diferentes mídias e dos processos de comunicação e informação que compõem o cotidiano dos sujeitos contemporâneos.

Silva assinala que:

A mídia é considerada o quarto poder, ou seja, o quarto maior segmento econômico do mundo, sendo a maior fonte de informação e entretenimento que a população possui. O poder de manipulação da mídia pode atuar como uma espécie de controle social, que contribui para o processo de massificação da sociedade, resultando num contingente de pessoas que caminham sem opinião própria. Subliminarmente, através da televisão, das novelas, jornais e internet, é transmitido um discurso ideológico, criando modelos a serem seguidos e homogeneizando estilos de vida. (2009, p.02)

E Freire afirma que a vida humana só tem sentido na comunicação. Para ele,

Somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele, não há comunicação e sem esta, não há verdadeira

educação [...] A educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B mediatizados pelo mundo. (FREIRE, 1970, p. 98)

Paulo Freire criticava de maneira enfática os meios de comunicação por, muitas vezes, reduzirem a informação a um simples comunicado, com grande preocupação na transferência de dados, ou seja, a comunicação de informações de forma manipulada, para que as pessoas absorvessem as mesmas sem questionamentos. Considerava, ainda, que a mídia tinha uma tendência a veicular conteúdos prontos, sem, na maioria das vezes, estimular a curiosidade do leitor ou do espectador quanto às informações e ideias veiculadas. Kotscho (2002), ao se referir a Freire, aponta-nos como ele manifestava sua crítica à mídia:

Paulo Freire mostrava-se frequentemente indignado com a visão conservadora da mídia brasileira no trato das questões sociais e o pequeno espaço dedicado à discussão de assuntos ligados à educação. Para ele, a mídia mostrava-se muitas vezes distante da realidade brasileira, falando da elite para a elite. Como ele viajava muito e gostava de se informar diretamente com os moradores sobre as condições de vida nas comunidades visitadas, fazendo o papel de um repórter, acabava tendo uma visão sobre a realidade brasileira conflitante com a retratada pelos veículos da chamada grande imprensa. (Entrevista concedida a Mariana Bittencourt Faraco em 05 de março de 2002).

A crítica de Freire, citada por Kotscho, mostra-nos a preocupação com uma mídia empenhada em construir informações vinculadas aos interesses do poder a quem ela serve, sem levar em conta o interesse popular. Freire questionava quem seria este poder e a quem a mídia serviria, um poder que procurava insistentemente intervir no que deveria ser ou não comunicado à população, dando-nos a ideia de manipulação da informação e da realidade que nos rodeia.

Conforme aponta Campos,

[...] uma informação como um fim em si mesma, descompromissada com a reflexão, como é possível verificar, especificamente, no empenho da mídia em estimular o consumo a qualquer preço, sem se preocupar com suas características de injustiça social, sobrecarga do ecossistema e até doenças físicas (como a obesidade infantil) e psicológicas associadas ao consumo compulsivo ditado e modelado pela mídia unicamente com finalidade de lucro. (2006, p.02)

Ainda assinala que a mídia e particularmente o jornalismo devem se preocupar com a responsabilidade social dos meios de comunicação e abordar a Educação Ambiental de maneira permanente e questionadora. Para isso, faz-se necessário investir na formação dos jovens para que os mesmos tenham contato com uma abordagem complexa

indispensável à compreensão das relações entre os fenômenos, não só no que se refere ao meio ambiente [...], mas em relação ao próprio ensino, como instância de educação libertadora, para vencer os preconceitos, romper os paradigmas do racionalismo estabelecido, refundar a ética e rever o conceito de objetividade. (2006, p.01)

O sujeito contemporâneo está profundamente imerso em uma cultura midiática que estimula o consumo, promove gostos, hábitos e modos de ver o mundo. Especialmente a infância e a juventude possuem interações cotidianas com as mídias eletrônicas, com a publicidade e os mais diferentes tipos de textos, imagens e sonoridades que convidam para o mundo das compras, das ofertas, do consumo. Neste raciocínio, Bieging tece uma reflexão sobre o uso que as crianças fazem da mídia:

[...] Por um lado, a relação da criança com os discursos da mídia é vista por alguns autores [...] de forma negativa e influente, na qual a criança é considerada receptora passiva, uma vítima dos processos, onde sua inocência é roubada, são controladas e manipuladas. Essa visão da mídia como manipuladora já era frequente no século passado, quando pesquisadores acusavam primeiramente o cinema e depois a televisão de alienar a população. (2012, p.149)

Atualmente, veem-se crianças acordadas até bem tarde da noite, envolvidas com a internet, com os jogos virtuais e com a televisão, que mantêm programações durante 24 horas, tempo em que são influenciadas por propagandas dos mais diferentes produtos, lançados constantemente no mercado. Desta forma, tornam-se consumidoras desde muito pequenas e seguem fazendo isso durante toda a vida, enquanto a mídia e o mercado continuam estimulando incessantemente novas aquisições, com ofertas de produtos que modificam os hábitos e influenciam as decisões do consumidor de todas as idades.

O consumismo é estimulado a partir destes valores trazidos pela mídia que reforça ou mesmo inventa novas necessidades de produtos e serviços. Contudo é preciso assinalar que os receptores não são totalmente passivos diante dos sentidos produzidos e estimulados pela mídia. O processo de recepção é complexo e marcado por posturas do público que, muitas vezes, levam à não aceitação do que está sendo veiculado. Os deslizamentos de sentido e a reflexão por parte do público são passíveis de acontecer, um fato que desestabiliza as perspectivas de análise que veem um poder quase absoluto no discurso midiático.

De forma eficaz e extremamente fundamental, a Educação Ambiental se propõe com o objetivo de promover reflexões sobre o consumo, a produção e a transformação do espaço, do uso da natureza e das relações sociais; com a missão de repensar teorias e práticas e promover ações educativas capazes de prepararem o cidadão para exercer seus papéis como agentes transformadores da realidade. Segundo Borges e Araújo (2011, p.06), “a temática ambiental deve permear todas as disciplinas do currículo escolar, pois é uma necessidade social e uma determinação legal”.

Acreditamos que as diversas mídias possam ser utilizadas em um processo de parceria com a escola, contribuindo com o trabalho dos professores para a construção de posturas reflexivas sobre o meio ambiente. Isso, certamente, demanda uma mídia comprometida com a responsabilidade social e interconectada com a instituição escolar desde os primeiros anos de ensino até o nível superior, estando também articulada com os poderes constituídos (políticas públicas) e com a sociedade, na busca de um interesse comum: uma mídia que enfatize a Educação Ambiental capaz de transcender o espaço físico escolar, despertando nos indivíduos a consciência de cidadania para cuidar do bem comum.

A construção de uma mídia capaz de influenciar a comunidade na adoção de novas práticas, comportamentos e modos de pensar o meio ambiente implica, por sua vez, o repensar constante do compromisso social “a partir do aprofundamento, da investigação, da interpretação contextualizada, mediante as várias ferramentas à disposição [...]” (CAMPOS, 2006, p.01).

Estamos todos inseridos em uma relação ambientalmente contextual e culturalmente assentada. Assim, é fundamental mobilizar toda a comunidade educacional e os diferentes setores de formação e informação para a reconsideração da conjuntura sociocultural e para a adoção de práticas que levem à construção de um mundo mais saudável, solidário e socialmente justo, cabendo à mídia um importante papel a desempenhar. Sabemos que ela é um instrumento poderoso para o fortalecimento do capitalismo, para o estímulo ao consumismo e à competitividade, naturalizando os desafios e as contradições existentes,

convidando-nos a seguir os caminhos sedutores da sociedade contemporânea e a nos conectarmos às redes, enquanto transitamos na modernidade líquida, onde tudo é fluídico (BAUMAN, 2007).

Em meio às várias opções midiáticas, objetivamos, neste trabalho, analisar a Revista Nova Escola (RNE), a fim de compreendermos qual o seu papel na difusão de ideias relacionadas à Educação Ambiental e que tipo de abordagem ela traz, sobre o que o professor deve saber e fazer nas práticas escolares. Nossa investigação procurou evidenciar como a revista busca influenciar o docente, orientá-lo nas questões ambientais e em como ser um educador ambiental. Silva esclarece-nos que

[...] as revistas são instrumentos que servem para a articulação e divulgação de práticas educativas e se organizam enquanto textos que problematizam e orientam como deve ser a educação nas escolas. Possuem duplo potencial, pois além dos textos informativos que permitem a atualização de conteúdos, podem oferecer estudos, concepções e práticas articuladas às políticas educacionais sugeridas pelas reformas políticas, que se desenvolvem junto às edições. (2009, p.20)

Neste estudo, são utilizados procedimentos próprios da pesquisa qualitativa, que se preocupa com aspectos da realidade, sem se referir à quantificação, focalizando a explicação e a compreensão das relações sociais, dos significados, das crenças, das atitudes e dos valores produzidos em determinado tempo e espaço. Este tipo de pesquisa admite e resguarda a familiaridade e o envolvimento do pesquisador com o tema, bem como com as explicações e conceituações construídas no percurso da investigação. Sendo uma pesquisa educacional, a mesma tem se caracterizado como um processo sistemático e inacabado, realizado por meio de um caminho metodológico.

Conforme salienta Fonseca (2002), toda pesquisa científica demanda a utilização de um método e diz respeito à organização dos instrumentos ou caminhos a serem percorridos ou utilizados no desenvolvimento da investigação que se deseja realizar. O termo “método”, de origem grega — *methodos*, equivale a expressão “caminhos para se alcançar um fim”. Os procedimentos estabelecidos para a realização da pesquisa configuram-se na metodologia, no estudo — do grego *logos* — do método.

Para compor tal estudo, retomamos o tema por meio da análise da literatura específica, que nos permite uma aproximação maior com as questões próprias do campo de investigação. Desse modo, a revisão bibliográfica constitui-se em uma fase importante do trabalho, sendo

possível a consulta a autores especializados que já abordaram a temática em questão, consulta esta “feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas virtuais etc” (GIL, 2007, p.32).

Para alcançarmos o objetivo proposto neste trabalho, elegemos, como metodologia de pesquisa, a análise documental que, segundo Fonseca (2002, p.32), possui características semelhantes às da revisão bibliográfica: enquanto esta é constituída por materiais já elaborados e publicados em livros e artigos científicos, “a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: jornais, revistas [...]”, entre outras.

O trabalho com documentos exige do pesquisador um grande envolvimento com o *corpus* de análise, pois a sua função é a de questionar esses documentos, interrogando-os para que, a partir daí, as respostas para o problema da pesquisa possam emergir, comportamento já referendado por Silva (2009, p. 4), em sua obra “A mídia a serviço da educação: a revista Nova Escola”:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos.

Nosso objeto de análise constitui-se da supracitada revista Nova Escola, produzida para o setor educacional, cujo público-alvo são os profissionais que atuam na educação básica, sobretudo os docentes. Trata-se de uma publicação mensal da Editora Abril, com distribuição nacional. Nesta pesquisa, propomos analisar sete edições da RNE, publicadas durante o primeiro semestre de 2012, um ano bastante representativo para a educação ambiental brasileira, em razão da realização da conferência internacional “Rio+20”. É de nosso interesse realizar uma observação atenta aos textos publicados e como os mesmos produzem sentido sobre a tarefa de promover a Educação Ambiental na escola.

A Revista Nova Escola disponibiliza aos professores da educação básica diversos tipos de textos sobre as questões que envolvem a escola, os desafios da profissão docente e as práticas pedagógicas em sala de aula. Publicada desde março de 1986, conta com o apoio

institucional do Governo Federal, que permite sua venda, segundo seus editores, a preço de custo, além da distribuição para a rede escolar pública.

Atualmente, a RNE é oferecida a todas as escolas públicas brasileiras por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação (FNDE), como suporte pedagógico às instituições de ensino, sendo uma publicação de interesse para os professores da Educação Básica. A finalidade desta distribuição, segundo a revista, “é contribuir para a melhoria do ensino fundamental, divulgando informações que contribuem diretamente para a formação e o aperfeiçoamento profissional dos professores.” Seu objetivo é, portanto, orientar os educadores para que os mesmos ensinem seus alunos, valendo-se de propostas diferenciadas. O slogan que aparece junto ao título da revista é ilustrativo quanto à questão: “Nova Escola - A revista de quem educa”.

De acordo com os editores, sua publicação é a principal iniciativa da Fundação Victor Civita e acreditam que

Com a revista *Nova Escola*, os professores têm acesso às novidades da área e às experiências dos maiores especialistas em educação do Brasil e do exterior. Encontram ideias para aulas, entram em contato com novas teorias e sistemas didáticos, aprendem a confeccionar material pedagógico de maneira simples e de baixo custo além de ter um espaço para mostrar trabalho, talento e competência⁹.

A revista publica discussões sobre temas educacionais, sugestões de projetos de ação prática e possibilidades metodológicas aos docentes em processo de formação contínua e tem, como interlocutor, o professor da Educação Básica pública e particular do Brasil. Segundo Bueno (2009, p. 7),

Seu modelo editorial apresenta-se como uma tradução, para termos próprios à educação, do mesmo modelo seguido pelas demais revistas de entretenimento do Grupo Abril. Sua fórmula consistiria, assim, de se descaracterizar a categoria “professor” da especificidade que ela possui, reduzindo-a a mais um dentre outros estereótipos da indústria cultural. Assim como para a adolescente vende-se *Capricho*, para a mulher madura vende-se *Nova*, para o macho vende-se *Playboy*, para o homem de negócios

⁹ Revista Nova Escola. Disponível em: http://www.abril.com.br/br/perfil/conteudo_43877.shtml. Acesso em: 03 de maio de 2013.

vende-se *Exame*, da mesma forma, para o professor, vende-se *Nova Escola*. Estas publicações, bem como outras, de grande tiragem, parecem obter popularidade e sucesso em termos comerciais por seguirem um modelo editorial baseado em estereotípias.

De acordo com dados publicados pela Editora Abril, a tiragem média da revista, no ano de 2012, foi de 600 mil exemplares, tendo um público leitor formado por 72% de mulheres e 28% de homens. Esse dado revela o processo pelo qual a profissão docente no Brasil foi feminilizada, uma particularidade que se apresenta como fato marcante da história da educação brasileira.

Segundo Rosa (2011), o fato de o sexo feminino representar a maioria do corpo docente brasileiro é um diferencial no estudo que aborda essa profissão. A autora afirma que para se compreender a presença marcante da mulher no processo educacional escolar, o sexo feminino foi, por longos séculos, submisso a um construto social patriarcal que excluía a mulher do espaço acadêmico, prerrogativa dos homens, reservando-lhe apenas aprendizagens voltadas para o lar: costura, bordados, culinária, entre outras consideradas prendas domésticas. A maioria da população brasileira ainda não tinha acesso ao ensino acadêmico, ficando sua aprendizagem resumida à alfabetização básica.

Rosa assevera também que:

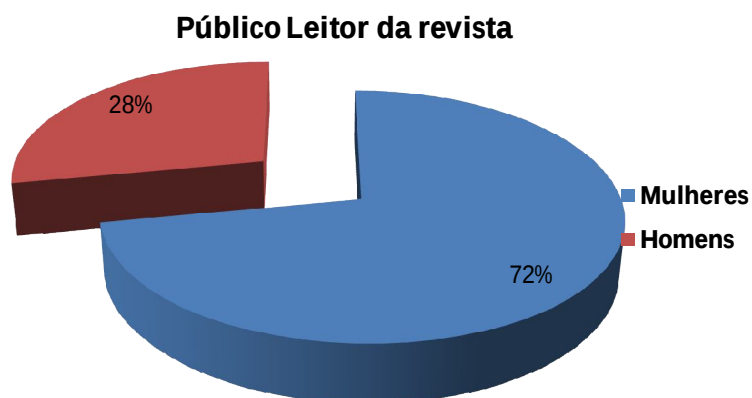
As primeiras mulheres incluídas no processo educacional foram as da elite [...] As meninas das classes sociais mais baixas só foram inseridas nas intenções de educação, quando foi interessante para o país estender a educação para toda a população, devido aos ideais de progresso e modernização (ROSA, 2011, p.03)

Como se vê, a inclusão na escola das classes menos favorecidas economicamente só ocorreu pelos interesses econômicos estatais do capitalismo industrial em expansão, da forte urbanização devido ao êxodo rural, da necessidade de qualificar massivamente a população para servir o mercado de trabalho como mão de obra e para consumir os produtos da indústria em ascensão. Como, nesse processo, os homens buscavam opções profissionais mais rentáveis, foram abdicando da docência, abrindo, assim, espaços para as mulheres que tinham acesso apenas ao curso Normal,

e aceitavam os baixos rendimentos, as precárias condições de trabalho [...] e as que queriam sair da esfera doméstica, foram assumindo esse espaço. Com o ideal de professora que leve mais cuidados maternos que intelectuais para a sala de aula e o aumento da procura de mulheres por essa profissão, foram criadas as condições para a feminização do magistério. A partir de então o magistério se tornou um campo de trabalho feminino e no antigo primário (as quatro séries iniciais do 1º grau) chegaram a perceber 70% do total de funcionários¹⁰.

Assim, compreendemos um pouco mais sobre a razão de se observar a maioria feminina na docência do ensino básico e fundamental em escolas públicas, razão pela qual o resultado do Gráfico representado pela Figura 1, a seguir, referente ao público leitor da Revista Nova Escola, apresenta um expressivo percentual de leitores do sexo feminino.

Figura 1 – Gênero dos leitores da Revista Nova Escola



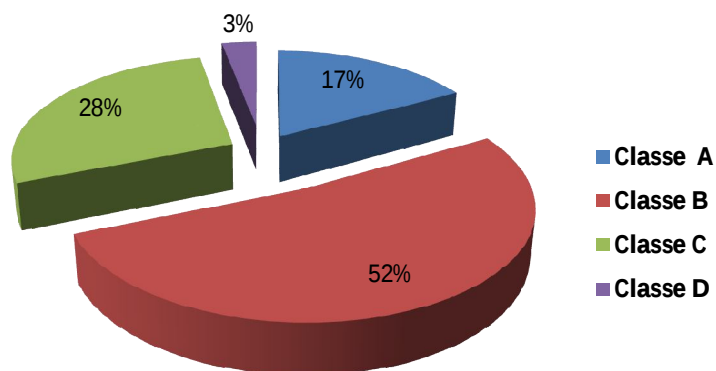
Fonte: EGM - Estudos Marplan Consolidado 2012. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/>. Acesso em: maio de 2013

Em relação à classe social, o público leitor da revista é marcadamente constituído pela chamada classe B¹¹, conforme podemos observar a seguir.

¹⁰ Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/. Acesso em Dezembro de 2013.

¹¹ O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divide as categorias das classes sociais de acordo com a renda familiar mensal. Estão na classe E as pessoas com renda familiar de até R\$751,00. Na classe D encontram-se as famílias com renda mensal entre R\$751,00 e R\$ 1.200,00. A classe C é composta de famílias com renda entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00. Já a classe B inclui pessoas com renda familiar entre R\$5.174,00 e R\$6.745,00. Toda família que ganhe mais do que isso por mês é considerada pelo IBGE como classe A.

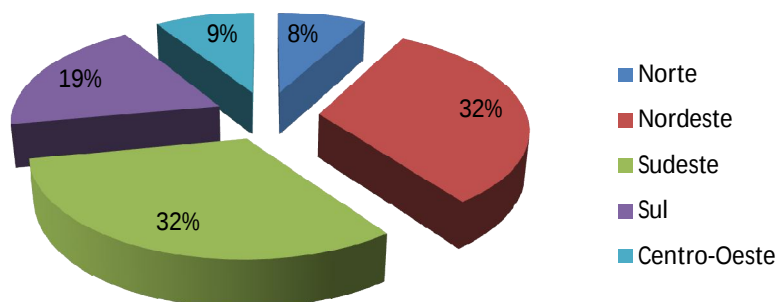
Figura 2 – Perfil dos leitores por Classes Sociais



Fonte: EGM - Estudos Marplan Consolidado 2012. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/>. Acesso em: maio de 2013

Em relação à distribuição dos leitores por região, têm-se os dados apresentados pela Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Perfil dos leitores por Região



Fonte: IVC jan-out/12. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/>. Acesso em: maio de 2013

A concentração de leitores é maior nas regiões Sudeste e Nordeste, conforme podemos observar. Segundo Mota (2010), a distribuição da RNE é desigual nas diversas regiões do território nacional, apresentando um descompasso que pode ser explicado por fatores de ordem política, econômica e cultural.

A região Sudeste se sobressai, entre as demais, pelo número de exemplares que recebe; um dos principais fatores desta disparidade é o fato de essa região ser mais populosa, possuindo, por consequência, "maior número de professores e também mais investimentos por parte das políticas públicas para educação." (MOTA, 2010, p.19). O mesmo autor menciona que o Nordeste ocupa o segundo lugar no campo de distribuição da RNE, um dado surpreendente por ser esta a região brasileira com problemas emblemáticos no campo social, econômico e educacional.

A partir de 1998, a revista criou, para o público interessado, um site intitulado “*Nova Escola on-line*”, que disponibiliza integralmente as matérias de educação continuada para professores, além de contribuir com materiais didáticos para os educadores, tais como os vídeos e cartazes, sugestões de filmes para enriquecer os currículos e ampliar consideravelmente o ensino. Segundo as palavras dos editores:

NOVA ESCOLA traz matérias de todas as disciplinas, pôster destacável, passo a passo das melhores práticas da sala de aula, exemplos de casos reais, artigos acadêmicos e muito mais. E agora também: NOVA ESCOLA DIGITAL! - Confira conteúdos extras exclusivos, como vídeos e planos de aula. - Marque suas páginas favoritas e acesse de forma fácil e rápida. - Guarde suas revistas sem se preocupar com espaço. - Acesse de até 4 computadores ou tablets (iPad e Android) diferentes. - Tenha suas edições disponíveis quando e onde precisar.¹²

Acreditamos ser o acesso *on-line* um ponto positivo viabilizado pela revista, pois esta possibilidade concorre para a minimização de gastos excessivos de materiais para a produção de mais exemplares pela empresa editora. Tal fato poderia representar desperdício, pois, possivelmente, serão descartados pelos usuários após o tempo útil. Embora as matérias sejam interessantes para o professor, nem sempre são arquivadas em bibliotecas pessoais. Ademais, as buscas virtuais facilitam e dinamizam as pesquisas docentes, podendo, desta forma, criar arquivos das revistas sem a ocupação em espaços físicos, favorecendo o gasto excessivo de recursos naturais.

¹² Disponível em: <http://www.assine.abril.com.br/portal/assinar/revista-nova-escola/?DF5C&codCategoria=32>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

3.1. A Estrutura da Revista

Nova Escola é publicada pela Editora Abril¹³, um dos maiores grupos de mídia do Brasil. Como já referido, é um periódico educacional endereçado a um público específico: o professor da Educação Básica. Como se sabe, os profissionais da educação básica não possuem um padrão financeiro médio e têm necessidade de buscar complementação de renda, embora façam parte de um setor social que emprega muito, mas oferece baixos salários. O valor da revista, segundo os seus editores, não tem fins lucrativos e, provavelmente, as edições atendam ao poder de compra destes profissionais-consumidores.

O nome, Revista Nova Escola, é sugestivo; por um lado, marca a oposição à chamada escola tradicional e, por outro, remete-nos às tendências do escolanovismo¹⁴, em que os currículos focalizam o ensino em atividades de exploração do mundo e de supervalorização das experiências discentes, bem como a oferta de educação pública e gratuita a todos — independente das classes sociais, como ideário de uma sociedade democrática —, considerando seus valores individuais. O respeito ao aluno, como agente e epicentro do processo de aprendizagem, e a valorização das experiências de aprendizagem por meio da observação e do contato com o objeto de conhecimento são traços marcantes desta tendência pedagógica. O mesmo autor sinaliza que a importância da corrente escolanovista surge na onda do otimismo pedagógico, como um movimento promissor na área educacional. Segundo Nagle (2004, p.264), o escolanovismo veio como “a forma mais acabada do otimismo pedagógico, quando se processa a introdução sistemática das ideias da Escola Nova, simultaneamente com a sua aplicação nas escolas primárias e normais de vários Estados; nessa ocasião surge a disputa entre os modelos da ‘escola tradicional’ e da ‘escola nova’”.

Assim, o editorial da RNE compreende a relevância dos bons exemplos e das receitas de sucesso, fórmulas já testadas para as práticas de sala de aula. Nessa perspectiva, o professor precisa ser um competente executor e técnico. Em oposição ao tradicionalismo, a

¹³ O Grupo Abril foi fundado na década de 50 e é hoje o mais influente e poderoso grupo de mídia do Brasil. Possui 9 mil funcionários, atua nas áreas de mídia, gráfica, logística e distribuição. A Editora Abril é um dos ramos de negócio do grupo: publica 52 títulos e 192 milhões de exemplares/ano, possui 4,7 milhões de assinaturas, 59 milhões de internautas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1285389-roberto-civita-presidente-do-grupo-abril-morre-em-sao-paulo-aos-76-anos.shtml>. Acesso em: maio de 2013.

¹⁴ A Escola Nova veio para contrapor ao que era considerado “tradicional”. Os seus defensores lutavam por diferenciar-se das práticas pedagógicas anteriores. No fim do século XIX, muitas das mudanças que seriam afirmadas como originais pelo “escolanovismo” da década de 20, já eram levantadas e colocadas em prática: “[...] a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno” (VIDAL, 2003; SAVIANI, 2004).

percepção das salas de aula também se modificou, criando-se um cenário que enaltece o ambiente mais alegre, vivo e colorido, sendo possível perceber este aspecto folheando exemplares da referida revista, que combina, com maestria, os aspectos das impressões com a cibercultura, produzindo um corpus textual ágil, colorido e imagético. Assim como as demais revistas da editora, a Nova Escola tem uma proposta objetiva sobre a educação e a instituição escolar, haja vista que

à medida que elabora um discurso sobre o mundo, ela constrói um discurso de si mesma, estabelecendo o seu lugar e o para que veio, dando-se a importância necessária para se firmar como um objeto imprescindível à vida do cidadão e justificando o seu modelo, ou seja, o que “vai ser dito”, “como vai ser dito” e em nome de qual segmento da sociedade serão direcionados os dizeres. (GUIMARÃES, 2006, p. 132)

Nova Escola é produzida para um professor que apresenta problemas em relação ao processo de formação¹⁵, sobrecarga de trabalho, baixa remuneração, pouco tempo para planejamento, além da desvalorização social da profissão. Todos esses aspectos são amplamente divulgados e discutidos em âmbito nacional e estão marcados nas páginas da publicação analisada. Com vistas à característica do seu público leitor, a revista dedica-se a construir um discurso sobre a competência e as singularidades de um tipo ideal de docente, de modo que o leitor tenha um modelo a ser seguido em seu processo de formação continuada, bem como em seu desenvolvimento no campo da educação escolar. Sendo assim, a RNE assume como designação:

orientar, prescrever e sugerir ao grupo profissional relacionado ao professorado o “que se deve saber” e o “que deve ser feito”. Ao invés de propor a ingerência nos currículos escolares problematizando a mídia, a

¹⁵ Neste sentido, citamos Bernadette Gatti. Segundo ela, pesquisas têm demonstrado que o perfil socioeconômico de quem procura a docência como profissão, em sua grande maioria, vem de classe social menos favorecida econômica e culturalmente e, por isso, necessita trabalhar durante o processo formativo: “são alunos que têm dificuldades com a língua, com a leitura, escrita e compreensão de texto, a maioria proveniente dos sistemas públicos de ensino, que têm apresentado nas diferentes avaliações um baixo desempenho. Em resumo, trata-se de alunos que tiveram dificuldades de diferentes ordens para chegar ao ensino superior. São estudantes que, principalmente pelas restrições financeiras, tiveram poucos recursos para investir em ações que lhes permitissem maior riqueza cultural e acesso à leitura, cinema, teatro, eventos, exposições e viagens. E essa mudança de perfil trouxe implicações para os cursos de Licenciatura que estão tendo que lidar com um novo *background* cultural dos estudantes.” (GATTI, 2009, p. 1355/79).

própria mídia se auto-advogaria como resolução dos problemas educacionais, constituindo-se como “escola paralela” ou currículo dos professores: “ensinando” o modo considerado satisfatório, inovador e competente de desenvolver as disciplinas escolares, ou seja, de praticar os currículos produzidos e prescritos pelos órgãos públicos reguladores da política educacional. (RAMOS, 2009, p. 03)

Sua meta primordial é, portanto, promover a formação continuada do professor. Para tanto, a revista trabalha sob o prisma da inovação. O discurso recorrente da publicação gira em torno de expressões como “novidade”, “moderno”, “atualizado”, sendo que sua perspectiva de formação docente circunscreve-se claramente na vertente da atualização. É visando a esta possibilidade que a revista procura criar, para os leitores, a compreensão do escopo e o interesse pela publicação: busca de novidades pedagógicas e de práticas metodológicas inovadoras. Para ser fiel a essa finalidade, a Nova Escola assume um viés pragmático, baseado na visibilidade de modelos e exemplos “bem sucedidos” de saber/fazer na educação.

As edições apresentam uma estrutura básica em todos os seus números analisados, sendo organizada, na maioria das revistas, em 106 páginas, delimitadas em quatro partes principais, intituladas de “Capa”, “Sala de Aula”, “Seções” e “Reportagens”, conforme se pode observar na Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Sumário da revista

Índice MAIO 2012	
Capa	
56	SUSTENTABILIDADE Você faz, o planeta sente Cinco escolas que implantaram ações simples, mas emblemáticas
Sala de aula	
65	EDUCAÇÃO INFANTIL Creche Movimento – Por que ele é tão importante
68	CIÊNCIAS Educação de Jovens e Adultos A água é um ser vivo, professor?
71	EDUCAÇÃO FÍSICA 3º ao 5º ano Esporte “de menino” ou “de menina”? Isso não existe!
74	MATEMÁTICA 1º ao 3º ano Geometria: três atividades que não podem faltar
78	ARTE 5º ano Cores e gestos de todo o Brasil são um rico conteúdo
Seções	
8	CAIRO EDUCADOR
14	CAIXA POSTAL
18	ONLINE
20	CARREIRA
28	GESTÃO ESCOLAR
34	NA DÚVIDA?
40	E AGORA, TELMA?
41	HELOISA RESPONDE
42	NOVA ESCOLA DISCUTE Bibliotecas
44	FALA, MESTRE! Aloizio Mercadante
48	RETRATO
52	EM DIA
102	ESTANTE
106	PENSE NISSO Luis Carlos de Menezes
Reportagens	
82	BRINCADEIRAS REGIONAIS Quem quer brincar, põe o dedo aqui O primeiro capítulo da série mostra como brincam as crianças de São Paulo
87	PLANEJAMENTO Última chamada Prepare-se para aderir ao novo acordo ortográfico
92	FORMAÇÃO Olimpíada que ensina Concurso de Língua Portuguesa foca os professores
94	PRÁTICA PEDAGÓGICA Temas integrados Sálva quando e como aplicar bem a interdisciplinaridade
98	PESQUISA Transição delicada Estudo trata da difícil passagem para o Ensino Fundamental

Fonte: RNE nº 252, 2012

Observamos que os exemplares são constituídos por diferentes gêneros textuais e se apresentam fartamente ilustrados com imagens, fotografias e infográficos. Essa tendência é semelhante às outras revistas da Editora Abril e segue o preceito de que “o texto, por mais perfeito que seja, será sempre melhor compreendido e atraente quando acompanhado de uma boa fotografia ou de um infográfico bem feito” (SCALZO, 2003, p. 58).

Outra característica marcante é a linguagem simples, fluente e direta. A revista assume claramente a missão de simplificação do discurso acadêmico, a fim de torná-lo acessível ao professor da Educação Básica. Além disso, adota um forte apelo na divulgação de experiências de sucesso, de docentes “bem sucedidos” e “competentes”, que se esforçam em um processo de autoformação e busca de novidades. Conforme salienta Ramos (2009, p. 6), a Nova Escola procura, de modo enfático, “simplificar ou traduzir as “renovações” didático-pedagógicas, através de uma linguagem não acadêmica, portanto, de presumível inteligibilidade”.

Para a Nova Escola, a compreensão das discussões acadêmicas apresenta importância se estas induzirem os profissionais da Educação a pensar soluções rápidas e modernas, em oposição à escola tradicional e ultrapassada. O bom professor é aquele que se apresenta atento aos novos conhecimentos e tem informações mais atualizadas que o ajudam em sua prática pedagógica diária.

Nas capas das revistas, o nome da publicação se apresenta em letras bem visíveis e em cor branca, sugerindo a cor do giz, objeto muito peculiar do trabalho docente. Scalzo assim define a característica da capa de uma revista: “Uma boa revista precisa de uma capa que ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. “Capa”, como diz o jornalista Thomaz Souto Corrêa, “é feita para vender a revista”. Por isso, precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor”. (2003, p. 62)

Corroborando a assertiva Scalzo (2003) de que a capa é uma síntese da edição, elaborada para capturar o interesse do leitor, podemos observar a seguir como são construídas as capas das edições analisadas neste estudo.

Figura 5 – Capas das RNE analisadas



Fonte: RNE, Edições 249, 250 e 251 de 2012



Fonte: RNE, Edições 252, 253 e 254 de 2012

A revista inicia seu conteúdo com o texto “Caro educador”, no qual se percebe a clara tendência da redação em destacar o principal tema a ser tratado na edição, convidando o professor de forma afetuosa para uma leitura do assunto. Em seguida, tem-se a seção “Caixa postal”, na qual são publicadas cartas enviadas pelos leitores. Nela, os educadores têm registradas as suas críticas, elogios, realizações de práticas positivas ou sugestões para a editora. Geralmente, as cartas dos leitores são elogiosas à revista e mostram as práticas que favorecem o professor quanto ao ato de aprender e fazer, bem como o apreço em relação às sugestões pedagógicas, às informações e às matérias publicadas.

Na seção “Online”, a publicação sugere ao leitor a navegação, pela internet, na página da revista, a fim de buscar o aprofundamento dos conteúdos com os recursos tecnológicos e midiáticos, que poderão ampliar as atividades e práticas no contexto escolar.

Por sua vez, a seção “Carreira” é uma página destinada a notícias sobre cursos de formação continuada, eventos, palestras, seminários etc., enquanto a seção “Gestão Escolar”

visa aos dirigentes e coordenadores pedagógicos, procurando divulgar dicas, a fim de que estes profissionais tenham alguns recursos disponíveis e adequados para incentivar e dar suporte aos professores na realização de projetos que permitam visibilidades às práticas escolares.

Na seção “Dúvida”, os especialistas de áreas específicas orientam os educadores na prática pedagógica com maiores conhecimentos, podendo, assim, intermediar a relação do aluno com os saberes. A revista apresenta, ainda, outras seções, conforme se pode observar no seu índice. Em todas elas, observa-se um conteúdo que procura falar diretamente ao professor, apresentando-lhe dicas, sugestões de comportamentos considerados ideais e dando voz aos especialistas, que se manifestam com respostas pontuais sobre os desafios da escola. A RNE, como bom receituário, traz sugestões, proposições e exemplos de práticas desejáveis.

É interessante pontuar que os professores apresentados nas páginas da revista têm um perfil jovem e alegre. Os mais idosos são personalidades reconhecidamente idôneas e de renome no universo pedagógico, ou formadores de professores. Há uma formalidade tradicional nas roupas usadas pelos professores apresentados. As vestimentas das professoras, por exemplo, são sempre frugais, com mangas e decotes muito comportados. As características dos trajes são recorrentes tanto nas matérias jornalísticas que tratam das práticas, quanto nas páginas de publicidade.

Chamou-nos a atenção a seção “Sala de Aula”, em que se leem matérias com sugestões e trabalhos de áreas específicas: Ciências, Educação Física, Matemática, Arte e outras. Verificamos que a revista traz um discurso interdisciplinar, porém prioriza a grade curricular e as disciplinas fragmentadas. Aparece também, bem destacada, a produção discursiva, referente ao conhecimento das disciplinas escolares, de maneira pragmática e tal pragmatismo pedagógico é enfatizado em toda a construção textual da publicação.

3.2. A publicidade na Revista Nova Escola

A publicidade está presente em todas as revistas analisadas de maneira incisiva. Com impressões de qualidade notável, as fotografias dizem muito do contexto político, histórico social e cultural vivenciado nas instituições escolares do Brasil e ocupam espaço considerável nas páginas da publicação. É possível observar imagens que mostram professores e alunos, ilustrando nitidamente produtos de grandes empresas brasileiras do setor educacional e expondo, de maneira recorrente, a publicidade governamental, sobretudo as vinculadas aos

planos e diretrizes curriculares implementadas no país, para que as instituições cumpram as metas e índices esperados.

Um ilustrativo exemplo das propagandas oficiais pode ser visualizado nas mensagens publicitárias sobre o PDE — Plano de Desenvolvimento da Educação. Tomemos, como exemplo, a edição de nº 254. Somente nesse número da Nova Escola, temos seis páginas com propaganda do governo federal¹⁶, ressaltando as iniciativas do Ministério da Educação, conforme descritas a seguir:

- **Toda Escola Pública pode ser uma boa Escola:** Por meio do PDE, o Ministério da Educação oferece aos Estados e Municípios programas e recursos para uma educação de qualidade [...] (p.14-15)
- **Toda Escola Pública pode ter transporte Escolar:** Com o programa Caminho da Escola, o Ministério da Educação garante aos Estados e Municípios recursos necessários para implantar soluções para o transporte escolar [...] (p.17)
- **Toda Escola Pública pode ter uma biblioteca:** O Ministério da Educação fornece obras de literatura e pesquisa [...] (p.19)
- **Toda Escola Pública pode ter equipamentos digitais:** O Ministério da Educação [...] leva às escolas equipamentos [...] (p. 21)
- **Toda Escola Pública pode ter quadras Esportivas:** O Ministério Público aprovou propostas de financiamentos para a [...] (p.22)
- **Toda Escola Pública pode ter educação em tempo integral:** O Ministério da Educação apoia Estados e Municípios na ampliação do tempo [...] (p.25)

Conquanto se reconheça que o patrocínio é um instrumento publicitário das empresas que o sustentam, não podemos deixar de observar que a propaganda ganha amplos espaços na RNE. Um número significativo de páginas é ocupado pela publicidade de editoras que divulgam seus livros por meio da revista, a fim de atingir o público-alvo e ganhar a preferência das escolas na adoção de suas publicações.

¹⁶ Os gastos do Governo Federal com periódicos destinados à escola pública somaram, no ano de 2013, R\$57.072.470,94. Segundo o FNDE, foram beneficiadas 153.840 escolas públicas em todo o país, que receberam no referido ano 14.885.649 periódicos. Entre os títulos recebidos pelas escolas estão: Nova Escola, Carta Fundamental, Pátio Educação Infantil, Ciência Hoje das Crianças, Cálculo Matemática para Todos, Língua Portuguesa, Carta na Escola, Filosofia, Ciência e Vida, Pátio Ensino Médio, Profissional e Tecnológico, Revista de História da Biblioteca Nacional e Presença Pedagógica. (Disponível em: www.fnnde.gov.br/arquivos/category/108-dados-estatisticos?download=7847:pnbe-periodicos-20. Acesso em: janeiro de 2014)

Os grupos patrocinadores são bem articulados e endereçam mensagens claras e sedutoras aos leitores. Visam conquistar os professores, seduzindo-os quanto à escolha e à aquisição dos livros do Programa Nacional do Livro didático (PNLD), programa que, sabidamente, confere às editoras grande retorno financeiro e que, sendo mantido pelo Governo Federal, paga elevadas somas pela distribuição dos livros didáticos e paradidáticos aos alunos das escolas públicas nacionais.

Além das editoras, tem destaque na revista a publicidade de escolas privadas, sistemas de ensino, revistas, roupas infantis, hotéis e pousadas para o chamado turismo pedagógico. Os empresários do ensino privado também não perdem a oportunidade de divulgar seus sistemas de qualidade, aprovados pelo Ministério de Educação. São ofertas de oportunidade para o público da Educação Infantil, Básica e Ensino Superior. Os professores são estimulados a se especializar e muitos cursos estão disponibilizados com a devida autorização do MEC.

Para elucidar a questão, podemos tomar, como referência, um número específico da publicação. No exemplar nº 252, por exemplo, de suas 106 páginas, 33 foram ocupadas com publicidade, tendo como os maiores anunciantes as empresas ligadas à produção de livros didáticos, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Publicidade na Revista Nova Escola nº 252

Publicidade	Recorrência/ nº de páginas
Sistema Positivo de Ensino	01
Sistema de Ensino Objetivo	01
Sistema de Ensino Apis	01
Sistema de Ensino Jean Peaget	01
Editora FTD	02
Editora SM	02
Editora Ática	04
Editora Scipione	04
Editora Saraiva	04
Editora Moderna	02
Editora Agora	01
Planeta Sustentável	07
Gerdau	03

Sistema de Ensino CENI	01
Malhas Malwee Zig Zag	01
Total	33

Fonte: Revista Nova Escola nº. 252, 2012

Os anunciantes endereçam sua publicidade diretamente ao professor, que é o público-alvo da revista em análise. Algumas empresas anunciantes impressionam com o modo pelo qual estão presentes na publicação, tanto pela recorrência nos exemplares, como pelo grande número de páginas que são ocupadas pelos anúncios publicitários das mesmas.

Ganha destaque o próprio prêmio criado pela Nova Escola, Chamado “Educador Nota Dez” da Fundação Victor Civita (Vejam-se as Figuras 8 e 9).

Figura 6 – Prêmio Victor Civita

Prêmio Victor Civita

Seu projeto é nota 10?

*Então inscreva-se de 8 de junho a 8 de julho.
Um novo site indica o que fazer para chegar lá*

Com apuração de **MARIANA QUEEN** mariana.queen@fvc.org.br Editado por **ANA LIGIA SCACHETTI**

A 15ª edição do Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10 já começou. Para participar, docentes e gestores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem enviar seu projeto para a Fundação Victor Civita (FVC) de 8 de junho a 8 de julho. Os trabalhos precisam ter sido realizados entre fevereiro de 2011 e junho de 2012 e a premiação é de 15 mil reais para cada um dos dez vencedores e de 10 mil reais para a escola do Gestor Nota 10.

A ficha de inscrição e todos os detalhes estão no site premiocivita.org.br, reformulado para essa edição. “Vale a pena ler os relatórios dos selecionadores. Eles descrevem os critérios de análise em cada área e apontam os equívocos”, avisa Regina Scarpa, coordenadora pedagógica da FVC. “Ano após ano, temos percebido um avanço nos trabalhos inscritos.”

Em 2011, a Educadora do Ano foi Fernanda Pedrosa de Paula, de Belo Horizonte, que trabalhou a inclusão nas aulas de Educação Física sobre práticas cívicas. Ela ainda colhe os frutos pela vitória e tem sido convidada para dar palestras para professores e estudantes. “No Brasil, há docentes desenvolvendo práticas muito boas que devem servir de exemplo. Temos de socializar trabalhos que impactam a aprendizagem dos alunos”, incentiva.

PASSO A PASSO
Remodelado, o site premiocivita.org.br descreve todas as etapas e os cuidados necessários para inscrever um bom projeto. As páginas apresentam dicas dos selecionadores das várias áreas do ensino e também dos vencedores do último ano.

PRÊMIO VICTOR CIVITA EDUCADOR NOTA 10 15 anos

SOBRE O PRÊMIO
INSCRIÇÕES
DICAS
VENCEDORES

O que você precisa saber
Com alguns pequenos cuidados você pode aumentar a sua chance de ganhar o Prêmio Victor Civita. Veja no que é preciso se atentar ao realizar o trabalho em sala, ao escrever o relato e ao se inscrever.

O PROJETO
O que os selecionadores recomendam
Todo ano, os especialistas que elegem os vencedores do Prêmio Victor Civita gravam um vídeo com dicas fundamentais para quem pretende se inscrever (em breve no site). Além disso, produzem um relatório disponível em PDF sobre os trabalhos inscritos, com recomendações importantes para um projeto de sucesso. Abaixo, você encontra esses materiais, divididos por áreas e disciplinas.

EXEMPLOS DE TRABALHOS
Regina Scarpa
coordenadora de projetos de
Instituto Anísio de
São Paulo (USP) e autora de
Rosa Ivo
professora da Faculdade de
Educação da Universidade de
São Paulo (USP) e autora de
Luziane Hubner
professora de Formação de
Professores da Universidade de
Sorocaba (USP)

90 JUNHO/JULHO 2012 novaescola.org.br

Fonte: Revista Nova Escola nº. 249, 2012

Figura 7 – Publicidade dos quinze anos do prêmio Civita



Fontes: RNE nº. 250, Março de 2012 / RNE nº. 249, Janeiro de 2012

Nesse caso, pode-se perceber que a revista pretende fazer autopublicidade, ao mesmo tempo em que chama a atenção pelo elogio à meritocracia, conforme se observa nas Figuras 8 e 9 acima.

Há, também, os concursos e prêmios dirigidos aos profissionais da educação e financiados por grandes empresas que aparecem na revista como publicidade indireta. A exemplo, podemos citar o “EcoFuturo (Rio+20)” (RNE n. 252, 2012, p. 43) uma chamada para a participação de professores no concurso, cujo tema é “**Rio+20: e eu com isto?**”, premiando as ideias mais inovadoras de educação para a sustentabilidade.

Observa-se que essa chamada para o referido concurso traz, no rodapé da página, o nome de onze empresas patrocinadoras, o que nos remete, mais uma vez, ao campo da publicidade que confere visibilidade às empresas por meio da publicidade indireta.

Como já mencionamos, a revista tem um foco no professor da educação básica e, certamente, o sucesso de vendas de *Nova Escola* explica-se pelas intenções e características do produto aos interesses de seus leitores. Sobre essas características relacionadas a revistas, lemos em Guimarães (2006, p.134) que:

Ao contrário do jornal, que tem um público heterogêneo, a revista atinge um grupo de leitores mais homogêneo e com interesses comuns. Isso permite à revista estabelecer um vínculo mais estreito com o leitor, falar diretamente a

ele, dando respostas para seus problemas e abordando os assuntos que interessam e mobilizam aquele público específico.

Em seu conjunto, a Nova Escola apresenta-se de maneira muito atrativa para os leitores. Folhear este artefato midiático remete-nos ao ambiente escolar. As imagens e textos sugerem-nos uma escola ideal, com alunos ideais e, notadamente, com professores alegres, engajados, responsáveis e satisfeitos com o seu fazer profissional. O professor mostrado pela *Nova Escola* é aquele que, de acordo com o jargão, “faz a diferença”, inova e propõe soluções para a escola e para a sala de aula. Essa perspectiva certamente corrobora para o fato de a revista ser um sucesso editorial em relação ao número de leitores. Nesse sentido, Bueno ressalta que

Os professores realmente clamam pela combinação entre informação e entretenimento, pelas pílulas suaves de auto-ajuda que ilusoriamente possam aplacar a angústia provocada por poderes sociais que parecem tão ameaçadores quanto o eram, para o homem primitivo, os poderes da natureza. Mas exatamente ao satisfazer desejos heterônomos *Nova Escola* converte-se em produto cultural regressivo, pois se faz cúmplice de um estado de reificação que somente os educadores poderão superar. (2009, p. 7)

Entretanto, é preciso pensar também nos deslizamentos de sentido, nas possibilidades de reflexão e na não passividade dos docentes frente à produção da revista analisada. Tal fato leva-nos a questionar: se a lógica discursiva da RNE remete-nos ao professor pragmático em seu fazer-executar-fazer, como fica a atividade crítica e reflexiva?

Compreendemos que é preciso discutir os limites da chamada reificação dos receptores. Por mais que o artefato midiático seja poderoso e que os docentes estejam envolvidos em soluções pragmáticas, imediatismo de desempenhos, cumprimento de metas e prestação de contas dos gastos públicos, estresse e pressão por resultados, há sempre a possibilidade da análise, da busca de novos sentidos, da recusa das fórmulas simplificadas para as questões da escola e de seu desenvolvimento profissional.

É necessário um olhar mais atento e profundo aos textos estandardizados que se apresentam comumente no contexto escolar, os quais somente uma recepção crítica e ativa poderá descortinar. É esse o exercício que propomos fazer na sequência do presente trabalho, analisando de modo específico o que a revista diz aos leitores sobre Educação Ambiental.

CAPÍTULO 4

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REVISTA NOVA ESCOLA

A revista Nova Escola, como já referido, é uma publicação que procura dialogar com os docentes da educação básica de todo o país, dedicando-se a apresentar uma gama de informações sobre as mais diversas áreas disciplinares do currículo escolar, bem como sobre as proposições que dizem respeito à organização da prática pedagógica. Nesse rol de informações, a Educação Ambiental é um tema que nela aparece com frequência. Como afirma Reigota (2001), podemos verificar que, de modo geral, a mídia se dedica a falar sobre meio ambiente.

[...] falar de meio ambiente hoje se tornou pauta obrigatória, não por um mero modismo, mas por uma necessidade de se compreender a complexidade dos fenômenos ambientais que afetam o planeta e que tem a ver com a forma de como a humanidade vem se relacionando com a natureza e com os outros seres vivos e como será, a partir dessas novas realidades, a relação da nova geração, no que tange a maneira de pensar, de consumir, de cooperar, de solidarizar-se, de relacionar-se com animais, rios, mares, florestas e com o seu semelhante. (REIGOTA, 2001, p. 79)

Tendo em vista tal tendência, a RNE se propõe a informar e formar o docente para desenvolver temas relacionados à Educação Ambiental na escola. Para cumprir tal tarefa, constrói um discurso sobre meio ambiente, sobre os desafios ambientais contemporâneos, sobre a Educação Ambiental e o papel do professor na tarefa de formar as novas gerações para o enfrentamento das questões relacionadas ao assunto. Nessa construção discursiva, levada a cabo pela publicação, verificamos recorrências, reforço em determinadas ideias e, também, deslizamentos de sentidos.

4.1. O discurso sobre sustentabilidade e os desafios ambientais

Os vocábulos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” aparecem de maneira recorrente na Revista Nova Escola. Constatamos que toda proposta de discussão ambiental da revista é construída em torno desses dois termos, usados como referência em

textos, imagens, infográficos, planos de aulas etc. A revista, de maneira insistente, procura promover o seu próprio compromisso com a preservação da natureza e com o enfrentamento e a discussão dos desafios ambientais contemporâneos, autodeclarando-se sustentável. Assim, a ideia de sustentabilidade aparece como suporte de toda a discursividade dirigida aos docentes, quando focalizamos a Educação Ambiental.

Figura 8 – Publicidade sobre a responsabilidade ambiental da Revista Nova Escola

A busca pela sustentabilidade faz parte da composição desta revista.

Um dos resultados dessa busca é a tabela que você vê ao lado. Nela, são apresentados os recursos e os processos envolvidos na elaboração, impressão, entrega e destinação da revista que você tem em mãos.

Estamos falando da matéria-prima de cada exemplar e das formas de produção escolhidas para que a edição gerasse o mínimo de impacto negativo sobre o meio ambiente e a sociedade.

Sabemos que ainda há muito a fazer, e estamos empenhados em trabalhar por soluções socioambientais.

A missão agora é aperfeiçoar esse trabalho e manter você, leitor, informado sobre cada avanço conquistado.

Nova Escola é uma publicação da Fundação Victor Civita, vendida a preço de custo, sem fins lucrativos. Há 26 anos, a revista contribui para a melhoria da qualidade da Educação, chegando a professores de todo o Brasil.

www.fvc.org.br

Tabela Socioambiental (por 1000 ex. da revista) | Maio 2012

Consumo	Quantidade	Ação	Status
Consumo de papel	180 g	100% reciclado	OK
Consumo de tinta	6 g	Fonte não renovável	OK
Consumo de água	213 ml	Reuso de 1000 m³/ano na Abil (Gratão)	OK
Consumo de energia	0,13 kWh	62% renovável; 38% rede pública	OK
Embalagens	1 unidade	Fonte não renovável; Projeto de substituição	OK
Reciclagem	77 pessoas	17 milhões de sustentabilidade	OK
Produção gráfica	28 pessoas	Programa Sustentabilidade da Abil (Gratão)	OK
Distribuição primária	100 pessoas	Programa Direção Certa	OK
Elétricos industriais	26 ml	100% instalado internamente	OK
Fluorescência	179 ml	100% instalado	OK
Resíduos de papel da impressão	42 g	Programa de substituição energética	OK
Emissão de CO ₂ / produção	0,184 kg CO ₂ e	Programa Direção Certa	OK
Emissão de CO ₂ / distribuição	0,006 kg CO ₂ e	Distribuição Sustentável não magada	OK
Revista	Em análise	Recursos não vendidos	OK
		Destinação pós-venda em estado	OK

Confira todos os detalhes da Tabela Socioambiental www.abril.io/tabelanovaescola

Apresentamos a quantidade de consumo com o Colégio Abil e a escola. Não tem a mesma fonte: www.abril.io/tabelanovaescola

Fonte: RNE, nº 252, 2012, p. 54-55

Nova Escola, nesse sentido, integra uma tendência que pode ser visualizada em muitos setores socioculturais que entraram na chamada defesa da causa verde. Segundo Porto-Gonçalves (1982), essa perspectiva se manifesta

não só pelo surgimento de movimentos em defesa do verde como também pelos anúncios, cada vez mais frequentes, que nos tentam vender “qualidade de vida”. Mormente no mercado imobiliário. Estranho paradoxo este da “questão ecológica”: todos, independentemente da sua posição social, incorporam o discurso do verde, do combate à degradação ambiental, constituindo um verdadeiro modismo [...]. Pensamos que nunca um discurso tenha sido capaz de reunir tantas opiniões divergentes como o da “questão ecológica”. (PORTO-GONÇALVES, 1982, p. 221)

Nessa perspectiva, a edição nº 252, publicada em maio de 2012, se apresenta de maneira exemplar. O tema da capa e o seu conteúdo trazem como matéria central a questão da sustentabilidade, conforme podemos observar na imagem seguinte.

Figura 9 – Capa da Revista Nova Escola nº 252/2012



Fonte: Capa da RNE, 2012

A revista Nova Escola tem, nessa edição, um forte apelo para a questão da sustentabilidade nas práticas pedagógicas. A imagem (figura 8) faz referência aos elementos naturais do nosso planeta: a água essencial à vida, contornando o ambiente produzido e a interferência humana bem delineada, sendo demonstrada por distintas necessidades e atividades.

Um olhar mais atento permite inferir que sobre a necessidade fundamental de manter suas fontes naturais de produção. A imagem combina com palavras que dizem respeito a valores humanos prestigiados no âmbito social: colaborar, respeitar, influenciar, equilibrar, melhorar, mobilizar e cuidar. Logo, vemos, no centro da figura, o homem, destacado como condição *sine qua non* para o cuidado e a manutenção do sistema sustentável.

Identificamos, nesse exemplar, onze textos, de diferentes gêneros, relacionados à temática ambiental, sendo: nove que a abordam sob diversos ângulos, um referente à formação de professores e um sobre práticas pedagógicas integradas.

Quadro 2 – Apresentação dos artigos da RNE nº 252/2012

Nº da página	Nº do texto	Títulos	Conteúdo
18	01	Sustentabilidade e meio ambiente (novaescola.org.br/meio ambiente)	Vídeo: R.Trajber, especialista em Educação Ambiental, responde sobre sustentabilidade.
			Teste: sua escola é sustentável?
			Planos de aula: tudo sobre água, energia, biodiversidade e biomas brasileiros.
			Perguntas e respostas: como funcionam os créditos de carbono? O que é efeito estufa?
			Dicas: 31 conselhos simples sobre sustentabilidade
28	03	Abordagem ao consumismo	Consumo: Terezinha Rios questiona a força da mídia e a escola no desenvolvimento do consumismo.
	04	Propaganda das Malhas Malvee	O apelo do Marketing associando produtos à causa ambiental
49-50	05	Publicidade: Planeta Sustentável	Projeto Ambiental: Petrobrás patrocina estudo sobre o rio Amazonas e sua influência na umidade do planeta.
54-55	06	Publicidade Editora Abril	Planeta sustentável: Ed. Abril fala sobre a RNE e seu conteúdo sobre a Educação Ambiental.
56-63	07	Capa da RNE 252: Sustentabilidade	Sustentabilidade: Beatriz Santomauro aborda o tema da capa no artigo “Você faz, o planeta sente.”
64	08	Você e o Planeta Sustentável	Uma abordagem às redes sociais e ao Site Planeta Sustentável.
68-69	09	Ciências: educação de jovens e adultos (EJA)	Água: Caroline Ferreira responde às dúvidas sobre o elemento água.
92	10	Formação docente	Olimpíada que ensina – Elisângela Fernandes fala sobre o concurso de Língua Portuguesa na formação docente.
94	11	Prática pedagógica	Diversos professores abordam diversos momentos de estudos em práticas integradas.

Fonte: Org. Lucélia Bárbara Moraes Hortêncio, 2013

Há, em toda a publicação, um “cardápio” variado, oferecido aos professores, sobre a temática ambiental: sugestão de vídeo sobre o tema sustentabilidade; testes para avaliar se a escola é sustentável ou não; série de planos de aulas sobre o elemento água, energia,

biodiversidade etc.; perguntas e respostas sobre o efeito estufa e conselhos rápidos sobre sustentabilidade e meio ambiente, entre outras temáticas. Além disso, recebem destaque na publicação dicas sobre as redes sociais e canais, através dos quais é possível assistir aos eventos culturais, trocar ideias, compartilhar informações e receber convites para atividades e eventos, como caminhadas, passeios e outros.

Observamos, portanto, que a tentativa de interagir com o leitor é uma proposta recorrente em toda a revista. Para tanto, o estímulo ao debate apresenta-se de modo recursivo na publicação, através de questionamentos, dando aos educadores a oportunidade de dialogar com a revista e com outros leitores no processo da “aprendizagem” sobre o meio ambiente.

No texto “Sustentabilidade e meio ambiente”, há um convite dirigido aos leitores da Revista Nova Escola para visitarem o site da mesma, onde poderão encontrar diversos textos e *links* relacionados ao tema. Um dos tópicos mais destacados é o da especialista em sustentabilidade, Rachel Trajber, coordenadora geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação durante sete anos. Nesse texto, a autora destaca a importância do papel de cada cidadão para a construção da chamada sustentabilidade. Enfatiza, também, quais são os primeiros cuidados que todos devem ter, a partir do nosso próprio corpo, para que nos tornemos partícipes de uma sociedade preocupada com as questões ambientais.

Nessa edição dedicada à temática ambiental, chamou-nos a atenção a seção “Teste”, na qual são apresentadas questões sobre práticas de sustentabilidade, que podem ser aplicadas na escola. A proposta da revista é que o professor responda às questões propostas e a partir delas, reflita sobre o tema. As sugestões disponibilizadas para a escola estimulam a comunidade escolar a colaborar com o chamado equilíbrio ecológico, isto é, com o estado ou condição de um ambiente natural ou manejado pelo homem, “em que ocorrem relações entre os organismos vivos e entre estes e o meio ambiente, no decorrer do tempo. É uma condição fundamental para a sustentabilidade dos sistemas orgânicos de produção, no tempo e no espaço”¹⁷. Esse teste, ao que tudo indica, é uma maneira de a revista assumir um caráter mais lúdico frente ao leitor, ao mesmo tempo em que propõe um diagnóstico para medir o que sabem os professores sobre as questões ambientais e sobre o envolvimento da escola com o assunto.

Verificamos que a voz de especialistas está sempre presente na publicação. Professores universitários, intelectuais, técnicos do setor educacional e institutos de pesquisa são constantemente convocados a ensinar os leitores a respeito das questões ambientais. Esse

¹⁷ Definição e equilíbrio ecológico. Disponível em: <http://www.sct.embrapa.br/500p500r/Resposta.asp>. Acesso em: janeiro de 2014.

é o caso, por exemplo, do texto “Consumismo”, em que a filósofa Terezinha Rios mostra que o conceito de vida boa e feliz tem sido associado a esse tema: a imagem do cidadão é confundida com a do consumidor. Segundo a autora, a escola deve refletir sobre o seu papel neste contexto e sobre a responsabilidade dos gestores nas práticas construídas no interior dessa instituição, já que sua função é formar cidadãos. O texto defende, de maneira enfática, que a escola não pode contribuir para o desenvolvimento da cultura do consumo como fator de qualidade de vida; pelo contrário, precisa questioná-la, demonstrando que é possível construir outras possibilidades e experiências.

Nessa edição, estão presentes, também, publicidades concernentes à chamada causa verde. Destaca-se a propaganda das malhas Malwee, em que podemos observar o apelo na associação de roupas com cores e frutos. Nela, uma menina aparece vestida com uma camiseta da referida marca, em que se veem estampas de utensílios de cozinha, lembrando a mesa de café da manhã, sugestionando ao consumidor a questão da alimentação saudável e de produtos naturais, mas, ao mesmo tempo, apresentando modelos de roupas atraentes, bem ao gosto de crianças, *marketing* que conduz ao consumo dos produtos Malwee.

De todos os textos dessa edição, voltada ao meio ambiente, o de maior destaque foi intitulado de “Sustentabilidade”, assinado por Beatriz Santomauro, que aborda o tema de capa da revista em análise. Segundo a autora, a sustentabilidade deve ser compreendida de maneira sistêmica, pois “[...] As ações de cada um repercutem na família e, em cadeia, na escola, no bairro, na cidade, no país e no mundo”. Assim, defende-se que o referido “efeito dominó” não deve ser compreendido como uma responsabilidade individual, governamental ou empresarial. Significa que cada indivíduo é partícipe de um sistema e tem o dever de contribuir para o seu equilíbrio.

Figura 10 – Texto “Sustentabilidade” – Revista Nova Escola



Fonte: RNE, nº 252, 2012

O texto defende que a Educação é um sistema e dele participam diversos agentes responsáveis pela formação de indivíduos críticos e autônomos, ativos na construção social e na preservação do meio ambiente, fator integrante e essencial para o bem-estar social coletivo. Desta feita, a revista enfatiza a importância da Educação Ambiental na escola. Para tanto, ressalta a autoridade da própria escola como exemplo de iniciativas quanto a questões de redução de gastos ou de desperdícios, por meio de projetos envolvendo mudanças atitudinais e comportamentais. Com esse discurso, chama à responsabilidade gestores e professores, no sentido de observar e refletir sobre a realidade e buscar soluções para os problemas ambientais que envolvem a escola. Enfatiza que esta deve ser coerente com as sugestões supracitadas, e colocar-se como modelo a ser seguido, pois "se o ambiente é agradável e respeitoso, os alunos levam para casa e para a vida essa mesma exigência na maneira de ser." (RNE, nº 252, 2012, p.57).

O texto ressalta a forma precária pela qual as questões ambientais são, muitas vezes, apresentadas aos alunos sem esclarecer-lhes os impactos da ação humana sobre os meios naturais e sem permitir uma compreensão mais aprofundada da importância da sustentabilidade, que se torna, assim, o conceito chave para explicar os desafios ambientais e estabelecer os parâmetros para a Educação Ambiental na escola.

Para a revista, sustentabilidade diz respeito à ideia de que, para suprir as necessidades humanas, não se deve agredir o meio ambiente a fim de não se comprometer o futuro das próximas gerações. Portanto, o desenvolvimento econômico e material, com a utilização dos recursos naturais, deve ser gerido de modo inteligente, objetivando não comprometer o

processo de desenvolvimento. O progresso econômico precisa, portanto, ser sustentável. O texto chama a atenção para a história do conceito, dando destaque à década de 1980 e ao relatório das Nações Unidas que, relacionando meio ambiente e progresso, definiu que “desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades¹⁸”.

É necessário salientar que a revista deixa de discutir e de informar aos docentes muitos fatores relacionados à questão da sustentabilidade. Sabemos que esse é um conceito controverso, que recebe muitas críticas de várias vertentes da Educação Ambiental. Não se discute, por exemplo, quais seriam as necessidades das gerações presentes, tampouco há, no discurso da revista, preocupação em explicitar ou mesmo interrogar as carências das gerações futuras. Não se questiona o fator de agravamento dos desafios ambientais contemporâneos ter como fundamento a necessidade de crescimento econômico e aumento de produtividade. O modo de produção capitalista não é, em sua essência, discutido. Tal como assinala Whitacker (2013, p. 82) sobre a ideia de desenvolvimento sustentável,

as questões relativas ao meio natural sob a ótica do capital são vistas como problemas que podem ser solucionados, segundo esse raciocínio, exclusivamente a partir de novos aparatos técnicos. Os que adotam este pensamento acreditam na reversibilidade dos problemas relativos ao meio natural com a constituição de dispositivos não poluentes ou filtrantes, ou com a reprodução de espécies em cativeiro, por exemplo. Acreditam irreversivelmente na capacidade redentora da técnica e, de modo arrogante, imaginam um controle real da natureza, (Porto-Gonçalves, 1984), criando, portanto, um novo espaço para o capital, o ecocapitalismo (Löwy, 2005).

Percebemos que, na revista Nova Escola, os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável aparecem conectados, de modo direto, ao discurso de defesa da natureza e de construção de uma sociedade com melhor qualidade de vida. Tal fato contribui para que o conceito ganhe *status* de verdade como uma solução única e inquestionável para os desafios ambientais contemporâneos. Portanto, a revista deixa de fornecer aos leitores um debate importante sobre os limites desse conceito que, atualmente, reverberou como uma panaceia para a crise ambiental que vivemos. Ao não questionar tal conceito, a revista acaba por tomá-lo como uma verdade absoluta.

¹⁸ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Relatório Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Assim, algumas questões permanecem distantes da produção textual da revista, a saber: é possível construir o chamado desenvolvimento sustentável? Como impor limites ao crescimento econômico? Consideramos imprescindível que o professor tenha condições de desnaturalizar tal conceito, problematizando a ideia de desenvolvimento sustentável construída na revista. Como assinala Whitacker (2013, p. 75), esse entendimento precisa ser melhor esclarecido “para que possamos entender se ela implica a proposta de outro modelo de desenvolvimento ou se simplesmente pressupõe ajustes no atual modelo, com limitações verdes que de nada alteram os impactos do modo de produção capitalista vigente”.

Estamos diante de uma discussão que se apresenta como estratégica para a Educação Ambiental. Nesse sentido, não podemos acreditar em soluções mágicas, nas quais, muitas vezes, o chamado desenvolvimento sustentável nos conduziria para uma sociedade justa e ambientalmente correta. É preciso questionar por que algumas palavras ganham visibilidade, tal como ocorreu com “sustentabilidade”. Ao invés de enfaticamente defender esse conceito, os profissionais preocupados com a educação ambiental devem adotar uma visão crítica sobre a promoção de discursos em relação a esse conclamado desenvolvimento, questionando, por exemplo, quem está mobilizando esse discurso e por que o faz.

4.2. Planeta Sustentável: a publicidade, o mercado e os desafios ambientais

O espaço destinado à sustentabilidade na mídia vem crescendo de maneira proeminente. Em consonância com esse processo, a Editora Abril criou, em 2007, uma plataforma de comunicação sobre sustentabilidade. Tal projeto foi chamado de “Planeta Sustentável”. Segundo a editora:

O Planeta Sustentável é uma grande plataforma de comunicação em Sustentabilidade, que reúne 38 publicações da Editora Abril. Esta iniciativa é apoiada por diversas empresas: Bunge Brasil, CPFL Energia, SABESP, Petrobras, Grupo Camargo Corrêa e Caixa Econômica Federal. O movimento Planeta Sustentável tem como sistemática de atuação a combinação de um detalhado planejamento anual à realização de novas ações para atender a missão de disseminar informação e referências sobre sustentabilidade. (Disponível em: www.planetasustentavel.com.br . Acesso em: 12 de novembro de 2013)

O objetivo do projeto é disseminar informações sobre meio ambiente e difundir ideias sobre sustentabilidade no cotidiano dos brasileiros, por meio de campanhas de conscientização, cujos temas são definidos junto a um Conselho Consultivo, composto por jornalistas, especialistas e executivos das empresas parceiras e da própria Editora Abril. O projeto é extenso, feito em multiplataformas de comunicação, e suas publicações visam alcançar um público de leitores e internautas que, segundo as pesquisas do site, estão atualmente preocupados com a questão da sustentabilidade.

A ideia do projeto Planeta Sustentável é aglutinar toda a publicação de matérias e campanhas feitas nas revistas da editora, além de muitos outros materiais e atividades: palestras, debates, textos escritos por especialistas, vídeos, testes, infográficos, imagens, blogs, concursos, encontros, além de uma página da internet dedicada às crianças, que recebeu o nome de “Meu Planetinha”¹⁹. Segundo o presidente do Conselho Consultivo do Projeto, “Tudo o que as revistas publicarem no âmbito do projeto ou fora dele, mas dentro dessa temática, está sendo reunido em um grande site, totalmente aberto. Já temos 1.150 páginas publicadas no site, que incluem matérias produzidas pelas revistas e conteúdo próprio do site.”²⁰

Ao analisarmos tal projeto, chamou-nos a atenção o fato de que a voz dos especialistas se destaca na análise da sustentabilidade. Economistas, sociólogos, geógrafos, biólogos são convidados a falar sobre consumo, catástrofes, mudanças climáticas, resíduos sólidos, economia de matérias, água e inúmeros outros desafios ambientais. Em um excerto que ilustra essa situação, é afirmado que

1,7 bilhões dos 6,6 bilhões dos habitantes do mundo consomem muito mais do que o necessário, enquanto os demais, ou consomem o mínimo necessário ou abaixo desse mínimo, o uso de recursos naturais - ar respirável, água limpa, terras agricultáveis e absorção dos resíduos produzidos pela humanidade - já se encontra em um nível 25% acima do que a Terra é capaz de renovar. Se todos os habitantes do mundo viessem a consumir como os habitantes mais ricos do planeta, precisaríamos de quatro Terras para suprir todo esse consumo [...]. Cada movimento nosso, por menor que seja, estabelece uma relação de causa e consequência com a vida de todas as pessoas [...] e serve para nos lembrar que, se a vida no planeta vier a perecer, nenhum de nós terá qualquer privilégio na escolha divina ou na terrena, e pereceremos também²¹. (Ladislau Dowbor, economista, professor da

¹⁹ O endereço eletrônico desta página da internet é: <http://planetasustentavel.abril.com.br/planetinha/>

²⁰ Disponível em: <http://migre.me/hShKU>. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

²¹ Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/sustentabilidade/>. Acesso em: dezembro de 2013.

Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e conselheiro do Planeta Sustentável)

“Planeta Sustentável” aborda com frequência temas de grande relevo, relacionados ao meio ambiente e ao interesse social. Na incursão que fizemos para analisar a produção textual da revista Nova Escola, observamos que, em cada exemplar, o projeto “Planeta Sustentável” apresenta um tema relacionado à sustentabilidade. São muitas páginas da revista que aparecem com a logomarca do referido projeto. Alguns excertos exemplificam bem essa questão:

"Se a educação pode mudar um país, imagine o que pode fazer com um rio" – abordagem sobre a importância da despoluição do Rio Tietê, na cidade de São Paulo. (RNE n. 251, 2012, p.99)

“As aves da Amazônia na sua mão” – informações sobre aplicativos encontrados na *internet*, que trazem fotos e dados catalográficos de 198 tipos de aves. Os alunos podem baixar estes aplicativos virtuais e completar um ficheiro com dados de cada espécie, pois os mesmos são encontrados em buscas, usando o critério da ordem alfabética. Sugere-se um trabalho interativo entre aluno e professor para o conhecimento da fauna amazônica. (RNE n. 253, 2012, p.99)

Na edição 254 da RNE (2012, p. 85), podemos ver o quanto a Editora Abril, associada a diversas empresas, se dedica a produzir conteúdos sobre Educação Ambiental. Referimo-nos aos episódios da série de animação infantil, intitulado Kauan e a Lenda das águas.

Figura 11 – Kauan e a lenda das águas



Fonte: RNE, 254, 2012, p. 85

Este é mais um projeto cultural sob o patrocínio de grandes empresas, que enfatiza a preservação e o consumo consciente dos recursos naturais. O episódio em questão apresenta as ameaças sobre a Amazônia causadas pela poluição, pelo contrabando, pela pesca predatória e pela exploração dos recursos biológicos.

Outra inserção do “Planeta Sustentável” na revista Nova Escola que nos chamou a atenção tem como título “O mundo volta os olhos para o Brasil”, conforme exposto na figura seguinte.

Figura 12 – O mundo volta os olhos para o Brasil

PLANETA sustentável

O mundo volta os olhos para o Brasil

Alimenta a maior biodiversidade e consequentemente o maior banco genético do mundo.

LIDERANÇA NATURAL
Alguns aspectos que fazem do Brasil a escolha da Rio+20

Temos a sexta maior economia do mundo, responsável por 2,5% do PIB mundial.

Produzimos 11% do Brasil de energia e a maior e a maior do mundo.

Temos a segunda maior economia do mundo - 60% ainda nativa.

Nossa matriz energética é verde, renovável e nossa emissão de CO₂ é a menor entre os países industrializados.

Temos grande diversidade étnica e cultural.

Em junho de 2012, uma conferência histórica dedicada ao desenvolvimento sustentável e ao combate à pobreza reunirá os 193 países das Nações Unidas. A questão central da reunião: o que queremos para os próximos 20 anos? Para o coordenador executivo da Rio+20, Brice Lalonde, esta é a oportunidade de o Brasil apontar caminhos e mostrar nossa liderança natural. "A vez é de vocês: mostre-nos como viver", afirma ele, nesta entrevista ao PLANETA SUSTENTÁVEL.

A RIO+20 JÁ COMEÇOU?
"Estamos despertando e discutindo sobre ela, produzindo documentos, artigos etc. Então, sim, ela já começou. Mas na verdade, essa articulação da sociedade vem de muito antes. Na Rio-92, a elaboração da Agenda 21 foi um grande sucesso porque envolveu governos e organizações locais. Após depois, esse envolvimento foi esmaecendo, mas agora temos nova oportunidade. A Rio+20 é como uma injeção de ânimo para a sociedade."

UMA CONFERÊNCIA DE TODOS
"A Rio+20 será um encontro de todos os povos do mundo. Também. Precisamos da parte mais consistente e mais solidária da população para lidarmos com os desafios como se o mundo fosse um único país. Com a ideia de uma nação global, não aceitaríamos tantas desigualdades nem que grandes partes da nossa território fossem desabitadas, poluídas. Por isso, queremos que aqueles que acreditam em uma ética de mundo venham ao Rio. Essas pessoas estão em todo lugar, em ONGs, em governos locais, em empresas."

A DIFERENÇA DA RIO+20 PARA A RIO-92
"As pessoas estão menos românticas, porém mais práticas ao lidar com os problemas. Elas se conectam melhor hoje e são mais profissionais - não do ponto de vista acadêmico, mas em "como fazer", nas grandes organizações, nas empresas, nos lobbies."

O PODER DO WEB
"A internet é uma ferramenta de possibilidades. Ela nos dá acesso a informações, nos conecta, nos ajuda a lidar com os problemas. Ela nos dá acesso a informações, nos conecta, nos ajuda a lidar com os problemas. Ela nos dá acesso a informações, nos conecta, nos ajuda a lidar com os problemas."

MUITO ALÉM DA CRISE
"O desafio é que, em função da crise econômica, os principais governantes mandam apenas seus ministros do Meio Ambiente para a Rio+20. Mas a discussão de como crescer melhor a economia mundial também é importante. A Rio+20 é uma reunião de desenvolvimento e meio ambiente. Temos de ter os agentes da economia, como ministros de relações exteriores, planejamento e finanças. Não apenas de meio ambiente. Isso é uma má interpretação."

LIDERANÇA A ASSUMIR
"Esperamos muito do Brasil, uma liderança no desenvolvimento sustentável e na economia. ma, a internet pode colocar diversas mentes em contato e encontrar uma solução."

Quanto eu era mais jovem, os Estados Unidos eram o modelo, mas hoje eles têm o Tea Party, grandes disputas em Washington e um sentimento de que nada vai mudar. Não há mais liderança. A Europa não está forte o suficiente. Estamos velhos. Vocês agora vivem um grande crescimento econômico, têm uma população que ama seu país, a natureza, mulheres bonitas nas ruas... É a vez de vocês nos mostrarem como fazer como viver e se organizar. O grande problema do Brasil é que o governo ainda não reconhece isso e continua a dizer que é um país pobre. O Brasil, a China e a Índia em algum momento se tornaram os comandantes do mundo também. De uma forma ou de outra, terão de aceitar a ideia de que, agora, o poder principal vem acompanhado de maior responsabilidade com o planeta."

QUEM É BRICE LALONDE?
Quando eu era mais jovem, os Estados Unidos eram o modelo, mas hoje eles têm o Tea Party, grandes disputas em Washington e um sentimento de que nada vai mudar. Não há mais liderança. A Europa não está forte o suficiente. Estamos velhos. Vocês agora vivem um grande crescimento econômico, têm uma população que ama seu país, a natureza, mulheres bonitas nas ruas... É a vez de vocês nos mostrarem como fazer como viver e se organizar. O grande problema do Brasil é que o governo ainda não reconhece isso e continua a dizer que é um país pobre. O Brasil, a China e a Índia em algum momento se tornaram os comandantes do mundo também. De uma forma ou de outra, terão de aceitar a ideia de que, agora, o poder principal vem acompanhado de maior responsabilidade com o planeta."

Logo de Rio+20

Logos de patrocinadores: Abril, CPFL, BUNGE, ILS, PETROBRAS, CAMARGO CORREIA, CAIXA

Fonte: RNE, 251, p. 22-23

Como é possível observar, a produção discursiva em foco quer chamar a atenção dos leitores de Nova Escola para a Rio+20 e o papel do Brasil nas negociações políticas em torno da sustentabilidade. Vemos, nesta imagem, uma representação da nossa fauna e flora e seus recursos naturais. Em tom ufanista, a publicação destaca que somos o "maior banco genético do mundo" devido à nossa biodiversidade; nossa "emissão de CO₂ é a menor entre os países industrializados"; temos grande "diversidade étnica" e, por consequência, grande diversidade cultural, como vemos nas mãos impressas à direita da figura acima, representando a força do homem na natureza, sem necessitarmos distinguir se são brancas ou negras. Ao lado esquerdo, vemos a moeda simbolizando os avanços do setor econômico, valendo-se da biodiversidade. No texto, destaca-se o que o coordenador executivo da Rio+20, Brice Lalonde, afirmou durante o evento, ressaltando que o Brasil tem atualmente oportunidade de apontar caminhos e mostrar sua liderança como potência econômica e sustentável. Segundo ele,

Esperamos muito do Brasil, uma liderança no desenvolvimento sustentável e na economia. Quando eu era mais jovem, os Estados Unidos eram o modelo, mas hoje eles têm o Tea Party, grandes disputas em Washington e um sentimento de que nada vai mudar. Não há mais liderança. A Europa não está forte o suficiente. Estamos velhos. Vocês agora vivem um grande crescimento econômico, têm uma população que ama seu país, a natureza,

mulheres bonitas nas ruas. É a vez de vocês nos mostrarem como fazer, como viver e se organizar. (RNE, 251, p. 22-23)

Suas observações corroboram uma marca discursiva proeminente nos diversos textos produzidos pelo “Planeta Sustentável”, publicizados na revista Nova Escola, qual seja a ideia de que o Brasil é uma potência que pode ensinar ao mundo sobre como construir a chamada sustentabilidade. Tal discurso coaduna com o discurso do setor empresarial e seu contínuo empenho em mostrar-se com responsabilidade ambiental, promovendo a valorização da empresa, conferindo *status* à sua marca junto ao consumidor, que é então conclamado a ser um consumidor ambientalmente correto e consciente.

Poderíamos nos questionar, assim, por que tantas empresas estão empenhadas na discussão sobre sustentabilidade? Por que tantas outras financiam projetos de Educação Ambiental? Tais questões devem levar em consideração o fato de não podermos nos esquecer de que os desafios ambientais contemporâneos foram provocados pelo modelo de produção-consumo, capitaneado pelo capitalismo. O fato é que por mais que se fale em desenvolvimento sustentável, inclusive por setores que historicamente combateram tal discussão,

A história dos últimos 30/40 anos nos confirmou que capitalismo sem crescimento econômico é uma contradição nos termos e, por mais que políticas de racionalização de energia e de uso dos recursos naturais tenham conseguido algum sucesso, a demanda por recursos naturais continua aumentando exponencialmente. Vivemos o paradoxo de ver a constituição do campo ambiental convivendo com os 30/40 anos em que mais se devastou o planeta. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 330)

Assim, é preciso despertar nosso olhar para uma reflexão mais crítica sobre a ordem discursiva construída em torno da questão ambiental, amplamente divulgada nas publicações voltadas aos docentes. Parece-nos que vemos delinear com clareza a união entre o grande capital industrial, financeiro e do agronegócio, com o grande capital das empresas do setor de mídia, todos eles defendendo a sustentabilidade e os projetos de Educação Ambiental.

Oliveira (2005) adverte-nos que o desenvolvimento sustentável diz respeito a um ajuste feito no próprio sistema capitalista global, no sentido de pensar a natureza enquanto recurso e, com isso, possibilitar o movimento em prol da manutenção do próprio sistema. Não se pode dizer, portanto, que essa proposta represente alternativa, já que a mesma denota um ajuste da

ordem vigente sem se abortarem os pilares da conjuntura hegemônica atual. Segundo o autor, “com esta plataforma bem alicerçada, hoje, dificilmente se permanece imune aos seus reflexos. A Ideologia atinge o seu grande objetivo quando se torna, indubitavelmente, senso comum”. (OLIVEIRA, 2005, p. 45)

A análise da produção discursiva do projeto “Planeta Sustentável”, veiculada na revista Nova Escola, nos mostra que o argumento mais forte em favor da sustentabilidade é o econômico, mais precisamente a manutenção do sistema econômico. Como evidencia Porto-Gonçalves (2008), é fundamental pensarmos de maneira mais detida sobre os delineamentos da discussão voltada para o meio ambiente e para outras verdades produzidas pelo sistema e veiculadas como se fossem verdades únicas. Para o autor, é preciso rever nosso modelo civilizatório que se baseia na superprodução e no superconsumo, além de pensar que propostas de sustentabilidade devem se subordinar à lógica social e não somente à lógica do mercado capitalista. O maior desafio do professor é, assim, entender que a discussão sobre sustentabilidade, promovida pela mídia e financiada pelas grandes empresas, pode ser “muito mais um recurso de controle das condutas dos sujeitos, de modo a manter em pleno funcionamento o sistema econômico em vigor, do que uma tomada de posição crítica ao modelo de consumo que, comprovadamente, tem causado tantos prejuízos ao meio ambiente e à sociedade em geral”. (MUTZ, 2013, p. 10)

A importância da Educação Ambiental na formação dos estudantes é imprescindível, sobretudo, para a formação de uma consciência reflexiva e crítica. Talvez aí resida a sua maior contribuição: a desnaturalização dos discursos, a reflexão crítica em um mundo, em que todos parecem defender o meio ambiente. É preciso apostar na esperança de que os processos formativos sejam capazes de construir um mundo melhor, revendo o nosso modelo civilizatório que se baseia na superprodução e no superconsumo.

4.3. Receitas para salas de aula: discurso pragmático para o professor

4.3.1. Interdisciplinaridade

Observamos que a prática interdisciplinar é mostrada como uma alternativa para integrar diferentes matérias, abrindo espaços para a abordagem de alguns conteúdos, de forma mais ampla, dando, aos alunos, a oportunidade de compreensão mais abrangente da complexidade dos temas e dos problemas da atualidade. Podemos observar essa questão no excerto a seguir, extraído da edição 252:

Muitas vezes, há um grande engajamento da comunidade escolar nessas iniciativas, mas não fica claro o que os alunos aprenderam em cada uma das disciplinas. Por isso, é preciso olhar com atenção como a proposta está sendo construída, quais temas serão envolvidos e o que vai ser de fato ensinado aos estudantes [...]. A divisão em disciplinas é uma prática necessária para a organização das escolas e do ensino. É claro que o conhecimento não se limita a uma ou outra área. "Na vida, os conteúdos estão integrados", ressalta Denise Guilherme, assessora pedagógica de formação de professores de redes municipais de Educação. (RNE, 252, p. 94)

Essa ideia de interdisciplinaridade ganhou força no campo educacional brasileiro nas últimas décadas, defendendo o aprendizado com conteúdos menos fragmentados, que envolvessem temas sociopolíticos e, também, relacionados à natureza. No Brasil, esta visão foi enfatizada por muitos autores, inclusive por Paulo Freire, que valorizava a leitura integral do mundo que nos rodeia para que os educandos possam adquirir os conhecimentos específicos de cada uma das suas partes. Segundo ele, sem compreender criticamente a dimensão da realidade em que se insere, o homem não poderá conhecê-la. É justamente a visão totalizada da realidade que permitirá aos estudantes isolar os elementos e estudá-los de modo mais significativo.

Ratificando a teoria de Freire, diz-nos Garcia:

Com a interdisciplinaridade questiona-se essa segmentação dos diferentes campos de conhecimento. Buscam-se, por isso, os possíveis pontos de convergência entre as várias áreas e a sua abordagem conjunta, propiciando uma relação epistemológica entre as disciplinas. Com ela aproximamo-nos com mais propriedade dos fenômenos naturais e sociais, que são normalmente complexos e irreduzíveis ao conhecimento obtido quando são estudados por meio de uma única disciplina. As interconexões que acontecem nas disciplinas são causa e efeito da interdisciplinaridade. (2007, p.03)

Certamente a discussão sobre meio ambiente denota a necessidade de uma reflexão sobre interdisciplinaridade, pois a maior parte dos temas ambientais diz respeito a processos em que há expertise de diferentes campos do conhecimento, além de estes estarem sendo vividos no cotidiano que não pode ser visto por uma disciplina isolada. Meio ambiente, como sabemos, é considerado um tema transversal, que deve ser trabalhado pelas diferentes disciplinas escolares. Garcia (2007) defende que

o próprio tratamento dado ao ambiente escolar caracteriza a visão das pessoas que ali trabalham e pode ser parte importante na formação dos alunos sobre essa questão. Como os temas transversais não constituem uma disciplina, seus objetivos e conteúdos devem estar inseridos em diferentes momentos de cada uma das disciplinas. Vão sendo trabalhados em uma e em outra, de diferentes modos. Interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois para trabalhar os temas transversais adequadamente não se pode ter uma perspectiva disciplinar rígida. Um modo particularmente eficiente de se elaborar os programas de ensino é fazer dos temas transversais um eixo unificador, em torno do qual organizam-se as disciplinas. Todas se voltam para eles como para um centro, estruturando os seus próprios conteúdos sob o prisma dos temas transversais. (2007, p.04)

Sabemos que os conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade invadiram os ambientes escolares, estão presentes nos documentos curriculares, nas políticas públicas, nos processos de formação de professores e na pauta de discussão em quase todos os círculos educacionais. Entretanto, como nos adverte Meirelles (2012), entre a discussão teórica e a prática em sala de aula, há um longo caminho a ser percorrido. Para a autora, esse é ainda um terreno de conflitos significativos e muitos ainda "não se deram conta de que há uma grande diferença entre trabalhar de maneira integrada - tendo um bom projeto político-pedagógico (PPP), no qual os conteúdos conversam - e a crença de que todos os temas precisam ser abordados pela equipe docente." (MEIRELLES, 2012, p. 94). Sabemos, inclusive, que a simples integração de áreas ou disciplinas não garante, a princípio, a obtenção de bons resultados e de uma aprendizagem de qualidade por parte dos alunos.

Obsevamos que, na revista Nova Escola, a defesa da interdisciplinaridade é proeminente. Ao abordar as temáticas relacionadas ao meio ambiente, a revista se dedica a enfatizar e defender a interdisciplinaridade e, nessa medida, a realização de projetos interdisciplinares. Assim, as palavras "interdisciplinaridade" e "projeto" aparecem de modo assíduo no conteúdo da revista.

Entretanto, à medida que analisamos de forma mais detida a recorrência discursiva em torno da defesa da interdisciplinaridade, notamos que os modelos de projetos para a efetivação da Educação Ambiental na sala de aula estão, na maioria das vezes, ancorados em disciplinas específicas, especialmente Geografia, Ciências e Biologia. Tal fato nos indica que a publicação parece sofrer com os mesmos problemas identificados nas escolas: a distância entre a defesa de uma determinada ideia e a prática pedagógica efetivamente levada a cabo.

Entendemos que interdisciplinaridade não é um trabalho sobre uma determinada área que se aproveita dos recursos de outra. Podemos citar como exemplo o fato de que a leitura de um texto científico, em uma aula de Ciências, não encerra um trabalho interdisciplinar com a Língua Portuguesa, pois não houve nenhuma intenção voltada para a integração com o ensino dessa matéria. A simples justaposição de disciplinas escolares não garante a efetivação de um trabalho interdisciplinar. Este pressupõe a integração, o diálogo e o pensar/fazer conjunto.

Em uma prática interdisciplinar, a integração ocorre desde a problematização do tema. O tratamento interdisciplinar de um tema pressupõe a religação dos saberes no estudo, na formulação de questionamentos e na busca de soluções para os mesmos. Tal prática diz respeito à busca da totalidade do processo de conhecimento em oposição ao grande número de conteúdos fragmentados, à falta de unidade entre as disciplinas, especialmente quando são trabalhadas por professores diferentes.

A consolidação do meio ambiente como um tema transversal, que permeia a prática educativa como um todo, é de fato uma utopia a ser perseguida. Esse ainda hoje é um dos grandes desafios da Educação Ambiental no âmbito escolar.

4.3.2. “Faça sua parte”, “Faça isso”

Nova Escola adota um discurso pragmático sobre a Educação Ambiental, mostrando ao professor o que deve ser feito no âmbito escolar e, assim, o como fazer. Para tanto, a revista está sempre apresentando modelos de projetos, de práticas e de propostas pautadas em exemplos exitosos, receitas de sucesso.

A noção de que os problemas da educação podem ser resolvidos com a responsabilidade dos educadores e com certa dose de voluntarismo também é eminente nas páginas da revista. Para isso, são convocados os casos exemplares de professores que “fazem a diferença” e que conseguem estabelecer modelos de projetos e práticas que inspirem os leitores na busca de alternativas equivalentes. Os exemplos de sucesso convocam os professores para o compartilhamento da ideia de que os problemas socioambientais podem ser resolvidos se os docentes e outros profissionais da educação atuarem para tanto. O discurso é direto, conclamando a uma mudança de atitude e ao “faça sua parte”. No excerto a seguir, podemos observar tal perspectiva.

Figura 13 – Problema, ação e mudança de atitude



Fonte: RNE, 252, 2012, p.60

A prática interativa de professor e aluno e demais agentes da comunidade escolar, no âmbito da educação ambiental, é motivada a partir de soluções diversas: cultivo da horta, coleta seletiva de lixo, redução do gasto de energia, entre outras ações sustentáveis. Leem-se no excerto as palavras de ordem sobre Educação Ambiental: "problema, ação e mudança de atitude". Vemos uma saída para o saber fazer essa educação na escola: o problema (redução do gasto de energia na escola), a ação (alunos estimando gastos de aparelhos eletrônicos) e a mudança de atitude (atenção aos desperdícios), tudo isso mostrado por exemplos que deram certo e, também, pela voz dos especialistas na área.

Observamos, também, que a revista sugere uma Educação Ambiental que ultrapasse o espaço escolar e isso acontece com a palavra de ordem “desdobramento”. Tal etapa seria resultante das ações de alunos que levam para o exterior da instituição escolar os conhecimentos adquiridos. Assim, poder-se-ia ter, por exemplo, a comunidade do bairro intervindo junto ao Poder Público para a redução do gasto energético nas praças (apagando as luzes mais cedo no horário de verão) e, nos lares, a mesma atitude de economia. A revista estimula constantemente a mudança de atitude e, conquanto, a busca da chamada sustentabilidade:

Para além da escola: "Cada iniciativa mostra a capacidade de olhar para as questões e resolvê-las com autonomia e criatividade", explica Pedro Jacobi, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da USP. "Quando cada um poupa energia - sem que para isso prejudique sua produtividade e conforto -, obtém benefícios econômicos e diminuem-se os impactos no ambiente, exigindo o menor uso dos recursos naturais." (RNE, 252, p.62)

Notamos frequentemente a revista valorizando o professor flexível, capaz de superar as contradições sistêmicas. O tom pragmático, que cerca toda a construção discursiva da revista, apela para a ideia de que problemas sociais e educacionais complexos podem ser resolvidos com receitas prontas, boa vontade e esforço por parte dos professores. Nesse contexto, a revista se apresenta como um canal competente, dinâmico e eficaz para mostrar soluções, modelos e alternativas pragmáticas aos seus leitores, mostrando-se a publicação, do início ao fim, extremamente prescritiva.

O empenho da revista em ressaltar a importância do esforço e da responsabilidade individual dos professores, como solução para os problemas ambientais, aparece, de maneira contundente, em suas páginas. Um exemplo pode ser encontrado na revista n. 249 (p. 80), no qual se destaca o papel da professora Flávia Pereira Lima, no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação - CEPAE, no artigo intitulado "Ela ensinou como se faz ciência de verdade". O texto mostra que os conceitos formados pelas crianças, em relação aos cientistas, são deturpados e, talvez, por influência de filmes sobre cientistas malucos, comumente assistidos, ou de propagandas televisivas, elas tenham formado suas opiniões de modo equivocado. O trabalho de Flávia comprovou este fato, ao descobrir que o perfil do cientista, na mente dos alunos, é a figura de Einstein, descabelado, com a língua para fora. Destacamos a força da mídia ao traçar figuras satíricas de cientistas, evidenciando serem estas caricaturas as impressas na mente das crianças. A revista enfatiza que o referido trabalho da professora Flávia foi além de simples explicações sobre a personalidade de Einstein, organizando uma sequência didática que esclarece aos alunos o que é o fazer científico. Nesta sequência, ela enfatizou a doença de Chagas, como exemplo de intervenção científica a partir de sua origem, desenvolvimento e tratamento, um trabalho interessante que adentra a natureza e a ação científica que a explora, em benefício do homem. Trabalhos como este colocam o aluno em contato com o meio, a fim de conhecer os seus benefícios e os seus riscos.

Exemplarmente, a revista destaca que aulas como a de Flávia, que trouxe um exemplar do inseto transmissor da doença de Chagas, para que seus alunos o conhecessem, são motivadoras e participativas, instigando as crianças a se interessarem por pesquisas na natureza. Assim, elas aprendem o sentido do trabalho do cientista e como seus estudos são essenciais para o bem-estar da humanidade. Servem também para que os alunos possam compreender a natureza, a sociedade e os desafios ambientais que demandam pesquisas científicas e profissionais bem formados.

Encontramos também em vários exemplares analisados o “*Juntamos todas as peças. Venha com a gente para a Rio+20*”. Neles, Nova Escola convoca os docentes para o ativismo em prol da questão ambiental, marcado pela defesa da participação comunitária no evento realizado no Rio de Janeiro, em Junho de 2012, do qual fizeram parte líderes de 193 países integrantes da ONU, visando ao desenvolvimento sustentável no planeta Terra. Esta chamada repete-se em outras revistas, com a aproximação da data do evento.

Como pontuamos, muitas questões podem ser suscitadas no processo de análise do corpus textual da revista. Identificamos que algumas marcas são recorrentes quando analisamos o que a revista quer transmitir ao professor, quando apresenta propostas prontas ou sugere uma construção via exemplos de sucesso, com características prescritivas e, muitas vezes, superficiais. Sua abordagem tende mais para o pragmatismo do que para uma postura crítica. O voluntarismo, o “faça a sua parte” também é frequentemente estimulado, assim como a prescrição “faça isso”.

Entretanto é inegável que — apesar dos limites encontrados, da superficialidade no tratamento dos temas e da insistência em alguns modelos de sucesso, que normatizam e simplificam os desafios da prática docente — a revista exerce um importante papel na formação de professores. Consideramos que, talvez, a principal relevância da publicação se situe no estímulo aos docentes de pensarem e pesquisarem sobre as temáticas ambientais e, quem sabe, buscarem o necessário aprofundamento formativo que a área exige.

O trabalho pedagógico docente não deve visar apenas à mudança de atitudes e hábitos, mas também à compreensão crítica dos fenômenos sociopolíticos que envolvem os temas ambientais. Não se pode menosprezar a formação científica em conhecimentos mais aprofundados sobre os temas ambientais. A escola não deve se contentar com o tratamento superficial e muitas vezes ilustrativo sobre o meio ambiente. Tal tratamento pode ser aceitável para a mídia, mas não para uma instituição de ensino.

Sabemos que, para além do voluntarismo, a Educação Ambiental necessita buscar uma perspectiva crítica e transformadora que relacione o homem e a natureza, os processos

produtivos e culturais, a economia e a sociedade, considerando que os recursos naturais, sendo finitos, esgotam-se, e que o principal responsável pela sua degradação é a ação humana. Nesse sentido, é fundamental adotar uma visão abrangente e complexa sobre o meio ambiente, conforme defende Veyret:

A noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais. (1999, p. 6)

A crise ambiental vivida no mundo contemporâneo demanda o compromisso e a participação da sociedade civil. Para tanto, a escola se mostra como um lugar privilegiado na formação humana e, com a ajuda dos conhecimentos científicos e técnicos, da mídia e dos diferentes setores preocupados com os desafios ambientais do nosso tempo, poderá construir análises e reflexões que levem a ações pedagógicas mais contundentes e significativas. Nesse sentido, Nova Escola constitui-se em um artefato cultural que pode contribuir com o trabalho docente como fonte de informação, entre tantas outras, e não como um receituário prescritivo que o professor tem de adotar. Por isso a importância de um processo de formação docente que reflita criticamente sobre os artefatos midiáticos contemporâneos.

Não se trata de estabelecer um juízo de valor contundente, afirmando o que a revista tem de positivo ou negativo. Julgamos mais produtivo ressaltar a importância de questionarmos criticamente como os discursos da revista muitas vezes naturalizam ou mesmo estereotipam os sujeitos docentes e as condutas que estes têm de adotar nas práticas pedagógicas. De acordo com Costa (2004, p. 77), “quem tem o poder de narrar o outro, dizendo como está constituído, como funciona, que atributos possui, é quem dá as cartas na representação, ou seja, é quem estabelece o que tem ou não tem estatuto de realidade”. Saber como são narrados talvez seja uma tarefa das mais importantes para os educadores ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.

Paulo Freire

Neste estudo, abordamos a Educação Ambiental em um artefato midiático produzido e disseminado para os profissionais da educação básica no Brasil. Tendo a consciência de que a mídia está sempre presente em nossas vidas, seja pelos meios eletrônicos, seja pela propaganda ou publicidade com seus infinitos recursos, seja pelos recursos da mídia impressa e tantos outros meios, ponderamos sobre o fato de que as revistas pedagógicas são veículos valorizados na cultura escolar e que, nesse sentido, alcançam os docentes e, por consequência, a escola.

Elegemos, como alvo de nossas reflexões para o desenvolvimento do presente trabalho, uma das revistas mais populares entre os professores, a Nova Escola. Essa publicação põe em circulação textos em diferentes formatos sobre Educação Ambiental, sustentabilidade e a postura que os professores precisam adotar diante deste fenômeno. Vimos que ela procura cumprir tal tarefa magistralmente, através de imagens marcantes, infográficos, textos, propagandas de eventos, charges, instruções, orientações, receitas prontas etc., que buscam orientar a ação docente sobre diversos temas educativos.

Em relação à Educação ambiental, buscamos na revista Nova Escola respostas a alguns questionamentos: como as questões ambientais são nela apresentadas? Que discursos a mesma defende sobre meio ambiente e Educação Ambiental? Como a revista procura formar o professor para atuar na Educação ambiental?

No contexto deste estudo, a trilha realizada para a investigação da temática nos levou primeiramente a uma pesquisa sobre o contexto histórico dos movimentos ambientais mundiais e às atribuições dos respectivos acordos para o trabalho do professor. Nesse ponto de nosso estudo, deparamo-nos com uma grande quantidade de teorias que se apresentam para ajudar o professor em suas práticas. Após diferentes leituras e análises de autores pertinentes à nossa temática, delimitamos as três correntes epistemológicas que norteiam os fundamentos para realizar a EA. Assim, identificamos, na literatura consultada, as linhas conservadora, pragmática e crítica. A pesquisa buscou compreender criticamente quais as teorias de ensino

são postas para se educar ambientalmente. Tais ideais foram desenvolvidas nos dois primeiros capítulos do presente trabalho.

Posteriormente, buscamos avaliar de maneira mais detida o nosso objeto de investigação, a sua estrutura editorial, fazendo uma análise de cunho interno e externo do corpus da pesquisa. Identificamos que Nova Escola se apresenta como uma publicação das mais influentes no campo educacional, com grande tiragem e distribuída em todas as regiões brasileiras. Não menos importante é o fato de que a publicação conta com o patrocínio do governo federal.

Observamos, também, que a revista está permeada por um conjunto textual, cujo foco é a Educação ambiental. Sabemos que tal temática tem sido apropriada pela mídia, que exerce uma enorme influência sobre o comportamento humano, por meio de publicidade e *marketing* e de discursos prontos, dizendo como os cidadãos devem agir e o que precisam saber sobre a questão. A mídia foi analisada, considerando o seu poder formador de opiniões, bem como suas possibilidades para ampliar o poder do sistema de consumo e também oferecer recursos aos educadores, em sua trajetória, para um trabalho diferenciado.

Em nossa incursão nos textos da revista, observamos que o discurso sobre meio ambiente, construído por Nova Escola, está profundamente conectado ao discurso empresarial e à defesa do desenvolvimento sustentável. A publicação divulga como verdadeira a ideia de que o meio ambiente saudável e equilibrado pode coexistir com o modo de produção capitalista. O discurso da sustentabilidade é veementemente defendido pela revista como única alternativa para a resolução dos desafios ambientais. Não verificamos questionamentos sobre tal ideia, tampouco a apresentação de toda uma discussão feita atualmente em torno dos limites e problemas do chamado desenvolvimento sustentável.

Consideramos que essa construção discursiva precisa ser problematizada pelos leitores/professores, pois ela pode nos levar a uma percepção ingênua em relação aos caminhos e descaminhos da discussão sobre meio ambiente, sobretudo porque esconde as motivações do repentino interesse empresarial pela causa ambiental, bem como da associação entre os grupos de poder econômico e os grandes grupos midiáticos.

Nossos questionamentos nos conduziram de volta à preocupação com a escola, ao ensino, à grade curricular e ao agente educacional — o professor —, bem como aos alunos, nossos aprendizes. Em nossa análise, notamos o quanto Nova Escola se esforça para mostrar as 'verdades' latentes, apontar os caminhos para se conhecer a realidade e mostrar ao professor como desenvolver práticas pedagógicas exitosas. É preciso considerar que, se temos uma imprensa, cujo objetivo é veicular verdades e fórmulas para resolver os desafios da docência

na escola, certamente é por que existe um público ávido por tais produções discursivas. Como argumenta Piovezani Filho (2003, p. 62), “não basta afirmar a emergência dos múltiplos efeitos de verdade presentes no discurso da mídia, posto que, em consonância com ela, existe a necessidade humana de saber do real, o desejo de um mundo semanticamente normal, em que as ‘coisas a saber’ precisam ser sabidas.”

As produções discursivas da RNE nos deixaram claro que o professor, para tal publicação, é visto como um sujeito que necessita de modelos de práticas pedagógicas, muito mais do que a preocupação com a formação do intelectual crítico. A revista é prescritiva com relação às sugestões metodológicas e modelos de práticas de ensino. Apresentando seus paradigmas prontos para serem adotados e trabalhados pelos docentes, o desenvolvimento da criticidade e da autonomia ficam seriamente comprometidos.

Tal fato nos remete a Paulo Freire que tanto criticou o tecnicismo e o pragmatismo na formação de professores. Para o renomado autor, o ser humano busca, de forma contínua, a sua autonomia, como um processo de amadurecimento, que, por ser processo, tece a expectativa do que ele deseja ser e como o conseguirá, sem uma data predeterminada. Por isso, mais do que apresentar modelos a serem seguidos, talvez o mais importante fosse investir na autonomia intelectual dos docentes. Paulo Freire defendia que a criticidade deve permear todo o processo de aprendizagem, para que ela seja mais do que a simples apropriação de conhecimentos que formam uma bagagem, porém sem significado para o sujeito, por não ter sido transformada em sabedoria que envolve o pensar próprio, crítico e criativo.

Tal fato é especialmente importante para a Educação Ambiental, visto que esse campo do saber envolve reflexão e mudança de atitudes. A Educação Ambiental é um campo amplo e complexo, que pode ser trabalhado e compreendido pelas crianças, jovens e adultos, a partir dessas importantes mudanças de pensamento e de comportamento. Esse campo do conhecimento envolve o pensamento reflexivo e a mobilização dos sujeitos em busca de resposta para os problemas colocados em pauta — prática, ação interativa, ato inteligente de influenciar com respeito —, visando a melhorias, pois terá, no epicentro da questão, seres humanos críticos e reflexivos.

As construções conceituais e análises realizadas durante esse trabalho nos permitiram compreender que se os docentes forem movidos por um processo de aprendizagem continuada e pela busca da autoformação e da autoqualificação, a revista Nova Escola poderá ser um importante material a ser considerado no pensar/fazer docente.

Não podemos negligenciar as potencialidades da mídia para a construção da prática pedagógica, nem o fato de que a revista Nova Escola possa auxiliar os educadores na construção de uma cultura mais comprometida com o meio ambiente, tal como aponta o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e de Responsabilidade Global (PNEA -Lei n.9795/99). O referido documento ressalta a importância de se garantir que os meios de comunicação sejam usados como instrumentos educacionais, pois “[...] como parte de um processo educativo amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente [...]”. (Art. 3º - PNEA/Lei n.9795/99)

O papel dos docentes é multidimensional e deve resgatar e analisar uma documentação diversificada acerca das áreas temáticas da educação escolar. A importância da Educação Ambiental na formação dos estudantes é emblemática, sobretudo, para a formação de uma consciência reflexiva e crítica. Sabemos o quanto os temas ambientais possuem relevância social e, certamente, estão impregnados nas vivências cotidianas, nas relações socioculturais e no contato com o aparato informacional.

Não podemos finalizar nosso estudo sem nos referirmos a Paulo Freire quando preleciona que "o fato de a natureza humana ser programada para *“ser mais”* não garante que por si só esta potencialidade se concretize na existência humana. Faz-se necessária a criação de espaços de ação-reflexão, reflexão-ação, propiciando que o *“ser mais”* se emancipe, pois este encontra-se *“inscrito na natureza dos seres humanos.”* Esperamos e desejamos realizar este feito por meio de uma Educação Ambiental efetiva para que nossos alunos sintam suas próprias responsabilidades como sujeitos sociais que são.

Compreendemos que o sentido da prática da Educação Ambiental nas escolas fundamenta-se na formação contínua do docente para o domínio de conhecimentos sobre o meio ambiente e suas complexidades, além de uma vigorosa leitura crítica dos artefatos culturais que fazem proliferar o discurso ambiental, a fim de que os professores possam interagir com os alunos, nesta área de aprendizagem, de forma mais efetiva e problematizadora. Nesse sentido, concordamos com Ab’Saber (2004), ao afirmar que

Educação ambiental é uma coisa mais séria do que geralmente tem sido apresentada, em nosso meio. É um apelo à seriedade do conhecimento e, uma busca de propostas corretas de aplicação de ciências. Uma “coisa” que se identifica com um processo. Um processo que envolve um vigoroso

esforço de recuperação de realidades, nada simples. Uma ação, entre missionária e utópica, destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Um esforço permanente de reflexão sobre o destino do homem, de todos os homens, face a harmonia das condições naturais e o futuro do planeta “vivente”, por excelência. Um processo de Educação que garante um compromisso com o futuro. Envolvendo uma nova filosofia de vida. E, um novo ideário comportamental, tanto em âmbito individual, quanto na escala coletiva. (AB’SÁBER , 2004, p. 1)

A Educação Ambiental é uma área temática instigante e complexa, que merece espaço para um aprofundamento maior em outros estudos. Se, como afirmou Boff, “Cuidar é entrar em sintonia com, auscultar-lhes o ritmo e afinar-se com ele, abrindo caminho para a razão cordial”, entre tantos saberes e práticas, buscamos essa linha tênue, em que o mestre se equilibra, despertando no aprendiz a sede do conhecimento, o espírito crítico, a (re)visão de valores e de comportamentos em prol de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. (Re) Conceituando Educação Ambiental. In: MAGALHÃES, L. E. (org.). **A questão Ambiental**. São Paulo: Terragraph, 1994. p. 1-4.
- ALVES, M. A.; ALVES, C. R. R. A temática ambiental no contexto escolar: concepções de professores dos anos iniciais. **Revista Educação Ambiental em Ação**, nº 44, Fevereiro de 2013.
- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BIEGING, P. As crianças e a internet: navegando pelo mundo virtual. **Revista Intexto**, n.27. Porto Alegre: UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dezembro de 2012. p. 148-160.
- BOFF, L. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.
- BORGES, E. A.; OLIVEIRA, M. A. Educação Ambiental com ênfase no consumo consciente e o descarte de resíduos – uma experiência da educação formal. **II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade**. UFG / IESA / NUPEAT - Goiânia, maio de 2011.
- BRASIL/CRFB - **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e [...]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 de julho de 2013.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto. Brasília – DF, 1998.
- _____. **Lei 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Casa Civil, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 28 de julho de 2013.
- _____. **Brasil Rio + 20**. 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/brasil.html>. Acesso em: 18 de julho de 2013.
- _____. **Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi**. Brasília: IBAMA, 1997.
- _____. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: Senado Federal, 1999.
- _____. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente/UNESCO, 2007.

_____. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Programa nacional de formação de educadoras(es) ambientais**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

_____. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade Socioambiental**. Brasília, Julho de 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 04 de julho de 2013.

_____. Agrobiodiversidade: Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Ano Internacional da Biodiversidade. **Marco Legal. Artigo 225 da Constituição Federal**. Disponível em: <http://homologma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=89&idConteudo61>. Acesso em: 04 de julho de 2013.

_____. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. **Coordenação Geral de Educação Ambiental**. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BUCKINGHAM, D. Repensando a Criança-consumidora: Novas Práticas, Novos Paradigmas. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. Ano 9, Vol.25. ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo, Agosto de 2012. p.43-72.

_____. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Trad. Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo: Loyola, 2007.

BUENO, S. F. **Semicultura e educação: uma análise crítica da revista Nova Escola**. Anped, 2009. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/>. Acesso em: 12 mar. de 2013.

CAMPOS, P. C. **Jornalismo e meio ambiente: Mídia e a consciência da sustentabilidade**. Jornal Observatório da Imprensa. ISSN, 1519/7660. Ano 17, nº 754, ed. 377, Abril de 2006.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARSON, R.L. **Primavera Silenciosa**. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Educação Ambiental no Brasil. Programa 1. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1. Jan./abril de 2009. p. 145-163.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. III: Fim de Milênio. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. Vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 411-439.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: nosso futuro comum. **Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, L. A. V.; IGNÁCIO, R. P. Relações de consumo X meio ambiente: em busca do desenvolvimento sustentável. In: **Âmbito Jurídico**, XIV, nº. 95. Rio Grande, Dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/>. Acesso em: 17 de Julho de 2013.

COSTA, D. V; TEODÓSIO, A. S. S. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **Rev. Adm. Mackenzie - RAM**. vol.12, nº.3. São Paulo, Junho de 2011.

COSTA, M. V. **A educação na cultura da mídia e do consumo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. Mídia, Magistério e Política Cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, G. F. **Educação ambiental** – Princípios e Práticas. São Paulo: Gaia, 1998.

EMEI EMILIO CARLOS. **Práticas Educativas e Parceria Escola x Família**, 2013. Disponível em: <http://emeiemiliocarlos.blogspot.com.br/2013/03/projeto-planeta-sustentavel>. Acesso em: janeiro de 2014.

FANTIN, M. Da mídia-educação aos olhares das crianças: pistas para pensar o cinema em contextos formativos. Trabalho 1760 - Educação e Comunicação. **29ª Reunião Anual Anped**, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

FERNÁNDEZ, A. **O Saber em jogo**: A Psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FISCHER, B. M. R. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº. 20. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>. Acesso em: 18 de maio de 2013.

FIGUEIREDO, J. B. A. **As contribuições de Paulo Freire para uma educação ambiental dialógica**. Universidade Federal de São Carlos. Educação Ambiental, GT nº. 22. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/GT22-2184--Int.pdf/2006>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREI BETTO. Um novo olhar sobre o Universo, a partir de novos paradigmas científicos. **Agenda Latino-Americana**, 2010. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=297>. Acesso em: janeiro de 2014.

FREIRE, A. M. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Diversos autores. (Org. Ana Maria de A. Freire). São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001-a.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, C. M. F.; PORTO, M. F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Coleção Temas em Saúde.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2009.

_____. Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável. In: Torres, C.A. (Org.) **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

_____. “Prefácio”. Pedagogia da luta: da pedagogia do oprimido à escola pública popular. In: **TORRES, C. A.** Campinas: Papirus, 1997.

GARCIA, L. **Transversalidade e Interdisciplinaridade**. Disponível em: <file:///E:/eeij2007/educação/4%20pilares/infoutil.org/4pilares/text-cont/garcia-transversalidade-print.htm> (3 of 4)25/11/2007. Acesso em: janeiro de 2014.

GATTI, B. A. Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas. São Paulo, v. 31, n. 113, p.1355-1379, out/dez. 2010, p. 1355-1379. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2013.

GAUDIANO, E. J. G. **Educación ambiental**: trayectorias, rasgos y escenarios. México: Plaza y Valdés, S.A. de C.V., 2007.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, I. V. Possibilidades Criativas no Ensino de Geografia: diferentes registros e linguagens na sala de aula. In: FONSECA, Selva Guimarães (org.). **Ensino Fundamental**: conteúdos, Metodologias e Práticas. Campinas, SP: Alínea, 2009.

_____. **Sobre os sentidos de ensinar e compreender o mundo.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na Educação Ambiental. *In*: LOUREIRO, C.F.B. et al.(Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo: Cortez. 2006. p. 15-29.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** São Paulo: Cortez, 2000.

HUTCHISON, David. **Educação ecológica:** ideias sobre consciência ambiental. Porto Alegre: Artmed, 2000.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa,** nº 118 (205). Março de 2003. p.189.

KOTSCHO, Ricardo. Entrevista concedida a Mariana Bittencourt Faraco em 05 de março de 2002. *In*: MEDITSCH, Eduardo; FARACO, M. B. **O pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia.** Disponível em: http://www.infoamerica.org/teoria_articulos/freire2.htm. Acesso em: 23 de julho de 2013

LAYRARGUES, P.P. **A Cortina de Fumaça:** o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. A crise ambiental na perspectiva da relação entre ser humano, tecnologia e natureza. *In*: FERREIRA, A. A. SOUZA, E. **Meio ambiente em cena.** Belo Horizonte: RHJ, 2012.

_____. (Org.) **Identidades da educação ambiental brasileira.** Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação,** nº 14. Agosto/Dezembro de 2012.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. **VI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental.** A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil. Ribeirão Preto, setembro de 2011.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. Diagnóstico da pesquisa e das práticas pedagógicas. **ENDIPE - XI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino.** Goiânia-GO: UCG - Universidade Católica de Goiás, 2002.

LIMA, G. F. C. A Educação Ambiental No Brasil. **Revista Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Aspectos históricos e pedagógicos da Educação Ambiental no Brasil. Proposta pedagógica. Educação Ambiental no Brasil. Programa 1. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

MATTOS, M. L. T. **Impacto Ambiental**. AGEITEC – Agência Embrapa de Informações Tecnológicas. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

MEDEIROS, M.C.S.; RIBEIRO, M.C.; FERREIRA, C.M.A. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set. 2011.

MEDINA, N. M. Breve histórico da Educação Ambiental. Artigo. In: **Redação do Portal do Meio Ambiente**, Junho de 2008. Disponível em: <http://www.abides.org.br/Artigos/View.aspx>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MEDITSCH, E.; FARACO, M. B. **O pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia**. Disponível em: http://www.infoamerica.org/teoria_articulos/freire2.htm. Acesso em: 04 de julho de 2013.

MENEZES, L. Guilherme Almeida Bandeira de. **Revista da AMPEDE**, v.7, nº 7, p. 113-126, jan./jul. 2011.

MORAIS, Regis de. **Educação, mídia e meio ambiente**. Campinas, SP: Alínea, 2004. Coleção Educação em debate.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

_____. **Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Natal: EDUFRN, 1999.

MOTA, DP. **Mídia e Educação: A Revista Nova Escola e sua contribuição para divulgação de ações educativas: análise de conteúdo da seção "Retrato"**. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/>. Acesso em Dezembro de 2013.

MUTZ, A. S. da C. A educação ambiental e o discurso do consumo consciente: uma análise sobre os modos como se produzem sujeitos consumidores nas pedagogias culturais contemporâneas. **36ª Reunião Nacional da ANPED** – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt22_trabalhos_pdfs/gt22_2784_texto.pdf. Acesso em: 21 de novembro de 2013.

NAGLE, J. **O Brasil Republicano**, v. 2: Sociedades e Instituições (1889-1930), Sérgio Pinheiro. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NASCIMENTO, F. G. et al. Marketing Ambiental: características, importância e influência da propaganda. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade do Araguaia**, nº 03, 2012. p. 154 a 165.

ODM. Conferência de Copenhagen. **Portal ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2009. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/conferencia-de-copenhague-cop-15>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

OLIVEIRA, L. D. de. A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, p. 33-38, 2005.

PACHECO, D. E. **Televisão, Criança e Imaginário e Educação: Dilemas e Diálogos**. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://www.aurora.ufsc.br/artigos/artigos_alfabeto_TV.htm. Acesso em: 21 de maio de 2013.

PEREIRA, K.B. et al. A transversalidade e a interdisciplinaridade em Educação Ambiental: uma reflexão dentro da escola. **Revista Histedbr: História, Educação e Sociedade no Brasil**. UNICAMP – Universidade de Campinas, 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr. Acesso em: 14 de julho de 2013.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

PORTAL ODM. Conferência de Copenhagen. **Portal ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2009. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/conferencia-de-copenhague-cop-15>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Notas para uma interpretação não ecologista do problema ecológico. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Outra Verdade Inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. Colômbia, **Universitas Humanística**, nº.66, jul-diciembre de 2008, p. 327-365. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79111102012>. Acesso em: 13 de dezembro de 2013.

PRUDENTE, A. S. Considerações sobre a Conferência de Copenhagen – COP15. In: **Justiça@** - Revista eletrônica da Seção Judiciária do Distrito Federal, nº 12, Ano II. Maio de 2010. Disponível em: <http://revistajustica.jfjf.jus.br/home/edicoes/Maio10/index.html>. Acesso em: 21 de Maio de 2013.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2. ed. Revista. Brasília: Ibama, 2006. Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5.

RAMOS, M. E. T. **O Ensino de História na Revista Nova Escola (1986-2002): Cultura Midiática, Currículo e Ação Docente**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Entrevista concedida ao Site História News.** Fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.historianews.org/2012/02/entrevista-exclusiva-com-o-professor>. Acesso em: 23 de julho de 2013.

_____. et al. **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Edições de nº 249 a 254,** de 2012. Fundação Victor Civita. Editora Abril. São Paulo. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/>. Acesso em: julho de 2013.

ROSA, R. V. M. Feminização do magistério: representações e espaço docente. **Revista Pandora Brasil** - Edição especial Nº 4 - Cultura e materialidade escolar, 2011.

SÁ SILVA, J. R., et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Ano I, Número I, Julho de 2009. ISSN: 2175-3423. Disponível em: www.rbhcs.com. Acesso em: 26 de outubro de 2013.

SALVALAGIO, A. R.; ROESLER, M. R. Von Borstel. Programa de Formação de Educadores Ambientais (FEA): uma experiência concreta de educação ambiental. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís, MA: UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Agosto de 2007.

SANCHO, J. M. O currículo e os temas transversais: misturar água e azeite ou procurar uma nova “solução”? **Pátio Revista Pedagógica,** ano 2, nº. 5, p. 12-17. Porto Alegre: Artes Médicas, maio/jul, 1998.

SANTOS M., ©INTERFACEHS – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.1, n.1, Trad 1. Ago 2006. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAACAAAC/conceito-meio-ambiente>. Acesso em: dezembro de 2013.

SATO, M. **Educação ambiental.** São Carlos, SP: RiMA, 2004.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental: um convite a percorrê-los. *In:* SATO, M. & CARVALHO, I. C. M. e colaboradores. **Educação ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. *In:* SAVIANI, Dermeval, et al. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** São Paulo: Contexto, 2003. Coleção Comunicação.

SEVERINO, A. J. **A Relevância Social e a Consistência Epistêmica da Pesquisa em Educação**: alguns subsídios para se avaliar a pesquisa em Educação Ambiental. Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 9, n. 16-17, p. 10-16, 2001.

SILVA, D. A. B.. **A mídia a serviço da educação**: a revista Nova Escola. Marília: UNIMAR, 2009.

SILVA, E. F. G. O impacto e a influência da mídia. **Arquivos da UFRA** - Engenharia Florestal, 2013. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfckMAD/impacto-a-influencia-midia>. Acesso em: janeiro de 2014.

SILVA, P. S. **Educação Ambiental**. UFU/UAB - Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2011. Coleção Pedagogia a Distância.

SIQUEIRA, H. S. Gonçalves. A expansão da pegada ecológica e o desafio dos sistemas agroprodutivos. **8º Seminário Internacional e 9º Seminário Estadual sobre Agroecologia**. Universidade Federal de Santa Maria. Auditório Dante Barone, da Assembleia Legislativa. Governo do Estado do Rio grande do Sul. Porto Alegre, Novembro de 2007. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/master.php>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Revista Educação e Pesquisa**. Vol. 31, Nº 2. São Paulo. Maio/Agosto de 2005. p. 285-299.

TERRA - Notícias. **Dia da Terra 2013**: entenda como surgiu a data e seu significado. Sustentabilidade. 22 de Abril de 2012. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/dia-da-terra-2013>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

TOZONI-REIS, M. F. C. A inserção da educação ambiental na escola. Educação Ambiental no Brasil. Programa 1. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.35, n.1, jan./abr. 2009. p. 145-163.

TRISTÃO, M. **Cad. Cedes**, Campinas, vol.29, n.77, p.63-79, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.ceds.unicamp.br>. Acesso em: julho de 2013.

UNESCO. Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável (2005-2014). Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/decadaeducacao>. Acesso em: fevereiro de 2014.

VASCONCELLOS, H. S. R. et al. **A formação do educador ambiental**: reflexões sobre os caminhos para a construção e delimitação de um objeto de pesquisa em educação ambiental. GT: Educação Ambiental, nº. 22. PUC - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://sma.imprensaoficial.sp.gov.br/wp-content/>. Acesso em: 17 de julho de 2013.

VEYRET, Y. **Géoenvironnement**. Paris: Sedes, 1999.

VIDAL, D. G. Escola Nova e o processo educativo. In: LOPES, E. M.; et al. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 3. ed., 2003.

WHITACKER, G. M. Sobre o discurso ideológico do desenvolvimento sustentável e a reprodução do modo capitalista de produção. **Geografia (On line)**. Goiânia, v. 33, n. 1, p. 73-89./jan/abr. 2013.

WORSTER, D. **Rivers of Empire**: water, aridity, and the growth of the American West. Oxford University Press, 1992. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=2Wrdrt662IYC&printsec=frontcover&dq>. Acesso em: 14 de julho de 2013.